

Universidade Federal de Ouro Preto

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)

Dissertação

Telenovela de época e contemporaneidade: olhares decoloniais sobre as mulheres em *Lado a Lado*

Júlia Militão Siqueira

Ouro Preto
2022



UFOP

Júlia Militão Siqueira

TELENOVELAS DE ÉPOCA E CONTEMPORANEIDADE:

olhares decoloniais sobre as mulheres em *Lado a Lado*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Temporalidades.

Linha de pesquisa: Práticas Comunicacionais e Tempo Social

Orientador: Prof.^a Dr.^a Denise Figueiredo Barros do Prado

Ouro Preto
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S618t Siqueira, Julia Militao.
Telenovela de época e contemporaneidade [manuscrito]: olhares decoloniais sobre as mulheres em Lado a Lado. / Julia Militao Siqueira. - 2022.
183 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. O Contemporâneo. 2. Memória coletiva. 3. Mulheres. 4. Telenovelas - Brasil - História e crítica. I. Prado, Denise Figueiredo Barros do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Militão Siqueira

Telenovela de época e contemporaneidade: olhares decoloniais sobre as mulheres em Lado a Lado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 20 de maio de 2022

Membros da banca

Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado (Orientadora e Presidente) – Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Profa. Dra. Paula Guimarães Simões - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Profa. Dra. Daniela Abreu Matos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof.(a). Dr.(a) Denise Figueiredo Barros do Prado orientador(a) do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 15/08/2022



Documento assinado eletronicamente por **Denise Figueiredo Barros do Prado, COORDENADOR(A) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**, em 17/08/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0382188** e o código CRC **1491E2E6**.

AGRADECIMENTOS

Não existem palavras que possam expressar toda a gratidão e o carinho que sinto pelas pessoas e entidades envolvidas no processo desta pesquisa e que foram, por diversas vezes, um suporte seguro e o afeto necessário para seguir. Mesmo assim, é preciso nomear aqueles sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos meus pais, Ana e Eder, que me ensinaram a ter coragem e a acreditar. Aos meus irmãos, Lucas e João, pelas palavras de conforto e por me inspirarem. À minha irmã Ester, pelo sorriso largo e o abraço quentinho. Agradeço imensamente o amor e o apoio incondicional de vocês desde o início da minha jornada a mais de 400 quilômetros longe de casa.

Às minhas tias Sandra, Levina, Maria e Gracinha que sempre estiveram presentes. Ao meu tio Antero e aos meus primos Lincoln, Pedro e Nina. Sem vocês eu não teria conseguido. Obrigada pelos corações grandes e generosos. Essa conquista é de todos nós, família.

À minha orientadora, Denise Prado, que me acolheu e me ensinou sobre o “caminho seguro e feliz” da pesquisa. Obrigada pelas orientações, pelas aulas, pela escuta atenta e afetuosa, pela compreensão e por tornar os encontros virtuais mais leves.

Às membras da banca Paula, Kassandra e Daniela, pela leitura cuidadosa e pelas ponderações enriquecedoras.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação pelo financiamento desta pesquisa e a todo o corpo docente pelas aulas transformadoras.

À Letícia, pela paciência durante esses anos. Agradeço por me ouvir, por ser minha melhor companhia e por segurar firme a minha mão. Amo você.

Às amigas que dividiram o lar no começo desse processo desafiador atravessado pela pandemia, Juliana e Beatriz, agradeço por termos nos fortalecido. Vocês foram um elo fundamental nessa trajetória. Admiro demais as mulheres fortes e incríveis que são.

Aos meus amigos VH, Brener e Carlos, pela amizade, pelas histórias e por celebrarem juntos cada uma das nossas conquistas.

Aos colegas e amigos do Giro, todo meu respeito e admiração. Agradeço especialmente aos meus parceiros de pesquisa, Yan e Wigde, por caminharmos juntos, pelas trocas e todo aprendizado. Daniela, Jussara, Maíra, Camila e Matheus, obrigada por dividirem as angústias e as alegrias desse processo. Eu admiro muito todos vocês.

À República Luluzinhas, especialmente à Ellen, Vanessa e Rafaela, pela inspiração e por tudo o que vivemos. Vocês e nossos almoços de domingo são parte da minha saudade diária. Serei sempre grata por todo o aprendizado.

À cidade de Mariana pela acolhida e pelos momentos bonitos. À Universidade Federal de Ouro Preto e ao ICOSA, pelo ensino público, gratuito e qualificado. Deixei e recebi um tanto ao longo desses seis anos. Sou muito grata e feliz por fazer parte deste espaço.

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre como as mulheres são apresentadas na telenovela *Lado a Lado*, a partir da centralidade da diferença e das propostas do pensamento decolonial. Buscamos compreender a construção das personagens Laura e Isabel, os conflitos e as diferentes formas de opressão impostas a cada uma delas, bem como as tensões e as resistências nas interações propostas ao longo da trama. Retratada no período histórico do início do século XX, *Lado a Lado* tem como eixo central o desenvolvimento da amizade entre as duas personagens. Para tanto, no primeiro capítulo, refletimos sobre o pano de fundo histórico que compõe a telenovela, além das transformações econômicas, culturais, políticas e sociais que marcaram a época. O trabalho pondera sobre a relação entre colonialidade e modernidade, e considera a categoria gênero no pensamento colonial para refletir sobre a dupla opressão imposta às mulheres colonizadas. A interseccionalidade é acionada como categoria analítica, possibilitando refletir sobre os diferentes contextos sociais das personagens e os atravessamentos da narrativa de cada uma. No capítulo 2, consideramos as telenovelas enquanto um espaço de produção de saberes sobre o Brasil e analisamos a ficção de época, produzida e veiculada no contemporâneo, como possibilidade de ação e de reescrita do nosso passado. Buscamos analisar, também, o que a representação das interações e das resistências dessas personagens diz sobre a leitura do passado. Sendo assim, a metodologia deste trabalho parte da percepção dessas interações que envolvem o percurso narrativo das personagens, bem como dos eventos narrativos que marcam os principais eixos da história de cada uma. Por isso, as categorias de análise utilizadas para cada uma delas são: as relações amorosas e familiares, a memória histórica e o mundo do trabalho. Por fim, analisamos a amizade formada entre Laura e Isabel. Buscamos compreender o elo e as tensões que se interpõem entre essa relação, através do pensamento interseccional e decolonial. E refletimos, também, sobre as formas como a telenovela constrói as narrativas sobre as duas personagens, compreendendo o contexto, o lugar em que elas são posicionadas e se posicionam e, para além disso, de que forma isso é atravessado pelas suas relações sociais.

Palavras-chave: Telenovela; História; Memória; Contemporâneo; Mulheres.

ABSTRACT

This research reflects on how women are presented in the soap opera *Lado a Lado*, based on the centrality of difference and the proposals of decolonial thought. We seek to understand the construction of the characters Laura and Isabel, the conflicts and different forms of oppression imposed on each of them, as well as the tensions and resistances in the interactions proposed throughout the soap opera. Portrayed in the historical period of the early 20th century, *Lado a Lado* has as its central axis the development of friendship between the two characters. Therefore, in the first chapter, we reflect on the historical background that makes up the soap opera and its main events, which make it possible to think about the socio-historical context of Rio de Janeiro between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, in addition to the economic, cultural, political and social transformations that marked the time. In addition, the work ponders the relationship between coloniality and modernity, and considers the category of gender in colonial thought to reflect on the double oppression imposed on colonized women. Therefore, intersectionality is also activated as an analytical category, making it possible to reflect on the different social contexts of the characters and the crossings of each one's narrative. In chapter 2, we consider telenovelas as a space for the production of knowledge about Brazil and we analyze period fiction, produced and broadcasted in the contemporary, as a possibility of action and rewriting of our past. We also seek to analyze what the representation of the interactions and resistances of these characters says about the reading of the past. Finally, the methodology starts from the perception of the interactions that involve the narrative path of the characters and the narrative events that mark the main axes of each one's history. Therefore, love and family relationships, historical memory and the world of work are the categories of analysis used for each character. In addition, we analyze Laura and Isabel's friendship. We seek to understand the link as well as the tensions that arise between this relationship, through intersectional and decolonial thinking. And we also reflect on the ways in which the soap opera builds the narratives about the two characters, understanding the context, the place in which they are positioned and, in addition, how this is crossed by their social relationships.

Keywords: Soap Opera; Story; Memory; Contemporary; Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uma das imagens reais das obras nas avenidas do Rio de Janeiro, no início do século XX, que foram veiculadas na telenovela.	22
Figura 2 – Derrubada dos cortiços na telenovela	25
Figura 3 – Derrubada dos cortiços na telenovela.....	25
Figura 4 – Zé Maria enfrenta o capitão da Marinha.....	33
Figura 5 – O dia em que Laura e Isabel se conhecem.....	106
Figura 6 – Primeira cena em que Isabel aparece.....	108
Figura 7 – Primeira cena em que Laura aparece.....	113
Figura 8 – Isabel e Zé Maria no restaurante	117
Figura 9 – Isabel olha envergonhada para os moradores do Morro da Providência ...	120
Figura 10 – Moradores do Morro da Providência encaram Isabel	120
Figura 11 – Tia Jurema oferece apoio à Isabel	121
Figura 12 – Zé Maria e Caniço apresentam a capoeira	127
Figura 13 – Tia Jurema faz uma prece enquanto está presa	128
Figura 14 – Albertinho finge estar apaixonado por Isabel e a pede em casamento	136
Figura 15 – Casamento de Laura e Edgar	145
Figura 16 – Laura e Edgar se despedem no porto	146
Figura 17 – Edgar recebe Catarina em sua casa assim que eles voltam de Portugal ..	147
Figura 18 – Laura retorna para casa e encontra Edgar com Catarina e Melissa	147
Figura 19 – Senador Laranjeiras assedia Laura	158
Figura 20 – Isabel discute com Laura	168

SUMÁRIO

1. A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MODERNO/COLONIAL NA VIDA DAS MULHERES DO SÉCULO XX.....	16
1.1. Panorama sócio-histórico do Rio de Janeiro republicano.....	16
1.2. O lado oculto da modernidade e o projeto colonial de dominação.....	46
1.3. “E eu não sou uma mulher?” Atravessamentos de gênero, raça e classe no Brasil 62	
2. DA FANTASIA À REALIDADE: AS TELENVELAS COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O PASSADO E O PRESENTE NO BRASIL	68
2.1. Breve histórico das telenovelas no Brasil	68
2.1.1. O horário das seis: telenovelas de época e suas particularidades	71
2.2. As telenovelas como espaço de produção de saberes	76
2.2.1. O dispositivo pedagógico da mídia.....	79
2.2.2. “A negação do Brasil”: olhares sobre a construção de uma “identidade negra” na telenovela	83
2.2.3. Poder, subjetividades e diferença: modos de enunciar o feminino na TV.....	86
2.3. O tempo em questão: modos de olhar para o passado, o presente e o futuro do Brasil nas telenovelas.....	90
3. POR UMA ANÁLISE CRÍTICA INTERSECCIONAL E DECOLONIAL: A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS ISABEL E LAURA	100
3.1. Eventos narrativos de interseção.....	100

3.1.1. Os eventos narrativos: Laura, Isabel e seus atravessamentos	101
3.2. <i>Lado a Lado</i>	103
3.2.1. “Comigo ninguém pode, porque meu povo é forte”: a trajetória de Isabel ...	106
3.2.2. “A mulher de dentro de mim já cansou desse tempo”: a trajetória de Laura.	111
3.2.3. Para além da trama: as repercussões de <i>Lado a Lado</i>	114
3.2.4. Reflexões acerca da experiência do <i>streaming</i> e suas implicações na análise.....	115
3.3. Análise	115
3.3.1. Isabel.....	115
3.3.2. Laura	142
3.4. Por uma análise crítica interseccional: as tensões entre os mundos de Laura e Isabel	158
3.4.1. Definições sobre os papéis de gênero: entre o lugar social destinado às personagens e a busca pela liberdade	158
3.4.2. Um olhar sobre as tensões e as interseções entre Laura e Isabel	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas partem de inquietações, dúvidas, reflexões pulsantes que abarcam as mais variadas questões do cotidiano. Muitas delas nascem da afinidade; outras, da necessidade de contestar determinados conceitos que um objeto aciona. Isso significa dizer que nossas pesquisas começam a ser construídas muito antes de adquirir a forma textual da dissertação. Antes, ainda, das perguntas que guiarão a escrita do projeto serem formuladas.

Digamos, então, que as pesquisas sejam como jardins. Quando nos deparamos com um objeto que nos aciona essas inquietações, é como se ele despertasse em nós uma semente. Germinadas na terra, as sementes são imperceptíveis para quem caminha pelo jardim, mas elas estão ali e se alimentam das dúvidas, das informações buscadas; são nutridas pela curiosidade e pela dedicação do pesquisador.

As sementes começam a se desenvolver a partir do momento em que as primeiras perguntas são formuladas, que darão sustentação para a criação de um problema. Aí, já é possível perceber um broto. E, aos poucos, ela se desenvolve, nasce e floresce. Para, depois, ser podada e passar por diversas transformações.

Assim como as plantas que se desenvolvem e se transformam ao longo dos ciclos, as pesquisas também não findam com a conclusão de um trabalho. Elas estão sujeitas a mudanças, reescritas e renovações. Além disso, são fruto de um trabalho conjunto e que envolve não só pesquisadora, orientadora e banca, como também as pessoas que fazem parte do processo de quem está diretamente envolvido e/ou leem o material.

Portanto, este trabalho nasce de uma articulação de pensamentos, provenientes de inquietações sociais e próprias, que se atravessam e são tensionadas. Ele também está sujeito a se desenvolver, com outros ramos, novas folhas e cores, por meio dos aprofundamentos de quem lê e pesquisa o mesmo tema ou objeto.

Me lembro nitidamente quando essa dissertação começou a germinar na minha vida. Ao longo dos meus primeiros contatos com a pesquisa, ainda em fase de escrita da monografia, comecei a dar os passos que me trariam até aqui. O incômodo com relação às representações femininas (ou à falta delas) na mídia e na história é de longa data.

Ao produzir o Trabalho de Conclusão de Curso¹ na graduação, conheci o periódico *O Sexo Feminino* e sua editora Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Publicado

¹ Trabalho apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2142/1/MONOGRAFIA_ImprensaFemininaS%
%a9culo.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2142/1/MONOGRAFIA_ImprensaFemininaS%c3%a9culo.pdf)

entre os anos de 1873 e 1889, o jornal é considerado um dos precursores das reivindicações feministas no Brasil. Entre as principais, estavam a necessidade da garantia, às mulheres, ao acesso à educação e ao mercado de trabalho. Além disso, eram feitas críticas severas ao casamento e às diversas formas de aprisionamento impostas às mulheres oitocentistas, consideradas objetos de posse dos pais e maridos e responsáveis pelos cuidados com a casa e os filhos.

Durante a pesquisa sobre os discursos veiculados no jornal, no entanto, entrei em um conflito com a autora, ao perceber que suas reivindicações estavam envoltas de um discurso cristão e limitante. Além disso, Francisca representava mulheres como ela: brancas, alfabetizadas, de classe média, casadas e cristãs.

Ainda que, ao longo dos meses, eu tenha tido a percepção de que Francisca fez muito e o que pôde, à sua época, passei a sentir a necessidade de me dedicar a estudar e falar sobre outras mulheres.

Nesse mesmo período de escrita e finalização da monografia, passei por um processo muito importante de autoconhecimento e autoaceitação. Não intencionalmente, mas desde que iniciei o processo de escrita do TCC, também passei pelo período de transição capilar que me acompanhou ao longo de todos esses meses de estudo. E, durante o processo, comecei a perceber traços em mim que antes eu não enxergava.

Há três anos, finalmente comecei a compreender o “limbo” existencial em que eu achava estar e reconheci a mulher negra que esteve, desde a infância, escondida atrás das pequenas opressões sociais impostas aos meus cabelos, ao meu corpo, ao tom da minha pele, ao meu nariz e à minha boca. Talvez tenha sido por isso que eu me vi em alguns embates com Francisca ao longo da pesquisa. Esse processo de reconhecimento veio, também, acompanhado de inúmeras incertezas. Eu não seria clara demais para ser negra? Ou escura demais para ser branca? Será que posso realmente afirmar que sou uma mulher negra?

Foi somente ao longo do amadurecimento de determinadas leituras e do contato com as disciplinas da Pós-graduação que todas essas incertezas começaram a desaparecer. Foi também a partir desse autorreconhecimento que senti ainda mais forte a necessidade de ler, estudar, absorver, ouvir e escrever sobre mulheres negras.

Compreendi que o feminismo também pode reverberar discursos que mantêm o pensamento moderno/colonial e que, ao compreender o ser “mulher” em um sentido universalizante, eu poderia contribuir para o processo de apagamento de diversas outras mulheres. Por isso a importância do estudo da interseccionalidade neste trabalho e,

também, a necessidade de partir das perspectivas decoloniais. Dessa forma, a ideia de alinhar os estudos de gênero à memória e às temporalidades, que era um trabalho que eu já vinha empregando desde a graduação, foi essencial para o processo de construção desta dissertação.

Dewey (1929) aponta que as experiências são elásticas, com fronteiras indefinidas, e estão vinculadas umas às outras em uma “teia” de relações. Sendo assim, nossas experiências estão relacionadas a um conjunto de sentidos. Para o autor, as experiências são, também, parte da nossa interação com o meio.

Este trabalho foi construído não só a partir dos conceitos e conhecimentos acionados ao longo do texto, que permitem compreender o empírico, como também é parte das minhas experiências enquanto mulher negra dentro e fora desse espaço de pesquisa. O atravessamento de ambos, em nosso contexto social, permitiu, como nos convoca Anzaldúa (2005), reconhecer novas crenças sobre mim, sobre a minha existência, o meu valor e o meu lugar no mundo.

E foi a partir dessas inquietações que chegamos à escolha da telenovela *Lado a Lado*. Importante ressaltar que, quando analisamos uma telenovela, refletimos sobre as personagens que compõem a trama e não sobre mulheres reais, como havia sido com Francisca. Porém, as perspectivas decoloniais acerca das experiências dessas personagens na ficção são relevantes para pensar o conjunto de opressões que permeiam a vida das mulheres e as (im)possibilidades de resistência.

Sendo assim, esta pesquisa reflete sobre como as mulheres são apresentadas na telenovela *Lado a Lado*, a partir da centralidade da diferença e das propostas do pensamento decolonial. Portanto, buscamos compreender a construção das personagens, os conflitos e as diferentes formas de opressão impostos a cada uma delas, bem como as tensões e resistências nas interações propostas.

Lado a Lado tem como eixo central a história de amizade entre duas mulheres, Laura (Marjorie Estiano) e Isabel (Camila Pitanga). Ambas viviam no Rio de Janeiro, então capital federal do início do século XX, mas se encontravam em contextos sociais completamente diferentes e lutavam, cada uma a sua maneira, por independência e liberdade.

Laura, uma mulher branca, classe média alta e filha de ex-barões do café, vive o conflito entre a necessidade de cumprir com a obrigação do matrimônio – a fim de manter o prestígio social de sua família – e o desejo de ser professora e escritora. O mercado de trabalho, como veremos, não era espaço aberto às mulheres ricas. A personagem luta para

que o casamento não se torne um empecilho para alcançar o seu objetivo, nem para que sua liberdade de escolha seja cerceada.

Já Isabel é uma mulher negra, filha de Afonso (Milton Gonçalves), escravizado recém liberto. Ela trabalha desde os 14 anos como doméstica na casa de uma rica senhora francesa, onde foi alfabetizada. Isabel e seu pai viviam em um dos cortiços que foi derrubado pelo projeto que tinha o objetivo de embelezar a cidade e transformar o Rio de Janeiro em uma “Paris tropical”. Ao perderem todos os seus pertences, ela segue para o local em que se formava a primeira favela brasileira: o Morro da Providência. Lá, ela, seu pai, Tia Jurema (Zezé Barbosa), Zé Maria (Lázaro Ramos) e os demais personagens resistem às investidas do Estado e das elites em criminalizar e apagar sua cor, suas histórias e memórias, além de todo e qualquer tipo de prática cultural de matriz africana.

As duas personagens se conhecem no dia em que celebrariam o tão sonhado casamento, que não acontece para Isabel, e o “pesadelo” da concretização do matrimônio para Laura. Ao se tornarem amigas, elas passam a se considerar um “ponto de apoio” uma para a outra. No entanto, também precisam lidar com os desconfortos que essa relação produz, por serem mulheres muito diferentes.

Além de perder a sua casa e se deslocar com o pai para o Morro, Isabel também enfrenta uma gravidez precoce, proveniente de uma relação sexual com Albertinho (Rafael Cardoso), irmão de Laura; em seguida, ela perde o bebê, sequestrado por Constância (Patrícia Pillar), mãe de Laura. Enquanto isso, Laura enfrenta um aborto espontâneo sem a presença do marido, a vinda da ex-namorada de Edgar para o Brasil, um divórcio e a exclusão no mercado de trabalho. Apesar dos inúmeros desafios, Isabel se torna uma empresária bem sucedida e dançarina, enquanto Laura se torna diretora da escola fundada no Morro da Providência.

Compreendemos que as telenovelas são parte da cultura brasileira, que captam e expressam representações de muito do que somos, de nossos costumes, gestos e identidades. Nesse sentido, abordamos as ficções televisivas como recursos que produzem saberes sobre o Brasil e sobre a nossa realidade. Construídas a partir de um olhar contemporâneo sobre o passado, além disso, as ficções de época como *Lado a Lado* possibilitam tanto a manutenção de uma história hegemônica e discriminatória, como também a transformação na forma como compreendemos a história, reescrevendo o passado e iluminando nossas lutas do presente.

O primeiro capítulo desta dissertação está dividido em três partes. Inicialmente, para compreendermos a relação entre as experiências, os conflitos e as práticas de

resistência das personagens na telenovela, refletimos sobre o pano de fundo histórico que compõe *Lado a Lado*. Os eventos históricos abordados neste trabalho são citados direta e indiretamente na telenovela e marcam acontecimentos importantes da narrativa. Esse resgate possibilita visualizar o contexto acionado na trama e que atravessa a vida das personagens.

Destacamos que a ficção é ambientada na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, mais especificamente entre os anos 1903 e 1910. A população carioca vivia um momento de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, ancoradas na efervescência dos ideais europeus de modernidade, progresso e civilização. Questões como as grandes obras que aconteciam na cidade, o processo de industrialização, as doenças que assolaram a capital, o movimento Bota Abaixo e o processo de favelização, as Revoltas da Vacina e da Chibata etc. são importantes para o debate que propomos neste trabalho.

Refletimos também sobre a construção de uma “identidade nacional”² brasileira baseada na categorização do pensamento colonial e na inferiorização e desumanização das/os negras/os, a partir das categorias raça e gênero.

Abordamos as diferentes formas de opressão impostas às vidas das mulheres colonizadas. A partir das propostas do pensamento decolonial e da interseccionalidade, compreendemos as experiências dessas mulheres nesse contexto de dupla opressão, subvalorização, sub-representação, inferiorização e violação, e refletimos sobre as possibilidades de resistência.

Já no segundo capítulo abordamos um breve histórico da inserção das telenovelas no cotidiano das famílias brasileiras, além de sua profissionalização e a construção de uma grade de horários que incluísse uma maior diversidade de públicos. Também destacamos a transformação temática das telenovelas brasileiras, que passaram a incluir tramas sobre as mais diversas questões relacionadas à realidade social do país. E, além disso, refletimos sobre as telenovelas de época, geralmente veiculadas no horário das seis, e algumas tramas centrais de produções de maior audiência em paralelo à telenovela analisada.

² Utiliza-se “identidade” ou “identidade nacional” entre aspas para enfatizar que essa identidade se refere a uma construção social, produzida pelo pensamento moderno/colonial que tentava fixar determinadas formas de ser e agir. Compreendemos as identidades, no entanto, como deslizantes e compostas por múltiplas possibilidades. A ideia da construção de uma “identidade nacional” estava baseada nas concepções eurocentradas de uma elite política e intelectual brasileira branca, masculina e heterossexual.

Refletimos, além disso, sobre a construção de personagens negros/as e das mulheres nas telenovelas brasileiras ao longo dos anos, a partir da afirmação de que essas ficções são dispositivos pedagógicos (FISCHER, 2002), ou seja, lugares que processam saberes sobre a nossa cultura. Dispositivos, além disso, capazes de reforçar determinadas representações ou, ao contrário, promover a problematização e a transformação social.

Esse poder de transformação é possível nas produções ficcionais de época a partir do olhar contemporâneo sobre o passado e sobre a memória brasileira. Abordamos, também no segundo capítulo, o caráter decolonial do contemporâneo e as possibilidades de ação e reescrita da história a partir de telenovelas de época, como *Lado a Lado*.

Baseadas nesses conceitos, compreendemos, na análise, as diferenças entre os contextos sociais e os conflitos impostos às personagens, além da forma como elas resistem às opressões. Além disso, a proposta analítica deste trabalho abrange a construção de um mapa interacional, que nos revela as interações de Laura, Isabel e as principais personagens. Isso porque consideramos impossível refletir sobre as histórias das duas sem perceber esses atravessamentos e as tensões que se dão na interação entre determinadas tramas.

Para o recorte empírico, utilizamos o conceito de “eventos narrativos” (ROCHA, 2016), compreendendo a trama a partir dos principais acontecimentos que guiam o desenvolvimento da história e das resistências das personagens. Este capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, apontamos o recorte empírico e as categorias analíticas dos eventos comuns entre Laura e Isabel, que envolvem as relações amorosas, o mercado de trabalho, as relações familiares e a memória histórica. Em seguida, fazemos uma breve descrição da telenovela, refletimos sobre a sua repercussão na época e, também, sobre a experiência de assisti-la através da plataforma *streaming*, dez anos depois da veiculação.

Por fim, além das categorias analíticas apontadas anteriormente, desenvolvemos uma reflexão ancoradas no conceito de interseccionalidade, a fim de aprofundar os aspectos relacionados aos diferentes mundos sociais entre Laura e Isabel. Ao longo de todo o trabalho, é possível perceber determinadas diferenças que já estão postas entre elas, no entanto, fazemos também o esforço de tensionar a relação e a construção da amizade entre as duas.

Como aponta Umberto Eco (1997), “escrever é um ato social: escrevo para que tu que lê aceites aquilo que te proponho”. Pego agora em sua mão, para que você, leitor ou leitora, atravesse comigo as reflexões propostas neste trabalho.

1. A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MODERNO/COLONIAL NA VIDA DAS MULHERES DO SÉCULO XX

1.1. Panorama sócio-histórico do Rio de Janeiro republicano

Seguido da abolição da escravatura³, em 1888, o fim do regime monárquico e a Proclamação da República resultaram de uma série de fatores, dentre os quais duas forças devem ser ressaltadas: o Exército, visto que os militares apresentavam insatisfações relacionadas às condições de trabalho e à baixa remuneração; e a burguesia cafeeira do Oeste Paulista, setor que passou por um período de ascensão, se tornou o principal eixo econômico brasileiro ao final do século XIX e que, além disso, sustentaria a economia do país até o fim da República Velha, em 1930. Neste contexto de transformações econômicas, a oligarquia de São Paulo passou a demonstrar grande interesse nas disputas pelo poder.

A transição para a República, no entanto, bem como a sua consolidação, apresenta-se como um processo instável, visto que existiam diversos interesses e orientações políticas presentes neste cenário. De acordo com Boris Fausto (2006, p. 245) “os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República”. Entre eles, estavam as elites dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que defendiam a ideia de uma República Federativa. Os gaúchos eram positivistas, enquanto paulistas e mineiros apoiavam um modelo liberal. Outro setor importante era formado pelos militares, também positivistas — responsáveis pela primeira fase da República Velha.

³ Vale salientar que a abolição da escravatura não foi promovida por um gesto simples de benevolência, em que a Princesa Isabel finalmente promoveria libertação dos povos escravizados. Há muito o que se problematizar da oficialização da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888. Em primeiro lugar, o Brasil era o país com mais negros escravizados do mundo e, ainda assim, foi o último da América a abolir a escravidão. A escravidão no Brasil, aliás, já era considerada um atraso para os demais países que, baseados em interesses econômicos, pressionavam as autoridades brasileiras a promoverem a libertação dos escravizados, a fim de transformá-los em consumidores, gerando mão de obra barata e movimentação do capital.

No entanto, comandado por uma elite cafeeira que não gostaria de abrir mão da exploração dos negros, o país foi, ao longo do século XIX, criando leis “Para inglês ver”, que simulavam uma abolição lenta e gradual. A verdade é que nenhuma dessas leis eram colocadas em prática e, até mesmo após 1888, a população que havia sido escravizada foi lançada à margem da sociedade, sem condições básicas de subsistência, o que contribuiu para a manutenção de um sistema exploratório burguês.

De acordo com o último grupo, “a República deveria ser dotada de um Poder Executivo forte, ou passar por uma fase mais ou menos prolongada de ditadura” (FAUSTO, 2006, p. 246). Os militares defendiam a implantação de um governo capaz de garantir a ordem e a fragmentação do monopólio da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência. Foi o que aconteceu no primeiro momento.

Assentada pelo controle militar, a República foi governada durante os primeiros anos por Marechal Deodoro da Fonseca. As medidas adotadas por seu governo tinham o intuito de apagar os símbolos e instituições ligados à monarquia. Além disso, em 1891, foi promulgada uma nova Constituição, que estabelecia os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), adotava o sistema presidencialista e o voto direto e universal (que considerava eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, exceto analfabetos, mendigos e praças militares — as mulheres não eram mencionadas, mas estava implícito que o direito ao voto não era concedido a elas, instituindo o voto feminino somente em 1934).

Ao final de dois anos de seu mandato, Deodoro da Fonseca tentou reforçar o poder, inspirado no modelo do extinto Poder Moderador, concedido aos imperadores; mas em 1891, renunciou à presidência, tendo assumido o seu vice, Marechal Floriano Peixoto, em um acordo com as oligarquias paulistas.

As medidas de centralização do poder baseadas nas práticas militares adotadas por Floriano Peixoto, no entanto, não agradaram os produtores de café. Ele governou entre os anos 1891 e 1894, sendo substituído pelo primeiro civil a presidir a República Federativa do Brasil, o paulista Prudente de Moraes.

A partir desse momento, o Brasil passou por um período de revezamento de poder entre as oligarquias cafeeiras de São Paulo e os fazendeiros de Minas Gerais. Esses governos privilegiavam medidas que favoreciam a consolidação de uma burguesia nacional. A política do Café-com-leite, como ficou conhecida, perdurou até o final da Primeira República e nada mais fez do que reforçar a instalação das elites agrárias no poder, enquanto, de outro lado, o país enfrentava a miséria e a exclusão social.

Vale salientar que a agitação para a consolidação dessa mudança de regime político correspondia à propagação da necessidade da “implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o proscênio da atividade política” (CARVALHO, 1987, p. 11). Ao contrário disso, no entanto, a participação popular durante a transição política foi ínfima.

Nesse período, de acordo com Fausto (2006, p. 237), “o Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola”. A produção do café, que desde o final do século XVIII havia se tornado o principal eixo econômico do país, entrou em decadência nas grandes fazendas do Vale do Paraíba — localizadas no interior do Rio de Janeiro. O ciclo econômico estava completamente voltado à produção paulista.

Assim, a situação econômica do Brasil ao final do século XIX também passava por grandes agitações. Carvalho (1987) afirma que, “devido à necessidade de aplacar os cafeicultores, especialmente do estado do Rio, e de atender uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro”, prática que se repetiu no governo provisório. A consequência disso foi que “concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro”, acarretando uma febre especulativa, conhecida como Encilhamento, que gerou um aumento não só no custo de vida, mas também dos impostos na importação de produtos (CARVALHO, 1987, p. 19 - 20).

De acordo com Mary del Priore (2016), os anos que seguiram à Proclamação da República foram difíceis, especialmente porque muitas pessoas enfrentaram dificuldades econômicas no Brasil. Ela afirma que,

além dos arruinados pela jogatina da Bolsa, dos comerciantes endividados, das riquezas construídas e destruídas pelo Encilhamento, havia também ex-fazendeiros falidos que, em leilões, esvaziavam os salões de suas casas. Nascia a “pobreza envergonhada” da decadente elite do Vale do Paraíba (PRIORE, 2016, p. 20).

Em *Lado a Lado*, por exemplo, a família da personagem Laura enfrenta um período de perda de poder econômico e influência política. Dentre os principais acontecimentos da época, relacionados à família Assunção, se destacam: a abolição da escravatura, a decadência das fazendas do Vale do Paraíba (região na qual estavam concentradas as riquezas da família) e a Proclamação da República, momento em que seus pais perdem definitivamente os títulos de Barão e Baronesa.

Desde o começo da trama, Constância (Patrícia Pilar) e Alberto (Werner Schünemann) comentam sobre as dificuldades financeiras e a venda de algumas de suas fazendas para sustentar os luxos da família e realizar o casamento de Laura. Constância luta por um cargo de prestígio para seu marido na República, tentando readaptá-los à nova ordem e manter a posição de poder de sua família.

Vale ressaltar que a cidade carioca continuou sendo a capital federal mesmo após a Proclamação da República, e se tornou palco de grandes investimentos modernizantes, incluindo atividades do ramo industrial, com destaque para as fábricas de tecido. Na telenovela *Lado a Lado*, essas mudanças são expressas por meio da ascensão da família de Edgar (Thiago Fragoso), par romântico de Laura. Além de ser representante da nova política burguesa que se estabelecia no país, Bonifácio Vieira (Cássio Gabus), pai de Edgar, era dono de uma das mais importantes fábricas de tecidos da cidade, a “Tecelagem Vieira”.

Assim, “o Rio de Janeiro, com seus 522 mil habitantes em 1890, constituía o único grande centro urbano. A capital do Império concentrava a vida política, as diversões e um grande número de investimentos em transportes, iluminação e embelezamento da cidade” (FAUSTO, 2006, p. 237).

Um dos acontecimentos que marcaram o final do século XIX e que é importante para pensar o contexto que narra o início da telenovela, é a Guerra de Canudos. Apesar da formação do Arraial de Canudos estar localizada no sertão da Bahia, muito distante do Rio de Janeiro, as consequências políticas do massacre são relevantes para pensar a intensa migração dos combatentes para a capital federal.

Nascido no Ceará, Antônio Conselheiro⁴ peregrinou pelos sertões do nordeste pregando a salvação das almas para quem o seguisse. Em 1893, reuniu-se no arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, na Bahia, com seus seguidores. O arraial já era composto por um pequeno povoado, lugar em que as produções eram comunitárias e onde se acreditava na construção de um modelo de vida sem desigualdades sociais. Lá, Conselheiro atraiu fiéis e fez crescer o arraial que, em 1897, somava cerca de 25 mil pessoas.

Localizado em uma região privilegiada, entre as estradas do Cambaio, do Calumi ou do Rosário, de Massacará, de Jeremoabo, caminhos abertos à penetração do Rio São Francisco, o arraial de Canudos (denominado povoado de Belo Monte por Conselheiro), passou a constituir uma população que vivia de maneira independente, sem levar em conta as instituições e o poder público (CALASANS, 2002).

A Igreja Católica, entretanto, começou a perseguir o arraial após perder alguns de seus fiéis, com a afirmação de estar se constituindo ali um grupo de fanáticos e hereges. Já o poder público, temeroso pelo desenvolvimento do povoado, denunciou a existência

⁴ Os *conselheiros* eram líderes religiosos que caminhavam pelo sertão, pregando uma forma de catolicismo popular, seguidos por dezenas de fiéis.

de discursos pró-monarquistas entre os fiéis. Dessa forma, seria necessário combater os “inimigos” em nome da recém-formada República.

A crença, ancorada nos ideais positivistas, evolucionistas e deterministas entre a política efervescente da época, levou os combatentes do exército a acreditarem que “liquidar Canudos seria como semear um novo futuro para a nação, liberto dos ‘agentes de redução do nosso povo’. Uma espécie de prelúdio para o progresso” (RIBEIRO, 2016, p. 12).

O massacre aconteceu entre os anos de 1896 e 1897, totalizando quatro investidas do exército ao longo de meses. Euclides da Cunha presenciou uma parte da Guerra de Canudos como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Seus escritos são importantes referências para compreender a dimensão do massacre. Além de *Os Sertões* (1902)⁵, o autor escreveu um diário de reportagens, entre agosto e outubro de 1897, com detalhes e impressões sobre o que acontecia. Nas primeiras investidas, o exército sofreu represálias.

Ao longo da trajetória, Euclides da Cunha (2016), defensor da luta da “civilização contra a barbárie”, passa a prestar atenção às mulheres, às crianças e aos combatentes, se mostrando “cada vez mais indignado com o sofrimento e maravilhado com a altivez manifesta nos fronts dos resistentes” (RIBEIRO, 2016, p. 13).

A quarta e última investida do exército culminou na destruição do arraial de Canudos e de milhares de camponeses que ali viviam. Ao final do massacre, restaram apenas algumas centenas de pessoas. Cunha (2016) descreve a chegada de nove prisioneiras junto aos combatentes do exército, no dia 3 de setembro de 1897. Duas delas carregavam bebês de poucos meses, “mirrados como fetos”, além de quatro crianças que as acompanhavam. Eram, ao todo, nove mulheres e seis crianças, em que “a miséria e a fadiga cavaram-lhe o rosto” (CUNHA, 2016, p. 84).

Esse acontecimento histórico possibilita compreender o processo de inchaço populacional que se desenvolveu no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX. Se, em 1890, o Distrito Federal contava com 522.651 habitantes, em 1900 o número havia crescido para 691.565 e, em 1910, a população carioca somava 870.465 habitantes⁶. Dentre os fatores que acarretaram esse aumento estão o deslocamento dos ex-

⁵ No livro, o autor descreve a terra, a seca e os sertanejos – pessoas que resistiram bravamente não só às investidas do exército, mas à fome, à sede e à miséria. Euclides da Cunha destaca essas regiões e a realidade de um povo brasileiro que é frequentemente esquecido pelo Estado.

⁶ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “População do Brasil por Estados (1872, 1890, 1900 e 1910)”.

combatentes de Canudos; o aumento do número de escravizados libertos à procura de empregos e condições básicas de subsistência e as políticas imigratórias adotadas pelas teorias de embranquecimento disseminadas no Brasil.

O primeiro grupo retornava do massacre que aconteceu no sertão baiano com a promessa de que receberia apoio do governo. O que aconteceu, na verdade, foi que os soldados que voltaram da campanha de Canudos tiveram que se instalar no Morro da Favella, conhecido também como Morro da Providência, “com a finalidade de pressionar o Ministério de Guerra a pagar seus soldos atrasados” (VALLADARES, 2005, p. 26).

Dentre os personagens que compõem a trama desenvolvida no Morro da Providência, em *Lado a Lado*, Percival (Rui Ricardo Diaz) representa o grupo dos ex-combatentes de Canudos. No início da trama, ele e a família afirmam estar há mais de sete anos esperando uma resposta do governo, enquanto vivem em situação precária, no lugar onde se formava a primeira favela brasileira. Logo no capítulo 5⁷, Percival recebe as personagens que foram expulsas dos cortiços e comenta sobre a espera:

Percival: a gente quando chegou aqui também careceu de ajuda... eu lutei na guerra de Canudos, dei até o que não tinha pra lutar no sertão. Ganhei o que em troca? O governo prometeu dar casa pra gente aqui no Rio. Espero há mais de sete anos aqui e nada das casas.

Para compreendermos os fatores relacionados aos outros dois grupos citados, vale salientar que a capital carioca vivia um período marcado pela busca dos ideais europeus de civilização, progresso e modernidade. Por isso, ela ainda era um projeto de cidade em transformação, que se “embelezaria” às custas dos pobres e dos negros. Inspirado nas reformas parisienses de Hasselmann, promovidas em meados do século XIX, Pereira Passos, prefeito da cidade entre os anos 1902 e 1906, transformou a capital em um grande canteiro de obras, com a promessa de transformar o Rio de Janeiro em uma espécie de “Paris tropical”.

Figura 1 – Uma das imagens reais das obras nas avenidas do Rio de Janeiro, no início do século XX, que foram veiculadas na telenovela⁸

Disponível em:

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12_v1_018.pdf

⁷ Capítulo 5, minuto 1’52”, exibido no dia 14/09/2012. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2140319/programa/?s=0s>

⁸ Filho (2015) aponta que, em busca de um realismo, “a trama mescla imagens reais da cidade do Rio de Janeiro durante o período das reformas urbanas Central” que, apresentadas inicialmente no preto e branco, eram gradativamente coloridas e ganhavam movimento, com os próprios personagens. Estratégia utilizada



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2132479/?s=22m47s>

Essas reformas, como apresentadas na imagem acima, foram motivadas pela necessidade de introduzir a capital aos padrões da *Belle Époque*. Entretanto, apesar das transformações promovidas ao longo do século XIX, a cidade ainda apresentava aspectos de uma colônia.

O Rio de Janeiro do início do século XX passava por surtos epidêmicos de doenças como a varíola, a febre amarela e a tuberculose, além de apresentar diversos problemas relacionados à infraestrutura, como a insalubridade e a falta de planejamento; às incontáveis ruelas mal pavimentadas e sem calçamento; à falta de distribuição de água e coleta de esgoto e à precariedade da iluminação pública (SILVA, 2018, p. 50 - 51). Dessa forma, os principais objetivos da reforma promovida por Pereira Passos eram a construção de “uma nova rede viária, a melhoria nas condições de salubridade pública e o embelezamento urbano” (SILVA, 2018, p. 48).

Ao final do século XIX, a população negra recém liberta havia se direcionado ao centro urbano da capital Federal, em busca de condições mínimas de sobrevivência. Uma das interpretações sobre os motivos da oficialização da abolição seria a possibilidade de transformar os homens e mulheres negros/as em consumidores, movimentando o mercado. No entanto, essa interpretação, “além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a grande maioria da população de cor (90%) já se encontra livre e economicamente ativa desde 1888” (GONZALEZ, 2020, p. 32).

para construir essa veracidade, ou “efeito do real”, como refletiremos mais à frente, sobre a narrativa da novela.

Ainda assim, “o racismo – enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida que beneficiou e beneficia determinados interesses” (GONZALEZ, 2020, p. 34). Com o estabelecimento de uma divisão racial do trabalho, houve também a manutenção da exclusão social da população negra. As oportunidades para os negros alforriados e livres eram escassas, resultando em desigualdades profundas e que perduram até os dias de hoje.

O que aconteceu, à época, foi a ocupação dessas pessoas em casebres sem estrutura, famílias amontoadas em espaços pequenos e em condições insalubres. A ocupação desses cortiços no centro do Rio de Janeiro foi, inclusive, a justificativa dada pelas autoridades às doenças que assolaram a capital, visto que eles passaram a ser diretamente relacionados aos problemas de insalubridade.

Na telenovela, Alberto Assunção é médico e, ao longo dos primeiros capítulos e graças às investidas de Constância, conquista o cargo de Delegado de Saúde do Rio de Janeiro. Em diversas conversas com a esposa e colegas, eles reafirmam a sentença de que os cortiços seriam o foco dessas doenças. No capítulo 2⁹, enquanto Assunção arruma o espartilho de Constância, eles encenam mais um desses diálogos:

Alberto: mas que atrapalhão!

Constância: ai, a Luzia deveria estar me ajudando, mas ela inventa doença pra fugir do trabalho!

Alberto: não, Constância, eu mesmo a examinei, ela está doente, ela tá ardendo em febre.

Constância: então é melhor ela não aparecer no quarto mesmo, sabe lá que doença de pobre eu poderia pegar. Por isso eu acho que a prefeitura tinha mais é que sair destruindo esses cortiços que emporcalham a cidade. Pobre amontoadado só gera doença!

Assim, a europeização e o desenvolvimento da sociedade brasileira só seriam possíveis com o incentivo da vinda de imigrantes para o Brasil e a expulsão das pessoas negras, tidas como inferiores, do convívio social nas cidades. Por isso, o terceiro grupo que acarretou o inchaço populacional do Distrito Federal foi formado especialmente pelas ideologias de branqueamento, forjadas na colonialidade. Discutiremos essas políticas adiante.

⁹ Capítulo 2 (11/09/2012), minuto 13’47”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2134584/?s=01m49s>

Além da intenção de embranquecer a sociedade brasileira, o projeto eugenista esteve atrelado às políticas sanitaristas dos anos 1900. A medicina social apontava que a solução para a modernização do espaço carioca só seria possível através de um projeto de “limpeza urbana”, o que, à época, significava expulsar a população negra do centro da cidade, visto que a coexistência de negros e brancos no espaço central da capital conflitava com a imagem de desenvolvimento e progresso da nação que tais grupos pretendiam criar.

O projeto de Pereira Passos focou, então, na expulsão dessas pessoas das regiões que interessavam aos projetos de urbanização e na higienização da cidade. Daí surgiu o movimento Bota Abaixo, que demoliu de forma massiva os cortiços e empurrou a população para a margem, visto que essas habitações eram consideradas local de moradia não só da classe de trabalhadores, mas também daqueles considerados “vagabundos” e “malandros”. De acordo com Licia Valladares (2005, p. 24), “o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, construindo ameaça à ordem social e moral”.

As personagens Isabel, Berenice (Sheron Menezes), tia Jurema (Zezeh Barbosa), Afonso (Milton Gonçalves), Isidoro (Tião D’Ávila), Caniço (Marcello Melo) e Zé Maria (Lázaro Ramos) vivenciam, na telenovela, o processo de derrubada dos cortiços e a perda de praticamente todos os seus pertences. No capítulo 2¹⁰, os personagens comentam sobre como aconteceu a demolição de cortiços vizinhos e o medo do que aconteceria com eles em breve.

Logo em seguida, nos capítulos 3¹¹ e 4¹², a demolição dos cortiços em que eles moravam acontece. As cenas mostram a brutalidade dos policiais que comandaram a expulsão e o desespero dos moradores que corriam para tentar salvar o pouco que lhes restavam, enquanto as paredes iam sendo derrubadas.

Quando Isabel e Afonso chegam do casamento, se deparam com a correria:

Policial: leva todo mundo, leva, leva! Rápido!

Afonso: vocês derrubaram as nossas casas e não querem deixar a gente tirar as nossas coisas?

Policial: não tem coisa nenhuma aqui não, senhor. O que tem é lixo e entulho, e logo mais vai ter uma avenida aqui.

¹⁰ Capítulo 2 (11/09/2012), minuto 17’48”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2134584/programa/?s=0s>

¹¹ Capítulo 3 (12/09/2012), minuto 5’00”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2136408/programa/?s=0s>

¹² Capítulo 4 (13/09/2012), minuto 15’33”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2138666/programa/?s=0s>

Isidoro: mas deixa a gente pelo menos entrar pra ver se salva alguma peça de roupa!

Policial: todo mundo pra fora!

Isabel: eu sei que o prédio não é nosso, as casas são alugadas, se o dono não lutou pelo que é dele, azar! Mas o que tá aqui é nosso, trabalhamos muito pra ter! Meu pai mora aqui desde que se tornou homem livre, eu trabalho em casa de família desde que eu tenho 14 anos, eu paguei com meu suor cada vestido que tá embaixo dessa poeira e eu vou levar agora. Vem pai!

Figura 2 – derrubada dos cortiços na telenovela



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2138666/?s=21m34s>

Figura 3 – derrubada dos cortiços na telenovela



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2138666/?s=21m34s>

Enquanto isso, ainda no capítulo 3¹³, Edgar, advogado recém-formado em Lisboa, comenta empolgado sobre o seu retorno ao Rio de Janeiro em um momento de grandes transformações. Ancorado nas políticas de higienização e embelezamento da cidade,

¹³ Capítulo 3 (12/09/2012), minuto 14'40". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2136408/programa/?s=0s>

Edgar acredita que o movimento Bota Abaixo é uma medida positiva do governo, por “arejar” a capital e impedir a proliferação de doenças, sem considerar o destino das pessoas que seriam expulsas de suas casas.

Vale mencionar que, ainda que o projeto de demolição dos cortiços tenha se intensificado com as políticas de saneamento e embranquecimento do Distrito Federal, a perseguição às habitações populares já existia desde o final do século XIX. Anos antes do movimento, de acordo com Carvalho (1987), já era possível perceber a reação negativa da população pobre e negra com relação à República. A expectativa de que se abriam caminhos novos para a participação social e política com a alternância do regime não atingiu essa parcela da população. Dessa forma, uma das formas de prevenção a qualquer tipo de revolta “manifestou-se na perseguição movida por Sampaio Ferraz contra os capoeiras, na luta contra os bicheiros e na destruição, pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, a Cabeça de Porco, em 1892” (CARVALHO, 1987, p. 29 e 30).

A saída, para as pessoas que estavam sendo despejadas de suas casas, era a de apertar-se ainda mais nos cortiços que permaneciam temporariamente de pé; subir para os morros ou deslocar-se para os subúrbios. Há uma ligação direta entre a derrubada dos cortiços e o processo de ocupação dos morros, visto que a grande maioria da população desalojada se dirigiu para a região em que se formava a primeira favela brasileira.

Desde a sua origem, a favela reflete “a especificidade de uma história marcada por conflitos, preconceitos e estigmas, resistência e vitalidade” (MARCIER; OLIVEIRA, 2006, p. 61). Ocupada por uma população excluída da esfera política, as favelas foram, por muitos anos, esquecidas pelo poder público, invisibilizadas, e seus moradores “abandonados à própria sorte”. Além disso, o nome carregava o estigma de abarcar um local em que a violência e a desordem reinavam.

Falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado. É falar particularmente da cidade do Rio de Janeiro na República, entrecortada por interesses e conflitos regionais profundos. Pode-se dizer que as favelas tornaram-se uma marca da capital federal, em decorrência (não intencionada) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento — para torná-la uma cidade europeia (ALVITO; ZALUAR, 2006, p. 07).

Ainda que a existência das favelas seja anterior à ocupação massiva da população expulsa dos cortiços, tendo, de acordo com Valladares (2005), reconhecido um povoamento de algumas áreas desde 1881, foi o Morro da Favella que entrou para a história, considerado o “marco” do início dos processos de favelização no Brasil.

Além disso, “somente durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella” (VALLADARES, 2005, p. 26). Dessa forma, a favela surgia como uma categoria para compreender as habitações pobres e irregulares que se multiplicavam nos morros cariocas.

O significado do nome dado ao antigo Morro da Providência, “Favella”, retoma o processo de ocupação dos morros pelos combatentes da Guerra de Canudos. Valladares (2005) apresenta duas razões para o nome:

1ª) a planta favella, que dera seu nome ao Morro da Favella - situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia - ser também encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência; e 2ª) a feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República, e a tomada dessa posição representando uma virada decisiva da batalha (VALLADARES, 2005, p. 29).

A segunda razão pode nos remeter à posição estratégica relacionada ao morro que, assim como favoreceu o povoado do arraial de Canudos, poderiam favorecer a posição dos ex-combatentes em relação ao Ministério de Guerra. O morro, por sua posição privilegiada, “se debruça sobre a cidade e, isolado, oculta de quem observa de baixo aquilo que se passa no alto” (VALLADARES, 2005, p. 31).

Apesar disso, entretanto, o projeto de modernidade que estava em voga na capital não atingiu a totalidade dos cidadãos, muito menos chegou a subir as favelas. Enquanto os avanços podiam ser sentidos no Centro e na Zona Sul da cidade, os subúrbios e as favelas permaneciam com diversos problemas relacionados ao abandono do Estado, tais como a falta de distribuição de água e coleta de esgoto; a deficiência dos horários dos transportes públicos e o sucateamento desses veículos, além do abandono em relação à assistência à saúde e à educação.

Em *Lado a Lado*, após ter conhecido a realidade do Morro da Providência, Laura pede ao seu pai, no capítulo 17¹⁴, que vá até lá ajudar a população:

Laura: eles precisam da sua ajuda! A favela existe, tá aí pra quem quiser ver e pra quem não quiser também.

Assunção: filha, eu não preciso subir o Morro da Providência pra enxergar o...

Laura: o que está à frente do seu nariz?

Assunção: Laura, eu enxergo bem mais longe do que isso.

Laura: mas ainda assim prefere fingir que não tá acontecendo nada? No jornal do Guerra, eles estão dizendo...

¹⁴ Capítulo 17 (28/09/2012), minuto 29:18”. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/2163369/?s=09m22s>

Assunção: ah, o jornal do Guerra, o oposicionista? Sei... Eu sabia que aí tinha coisa!

Laura: pai... Pai! Você não vai negar um pedido meu, vai?

Assunção: filha, aquela área não está nem dentro do plano de vacinação... Eu vou ver o que eu posso fazer.

Já no capítulo 18¹⁵, quando Assunção sobe o Morro da Providência e conhece a realidade de seus moradores, ele comenta com o delegado Praxedes que, ainda assim, esqueceria aquele lugar.

Assunção: isso aqui é deplorável!

Praxedes: pior que os cortiços!

Assunção: mas os cortiços estavam no meio do caminho do progresso. Aqui, pelo menos, eles não atrapalham a reconstrução da cidade e nem estão no caminho do porto das exportações. Ah, Dr. Praxedes, eu por mim esquecia esse lugar.

O empobrecimento material dessas pessoas que ocuparam os morros e a falta de acesso a políticas públicas é associado a uma degradação moral, reforçada pelo racismo e pela inferiorização de tudo aquilo que provém das favelas. Associações que são, até hoje, lançadas sobre os moradores das favelas e periferias no Brasil. Prado (2012) afirma que

elas [as favelas] são associadas à ocupação irregular do território; falta de infraestrutura e serviços básicos de higiene e saúde; áreas sujeitas a deslizamentos e enchentes; grande concentração de pobres (tomando o conceito de pobreza também como evidente, embora ainda não se tenha uma definição formalmente aceita); área sob o domínio do poder “poder paralelo” (traficantes de drogas) e marcada por crimes violentos; altos índices de criminalidade; povoadas por “jovens em situação de risco” e à ausência do Estado” (PRADO, 2012, p. 37).

Desde a sua formação, marcada ao longo do período retratado pela telenovela, até meados do século XX, as favelas permaneceram sendo este lugar de abandono. Somente no ano de 1927 que elas passaram a ser vistas como um problema, consideradas um obstáculo para a urbanização e o desenvolvimento das cidades. Elas passam a ser consideradas como o que eram antes os cortiços, enquadradas como “foco de imoralidade, desordem, insegurança, contrárias à higiene geral da cidade e entrave para o desenvolvimento estético da capital” (PRADO, 2012, p. 37). Acreditava-se, portanto, que a solução dos problemas sociais e morais desses indivíduos seria remover toda a população das favelas.

¹⁵ Capítulo 18 (29/09/2012), minuto 20'38". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2164666/?s=27m12s>

Mantida, ao longo de décadas, à margem das políticas do Estado, as favelas passaram a ser reconhecidas por uma perspectiva preconceituosa de que seus moradores precisavam ser civilizados e moralizados para que tivessem condições de integrarem a cidade. Sua população, constituída por uma maioria negra, era (e ainda é, em certa medida) considerada hereditariamente atrasada. “Assume-se, portanto, a compreensão de que viver nessas regiões é um estágio degradante a ser superado, dando margem a interpretações associadas à busca por uma ‘educação para a cultura’” (PRADO, 2012, p. 49).

As práticas culturais das favelas e da periferia, portanto, não eram (e ainda não são) consideradas dignas de ocupar outros espaços que não estes. Ao longo do período narrado pela telenovela, aliás, as favelas ainda não haviam sido pensadas nem como um problema a ser enfrentado. Essas pessoas se mantiveram, por anos, abandonadas nos morros, sem acesso aos direitos humanos básicos.

Aliás, enquanto a participação política no Brasil era ínfima, a isenção e a ineficiência do governo em adotar medidas que promovessem a educação de toda a população manteria boa parte dos brasileiros excluídos, haja vista que um dos requisitos para exercer a cidadania era a alfabetização.

De acordo com Carvalho (1987), dos mais de 500 mil habitantes do Rio de Janeiro em 1890, apenas 109.421 estariam aptos a votar, o que corresponde a menos de 20% da população total. Assim, “a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação” (CARVALHO, 1987, p. 85). Além disso, das pessoas aptas, um pequeno percentual realmente chegava a votar nas eleições, o que reduz ainda mais a porcentagem de eleitores.

Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os alistados tinham subido para 42.252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13.127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.

As coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Nas eleições presidenciais de 1910, 21 anos após a Proclamação da República, havia no Distrito Federal 25.246 eleitores, isto é, 2,7% da população calculada para este ano. Apenas 8.687 compareceram às urnas, isto é, 34% dos eleitores e 0,9% da população total. Computando somente os votos apurados - a química eleitoral da época conseguia anular muitos votos - verificamos que representavam 18% dos eleitores e 0,5% da população total. Pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto (CARVALHO, 1987, p. 85-86).

Sendo assim, o voto era concedido àqueles que preservariam a manutenção do poder republicano nas mãos das oligarquias, reproduzindo as forças e as demandas das elites e dos fazendeiros. Nesse sentido, além de não terem garantida uma infraestrutura básica, as populações pobres e negras também sofriam com a limitação de seus direitos sociais, que serviriam para a manutenção de um poder elitista, branco e que se dizia “europeu”.

Vale lembrar, também, que ao longo do período retratado pela telenovela *Lado a Lado*, o Rio de Janeiro foi palco de diversas manifestações sociais, como a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata, importantes movimentos para pensar a construção da trama e o pano de fundo histórico por trás da vida das personagens.

A Revolta da Vacina aconteceu porque as doenças que assolavam o Rio de Janeiro na época também eram uma questão a ser resolvida pelo projeto de reurbanização e higienização da cidade. No entanto, a campanha de vacinação promovida por Oswaldo Cruz foi realizada, assim como as demais medidas adotadas pelo governo, de forma autoritária.

Apesar de tomarem medidas que beneficiariam a população, as Brigadas Sanitárias agiram junto da polícia, através da invasão das casas e sem informar de fato à população sobre a importância da vacinação. No capítulo 28¹⁶, os jornalistas Jonas, Guerra e Neto conversam sobre o tema:

Neto: tudo o que é obrigatório assusta, né?

Jonas: vacina assusta até quando é por livre e espontânea vontade!

Neto: Jonas, eu não sabia que você tinha medo de agulha!

Guerra: o problema não é a agulha e nem a obrigação e, sim, a ignorância. A lei foi publicada, mas ninguém sabe do que se trata. Aí espalham os boatos, né?

Jonas: não, tem gente dizendo até que a vacina vai ser aplicada nas partes íntimas.

Guerra: e é o que eu disse. Ignorância e falatório juntos causam mais estrago do que essa campanha contra a vacina.

Neto: um equívoco isso tudo. A vacina é um sucesso. Erradicou a varíola em vários países da Europa, inclusive na França.

Jonas: é, mas será que isso vai funcionar aqui também? Nem tudo que é bom pra Europa...

Guerra: Jonas, você tem medo de agulha, né?

Neto: mas olha, a coisa é séria. Vocês sabiam que o Rio de Janeiro é um dos principais focos de varíola do país? Coragem, Jonas, a agulha pode salvar a sua vida!

¹⁶ Capítulo 28 (11/10/2012), minuto 15'51". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2185160/?s=16m31s>

Além disso, a população carioca do início do século XX acreditava que era uma “ofensa à honra do chefe de família ter seu domicílio invadido e sua mulher e filhas despidas para a vacinação. [...] Lar e honra eram argumentos inegociáveis para muitos, sobretudo, para os quase 20% da população que participou da revolta” (PRIORE, 2016, p. 37).

Em *Lado a Lado*, não só os interesses que envolviam disputas políticas são abordados ao movimento da Revolta, mas também questões ligadas à honra e ao pudor das mulheres. Durante os episódios que retratam as manifestações, as personagens Celinha (Isabela Garcia), Carlota (Christiana Guinle) e Alice (Juliane Araújo), por exemplo, vivem questionando a validade da campanha de vacinação e o ataque que seria à honra da família se as mulheres se deixassem tocar pelos enfermeiros que aplicariam a dose.

Celinha: eu ia tomar a vacina mesmo se não fosse obrigatório. Não entendo a revolta das pessoas. É curioso, parece que a única coisa que une ricos e pobres nesse país é o medo da vacina.

Alice: a tia Constância não veio?

Carlota: preferiu ficar em casa. E agora que eu cheguei, vamos mudando de assunto. Que coisa mais indecente! Eu jamais permitiria que alguém tocasse no meu corpo dessa maneira, muito menos no da minha filha. Agora eu compreendo por que é que você não arranhou marido, minha querida. Falta de pudor e de bom senso.

Celinha: me espanta você, Carlota! Fala tanto da modernidade parisiense, devia estar festejando a vacinação. O Rio está seguindo o exemplo da França. A doença por lá já acabou e eu queria lembrar-lhe que a varíola é uma doença que ataca a todos, sem distinção de classe!

Carlota: ainda por cima é insolente, era só o que me faltava.

Alice: eu entendo a tia Celinha, mas eu também tenho receio de ser tocada assim desse jeito.

Celinha: mas isso é uma simples agulhada no braço, Alice. Ou alguém aqui quer ficar com o corpo todo “bexiguento”?

Alice: assim a senhora me assusta.

Celinha: mas é pra assustar mesmo, pois é assim que as duas vão ficar se não tomarem a vacina. Bexigentas!¹⁷

À época, além disso, ainda que estivéssemos em um país tropical, a moda e os costumes eram importados da Europa. As roupas quentes e cumpridas escondiam os corpos e revelavam a manutenção da castidade das mulheres. Levantar as mangas de seus vestidos para um homem, mesmo que em prol de uma questão de saúde pública, era um escândalo para a sociedade carioca.

¹⁷ Capítulo 28, minuto 22’28”, exibido em 11/10/2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2185160/?s=16m31s>

Dessa forma, adicionada à insatisfação popular acerca da forma como a República estava sendo conduzida, a reação às vacinas teve início. A Revolta aconteceu no ano de 1904 e Priore (2016, p. 36) afirma que houve “comícios, incêndios de bondes, saques de estabelecimentos comerciais e destruição dos novíssimos postes *art nouveau* que iluminavam as ruas”.

Por mais que, como afirma Celinha, a varíola fosse uma doença “sem distinção de classe”, havia um interesse econômico por trás de sua campanha, como Assunção explicita no diálogo abaixo. No entanto, as favelas, que foram por muitos anos esquecidas pelo poder público, como já vimos, não estão inseridas na campanha de vacinação. E, no decorrer da Revolta, Laura pede novamente que seu pai vá ao Morro da Providência alertar a população sobre a importância da vacina.

Laura: a vacina é uma coisa boa, isso tudo é uma loucura.

Assunção: é uma loucura porque são uns ignorantes.

Laura: ignoram porque não têm acesso ao conhecimento, à educação. O senhor me desculpe, mas eu não lembro da Diretoria de Saúde esclarecendo o povo sobre a vacina, só mandam tomar.

Assunção: mandam tomar porque nós queremos a modernização. A Avenida Central é um caminho aberto para o porto. Nós queremos exportar mais, importar mais. O Rio de Janeiro vai ser como Londres ou Paris.

Laura: ai, parece que eu tô ouvindo a dona Constância falando.

Assunção: acontece que nós vamos erradicar a varíola por razões econômicas, minha filha. Para atrair investimentos, investidores, estrangeiros... e até mão de obra braçal sim. Branca, dessa vez.

Laura: mas e os trabalhadores negros que já estão aqui? E o pai da Isabel, a dona Jurema e toda aquela gente que eu já te falei?

Assunção: você tá falando daquela gente do morro? Esquece eles, filha, ninguém vê eles lá.

Laura: meu querido pai, se alguém lá no morro morrer de varíola, eu vou pessoalmente responsabilizar o senhor.¹⁸

Já a Revolta da Chibata aconteceu seis anos depois, organizada pelos soldados da Marinha brasileira, em 1910. Ela ocorreu em embarcações da Marinha que estavam atracadas na Baía de Guanabara. De acordo com Priore (2016, p. 41), na ocasião “rebelaram-se cerca de 2.400 marinheiros contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e alimentação e, particularmente, contra o uso de castigos físicos”. Geralmente esses marujos eram homens pobres e negros.

Oficialmente, as chibatadas foram proibidas em 1890 na Marinha do Brasil, mas os marujos testemunhavam os castigos frequentemente. Apesar do país estar há 22 anos livre do modelo escravagista, os comandantes da Marinha utilizavam do chicote para castigar qualquer tipo de desvio da ordem dentro dos navios.

¹⁸ Capítulo 30 (13/10/2012), minuto 23. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2188685/?s=0s>

Na trama, os personagens Chico (César Melo) e Zé Maria se alistam à Marinha brasileira. Além das condições de insalubridade no trabalho, os marujos enfrentavam a rigidez dos mandos e dos castigos de seus comandantes. Chico foi pego pelos comandantes jogando cartas com alguns marujos e, por isso, seria castigado em 100 chibatadas.

Figura 4 – Zé Maria enfrenta o capitão da Marinha



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2232538/?s=15m20s>

Ao defender o amigo e discutir com as autoridades, Zé Maria sofreu o castigo de 100 chibatadas:

Capitão: perdeu o juízo, marujo?

Zé Maria: não, pelo contrário. Eu tô muito consciente. O senhor foi quem perdeu o juízo. Deixa o Chico, ele não fez nada demais.

Capitão: muito bem, larguem ele... Até que para um preto você é corajoso, e como prêmio, você vai levar uma surra no lugar do seu companheiro.

Chico: não, não, não! Não é justo ele ser açoitado no meu lugar!

Capitão: você quer apanhar junto com ele? Eu vou adorar a experiência de açoitador dois negros de uma vez só!

Zé Maria: não, fui eu quem desafiei o senhor, quem tem que ser açoitado sou eu. Agora eu quero lembrar uma coisa pro senhor, a escravidão já acabou há 22 anos no Brasil. Tem gente que não entendeu isso ainda, né? É inacreditável, a gente entra na marinha pra lutar pelo nosso país e é tratado desse jeito

Capitão: você tá dramatizando, rapaz. O caso é muito simples: o marujo transgrediu a regra e vai ter que ser punido

Zé Maria: castigo físico é proibido nas Forças Armadas!

Capitão: quem fez essa lei não entende nada de disciplina militar. Tira a camisa!

Zé Maria: que disciplina é essa, que só é aplicada aos marujos negros?

Capitão: deixa de bancar o herói, você só vai piorar a sua situação. Se você continuar assim eu vou ser obrigado a te dar mais 10 chibatadas

Zé Maria: então pode dar! – Zé Maria se desprende dos seguranças e começa a tirar o seu uniforme – pode dar que eu não tenho medo não, capitão. Que o

meu corpo fique marcado, pra eu mostrar pros filhos que eu ainda vou ter, assim como o meu pai me mostrou as surras que ele levou na época em que ele era escravo. Já são 400 anos de açoite no meu povo, capitão, e o senhor pode ter certeza, isso vai acabar. Os meus filhos não vão ser açoitados como o pai ou o avô, não. Eles vão viver num mundo diferente desses que vocês criaram. Esse mundo de intolerância, de violência e de um ódio sem explicação.

Capitão: bravíssimo! Até que pra um preto você fala bem. E pra mostrar como eu sou uma pessoa tolerante, eu deixei você terminar o seu discurso, mas agora chega que eu não tenho mais tempo a perder com isso. Amarrem ele!

- *Nesse momento, Zé Maria leva as chibatadas na frente de seus colegas marujos.*¹⁹

Ao longo dos capítulos que abordam a Revolta da Chibata, João Cândido é citado diversas vezes por Zé Maria. O “Almirante Negro”, como era conhecido, se tornou um dos líderes mais respeitados da história do Brasil. Ele liderou a tomada de quatro navios de guerra na Baía de Guanabara, em que cerca de 80 canhões foram apontados para o Rio de Janeiro.

Em depoimento para o Jornal Correio da Manhã, de 1910, João Cândido afirmou: “as carnes de um servidor da pátria só serão cortadas pelas armas dos inimigos, mas nunca pela chibata de seus irmãos”.

Assim como a telenovela apresenta, no entanto, ao fim da Revolta diversos marinheiros foram expulsos, presos e mortos. João Cândido foi preso e submetido a condições insalubres. E, mesmo 100 anos após a Revolta, em 2021, a Marinha Brasileira se opôs a reconhecê-lo como um Herói da Pátria, mesmo tendo cumprido com o objetivo de acabar com as chibatadas em seus companheiros. Sua anistia só foi cedida pelo Estado brasileiro em 2008 e, mesmo com resistência da Marinha, João Cândido foi considerado Herói da Pátria por Brasília em 2021.²⁰

Todas essas questões abordadas pela telenovela são parte de um país que buscava se modernizar, baseado em uma temporalidade linear inalcançável. A Europa que os brasileiros queriam trazer para o Rio de Janeiro estava constituída em um projeto de futuro que, é claro, não se concretizaria. De acordo com Ortiz (2013), enquanto estivéssemos pautados nesse modelo linear e hierarquizante, o moderno seria compreendido sempre no porvir.

No entanto, há de se reconhecer que, por mais que a tentativa de apagamento dessas populações desviantes do ideal civilizatório europeu tivesse ocorrido de maneira

¹⁹ Capítulo 52 (08/11/2012), minuto 14’04”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2232538/programa/?s=17m40s>

²⁰ Dados apresentados pelo Uol: <https://www.uol.com.br/ecoa/amp-stories/joao-candido-quem-foi-o-lider-da-revolta-da-chibata/>

intensa, através de políticas de embranquecimento social — como veremos a seguir — e da expulsão dos negros das cidades, havia, do outro lado, inúmeras práticas de resistência e reafirmação.

1.1.1. Valores circulantes relacionados às políticas de embranquecimento no Brasil

Após a abolição da escravidão, de acordo com Santana e Santos (2016, p. 31), “quando o negro é percebido como parte da sociedade nacional, a afirmação de que o país se constituiu da fusão das três raças principais se afirmou”. Dessa forma, o Brasil enfrentou a necessidade de redefinir a presença do negro na sociedade.

Ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro buscava se modernizar, ancorado nos ideais de progresso e civilização, o país, como um todo, buscava se concretizar enquanto nação, a partir de uma “identidade brasileira”, atrelada às teorias eugenistas, apoiadas no “pensamento de estrangeiros, que, embora eivado de falhas e distorções, aqui chegava com aura de ciência e era acolhido como verdade inconteste”. Essas teorias se pretendiam, de acordo com Kabengele Munanga (2020), brancas, cristãs e europeizadas (MUNANGA, 2020, p. 21).

A crença, à época, era de que “o brasileiro se mistura de uma raça superior e de duas inferiores — o negro e o índio” e, por isso, “a mestiçagem conduzia-nos necessariamente a uma subalternidade intransponível” (ORTIZ, 2013, p. 615). Dessa forma, a modernidade, ideal a ser alcançado, estaria impedida, devido à miscigenação e à inferioridade das características presentes nos povos negros e indígenas.

Desenvolvidas ao longo dos séculos XVIII entre pesquisadores europeus e, posteriormente XIX e XX, entre brasileiros, as teorias acerca da mestiçagem não foram pensadas apenas como um fenômeno biológico, da mistura de carga genética entre as diferentes raças. Munanga (2020) afirma que existe uma manipulação ideológica na forma pela qual pensamos as nossas identidades biológicas. Assim, “a noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as diversas conotações” (MUNANGA, 2020, p. 24) que dizem respeito, também, aos fatores psicológicos, econômicos, sociais e políticos desse fenômeno.

A solução para superá-la, de acordo com alguns teóricos brasileiros da época, seria a promoção de uma política de embranquecimento. A primeira fase desse pensamento foi baseada nas teorias pessimistas acerca da miscigenação, construídas por pesquisadores

como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e João Batista Lacerda que, dentre as principais propostas ou afirmações estariam: a noção de mestiçagem apenas como uma fase transitória, que levaria à constituição de uma nação brasileira branca no decorrer de três ou quatro séculos, para Romero, e cerca de dois séculos para Lacerda. Em contrapartida, Euclides da Cunha acreditava que o Brasil nunca seria formado por uma raça homogênea, visto que as raças conduziriam a uma heterogeneidade racial, mas o autor tinha a visão do mestiço como um ser desequilibrado (MUNANGA, 2020).

Já Nina Rodrigues acreditava que a mistura da raça inferior à superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas ao povo brasileiro. O autor pregava a institucionalização da diferença entre as raças — o que poderia levar o país a um tipo de *apartheid*, como aconteceu nos Estados Unidos e na África do Sul. E Lacerda, apesar de “menos pessimista” com relação às previsões de Romero, não acreditava que os mestiços tinham uma capacidade intelectual inferior, mas também dizia que eles não poderiam ser capazes de competir com outras qualidades das raças mais “fortes” (MUNANGA, 2020).

Enquanto outros autores, como Alberto Torres, Manuel Bonfim e Edgar Roquete Pinto, trazem algumas questões discordantes em relação à noção de inferioridade racial propagadas pelas doutrinas racistas, ainda existiam aqueles que, como Oliveira Viana, afirmavam ser o mestiço um ser deslocado. Isso, além de contribuir ainda mais para o pensamento segregacionista da elite brasileira, foi, de acordo com Munanga (2020) fundamental para a construção de uma armadilha que quebrasse “a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a formação da identidade comum do seu bloco, já dividido entre os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negros” (MUNANGA, 2020, p. 72). Quebra esta que repercute até hoje no processo de formação de uma “identidade negra”.

Dessa forma, grande parte dos teóricos eugenistas se baseavam na crença de que o mestiço “possuiria todas as taras e os defeitos transmitidos pela herança biológica, e apontaram: a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual e a inconsistência” como resultado da miscigenação (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 31).

Portanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, acreditava-se que haveria uma “supressão lenta e gradual das deficiências hereditárias do brasileiro” (ORTIZ, 2013, p. 615), a partir da política de embranquecimento.

Em *Lado a Lado*, essa política é aplicada desde o início da trama pelo processo de expulsão dos negros dos cortiços. Provavelmente, o fim do período escravocrata pode ter sido o pretexto para o nascimento do que Pinho (2021) chama de “branquitude injuriada”.

Ao perceberem a possibilidade de que as fronteiras entre si e o “Outro” fossem minimamente suavizadas, a reação da elite fez por reforçar o ideal de que pobres e negros deveriam permanecer em “seus lugares”.

Essa “branquitude injuriada” é representada na telenovela por personagens como Constância e Bonifácio, que apresentam em seus discursos o medo “sempre existente, porém dormente, da alteridade” (PINHO, 2021, p. 39). No capítulo 24²¹, a Constância vai até a casa de Laura e Edgar para expulsar a Isabel, que foi hospedada pelos amigos. Quando Laura descobre, ela vai até a casa de sua mãe afrontá-la, afirmando que ela não teria o direito de interferir em sua vida. Ao final da discussão, Constância afirma:

Constância: mas eu não tenho nada contra as pessoas de cor, eu apenas acho que cada um deva ficar no seu lugar.

[...]

Constância: Edgar, você é um homem culto, viajado, à frente do seu tempo, o que eu admiro muitíssimo, mas o nosso tempo é esse e o nosso lugar é esse. E aqui e agora, uma filha de escravos frequentar uma casa de uma filha de um Barão e do filho de um Senador é um escândalo que nós podemos evitar!

Pinho (2021) define a branquitude como um valor social, que deve ser preservado por quem já o detêm e, também, obtido por aqueles que não possuem. Ela afirma, também, que a branquitude é concebida como um ideal forjado pela elite brasileira ao fim do século XIX, definindo a si mesmos como o padrão universal de humanidade. Sendo assim, seria um desejo do negro “tornar-se branco”.

No mesmo capítulo citado acima, Constância segue o diálogo com seu filho, Albertinho, que interrompe a discussão entre o casal e sua mãe. Nesse momento, ela reforça a noção de que Isabel teria se relacionado com o rapaz e com a Laura apenas pela posição social da família, desejando ascender socialmente e, portanto, tornar-se também “menos negra”, ou melhor, “mais branca”.

Albertinho: que Isabel é essa, mamãe?

Constância: a sua mulata, ora!

Albertinho: a Laura é amiga da Isabel?

Constância: e culpa sua! Quem mandou você se meter com gente dessa laia? Você encheu a cabeça da moça de promessas e, agora, a mulata está querendo virar madame às custas da sua irmã.

Ora, o que a branquitude faz nada mais é do que silenciar, omitir e distorcer o lugar do branco na situação das desigualdades raciais do país (BENTO, 2002). Maria

²¹ Capítulo 24 (06/10/2012), minuto 26. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2176195/?s=28m35s>

Aparecida da Silva Bento (2002, p. 1) afirma, portanto, que “o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais”. Essa falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais, afirma a autora, é uma maneira de reforçar a construção de um imaginário negativo sobre o negro.

No capítulo 95²², Afonso comenta que a mãe falecida de Isabel é fruto de uma relação de violência entre o senhor do engenho e uma mulher escravizada. Isabel teria nascido "clarinha" e, conseqüentemente, seria considerada “mais bonita” socialmente, devido aos traumas vividos pela avó. Nas senzalas, os filhos de senhores com mulheres escravizadas eram, de certa forma, “poupados”, dos serviços mais pesados. Quando Constância decide criar Elias (o filho roubado de Isabel) às escondidas, ela relembra um caso parecido em sua família:

Constância: você se lembra quando morávamos no engenho, da Sebastiana?

Carlota: a mucama da mamãe?

Constância: exatamente. Lembra como gostávamos de torturar a Celinha, dizendo que elas eram parecidas?

Carlota: lembro, isso é coisa de criança... Já passou.

Constância: não, é coisa de gente grande, isso sim. Todo mundo sabia que a Sebastiana era filha do nosso avô, meia irmã da nossa mãe. Isso nunca foi dito, mas todo mundo sabia.

Carlota: pra que falar isso agora?

Constância: a Sebastiana era filha ilegítima, mestiça, mas o nosso sangue corria nas veias dela também, e isso sempre foi levado em consideração. Ela era bem tratada, recebia boa comida, as melhores roupas, podia-se dizer que ela era *quase* da família.

Carlota: e você bem disse, quase.

Constância: e a Sebastiana nunca reclamou, nunca fez um escândalo. Ela era muito grata por tudo o que tinha recebido... Como as coisas naquela época eram tão mais simples! Tudo aquilo que eu falei pra Isabel era verdade, se fosse em outra época isso tudo seria normal, mas é que agora...

Carlota: agora está tudo diferente.

Constância: a tal da Isabel me responde como se fosse gente, me enfrenta. Se diz amiga da Laura... e as duas se tratam de igual pra igual. Se eu tivesse deixado isso na mão delas, a situação ia sair do controle. Essa criança teria virado um escândalo.

Carlota: os tempos mudaram, minha irmã. Não existem mais senzalas, engenhos onde a gente possa enfiar essa gente. Agora eles não se contentam mais com uma boa alimentação, com um bom status... não, agora é preciso muito mais pra fazer com que eles cale a boca.

Constância: mas ainda há meios de fazer com que essa gente fique cada um no seu lugar, como antes.

Carlota: o que é que você tá tramando, Constância? Esse seu novo plano tá começando a me assustar mais do que o anterior

²² Capítulo 95 (28/12/2012), minuto 10'55". Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/2318046/?s=12m30s>

Constância: eu vou fazer como sempre foi feito, Carlota. Uma ama de leite vai criar o meu neto sob minha supervisão e ninguém vai saber. A tal da Isabel está acreditando que o filho dela morreu. Vai ficar tudo em paz, Carlota.

Carlota: mas Constância, há pouco você queria transformar essa criança em anjo.

Constância: mas eu mudei de ideia. Essa criança não tem culpa de ter nascido daquela mulher, e quando eu olho pra esse menino eu vejo os nossos traços, Carlota. Qual a surpresa? Você não sabe que eu sou capaz de qualquer coisa pra proteger a Laura e o Albertinho? Os meus filhos! Por que como avó eu seria diferente? Afinal, ele *é quase* da família.²³

As notícias de um neto “mestiço” abalariam a reputação da família Assunção. O caso revelaria, como visto anteriormente, uma “defasagem” moral e intelectual na família. Mesmo quando revelado o parentesco de Elias com a família Assunção, Constância insiste em manter a relação como de costume: o menino entraria pela porta dos fundos e ficaria na cozinha, junto dos empregados, considerado “*quase* da família”.

Foi somente a partir dos anos 1930, que a miscigenação passou a ser encarada como uma expressão do Brasil e o governo destacou “a necessidade de unificação a partir da homogeneização étnica e cultural” do país (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 31). Assim, operou-se a transformação da mestiçagem em um valor positivo, a fim de compreender uma “identidade brasileira” democrática e harmoniosa. Essa exaltação de uma convivência pacífica entre os indivíduos se deu numa tentativa de encobrir os conflitos raciais exercidos aos negros e indígenas, enquanto suas práticas e símbolos foram apropriadas pela elite.

Ao longo da segunda metade do século XX, essa mistura variada de cores, texturas de cabelos e formas físicas acarretou o desenvolvimento de uma “identidade nacional” mista. Apesar de não ser um discurso heterogêneo ao longo do século, desenvolveu-se, a partir dos processos de miscigenação no Brasil, a ideia de que não existiam diferenças raciais.

Lélia Gonzalez (2020) afirma que, “esse silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial” (GONZALEZ, 2020, p. 44). A sustentação dessa ideia assegurou o apagamento de uma “identidade negra” e a continuação de políticas discriminatórias. Além disso, passou a direcionar aos negros a culpabilidade pela situação em que se viam.

Retomando às reflexões acerca do “problema” da miscigenação encarado no início do século XX, Ortiz (2013) afirma:

²³ Capítulo 42 (27/10/2012), minuto 1. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2212474/?s=0s>

os problemas e os preconceitos existentes até então — o passado escravocrata, a sociedade patriarcal, as dificuldades de se implantar um regime político democrático, a fragilidade da industrialização, a pobreza — podem ser enfim enfrentados. Não obstante, neste momento de “se fazer história” as dificuldades ainda permanecem: a situação colonial do país, sua dependência em relação à Europa e aos Estados Unidos, o subdesenvolvimento econômico e social etc. Torna-se necessário construir um projeto político capaz de libertar-nos de nossas amarras, de nosso passado colonial (ORTIZ, 2013, p. 617).

As teorias do embranquecimento e a tentativa de apagamento das práticas culturais, dos fenótipos e da ancestralidade dos povos colonizados foram impostas como uma maneira de “equilibrar” a questão racial do país e superar a nossa suposta subalternidade. Isto porque, de acordo com os teóricos, à época, estaríamos vivendo uma defasagem temporal em relação à modernidade. Nós, brasileiros, miscigenados, estaríamos sempre em uma posição de atraso, porque não alcançamos a modernidade.

Nesse sentido, pensar a branquitude nos permite compreender que vivemos um problema não apenas da perda da identidade negra, “mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado?” (BENTO, 2002, p. 25)

Essas tentativas de apagamento do passado brasileira foram um gesto político de opressão da nossa própria história, enquanto Brasil, enquanto América Latina e enquanto povos colonizados. Ainda assim, muitos foram os que resistiram às diversas violências físicas e simbólicas, que habitaram o lugar da diferença colonial, como veremos a frente.

1.1.2. Os discursos sociais sobre a “mulher” do início do século XX

Quando propomos refletir sobre a “mulher” do início do século XX, neste tópico, trazemos, na verdade, a forma como foram construídas as posições sociais dessas mulheres e a partir de qual lugar elas poderiam falar e agir. No entanto, como veremos à frente, a matriz colonial considerava apenas as mulheres brancas, visto que as colonizadas eram, para os colonizadores, destituídas de humanidade.

Sendo assim, a seguir consideraremos as percepções sobre as mulheres brancas, à época. Em seguida, trazemos reflexões sobre a categoria gênero no pensamento colonial e a noção de interseccionalidade, para pensar especificamente sobre as mulheres negras.

Ao voltarmos nossos olhares para o contexto sócio-histórico em que estão inseridas as personagens da análise deste trabalho, percebemos que o entusiasmo e as transformações vivenciadas pelos ideais de modernidade e progresso, após abolição da

escravatura e a Proclamação da República, não promoveram mudanças substantivas no cotidiano e nos costumes de boa parte da população brasileira.

Margarida de Souza Neves (2013, p. 26) aponta que, “concluído o movimento circular no plano político, a sociedade voltaria ao ponto de partida sem grandes convulsões. Sob novas formas, os antigos e os novos Donos do Poder manteriam firmes as rédeas do mando”. Dessa forma, na vida pública e privada, as esferas excluídas da sociedade e, especialmente, as mulheres, seguiram sofrendo as opressões da colonialidade.

A Igreja católica desempenhou papel fundamental ao longo dos séculos de colonização das Américas e foi responsável pela imposição dos dogmas e da ideologia cristã aos povos colonizados. Dentre os principais ensinamentos do fundamentalismo cristão estava a representação da mulher enquanto a encarnação do pecado, da sedução e da maldade. Justificava-se, por meio da religião, o medo e a desconfiança em relação às mulheres, que alimentaram sentimentos misóginos e a necessidade de impor limites a suas vidas, seus corpos e suas ações.

Ao longo do século XIX, a sociedade burguesa viu-se, de acordo com Michel Foucault (2011), confiscada, tendo sua sexualidade “cuidadosamente encerrada”. Simultaneamente aos discursos progressistas que nascem no século das luzes, há a necessidade de reprimir os desejos sexuais. “Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir” (FOUCAULT, 2011, p. 09).

No entanto, na mesma medida, as sociedades capitalistas e seus sistemas de poder aos poucos se desvinculavam dos dogmas religiosos, o que possibilitou a construção de uma nova forma de pensar as mulheres. Impulsionados pelas transformações políticas e o advento da República, muitos eram os discursos acerca das expectativas em relação ao avanço pelo qual a sociedade estava passando. Acreditava-se em um forte desprendimento de noções cristalizadas e que o Brasil estaria avançando a passos largos no caminho de uma civilização livre, democrática e desenvolvida.

Dentro desse contexto, as ideologias patriarcais que alimentavam o ódio e a opressão contra as mulheres brancas deixaram de se basear nos preceitos da imoralidade e do pecado. Ainda que se mantivesse a repressão contra os impulsos sexuais em todos os níveis da vida da mulher, as mulheres brancas passaram a ser vistas socialmente como virtuosas, frágeis, puras e inocentes.

Apesar da mudança significativa, homens e mulheres foram, ao longo da história, construídos a partir da materialidade de seus corpos, tendo reconhecidas as suas diferenças e a superioridade masculina como algo natural, fundado a partir de uma série de restrições e violações.

Compreender a materialidade e a significação dada a esses corpos, significa, de acordo com Judith Butler (2019), pensá-los “como um nexos historicamente contingente de poder/discurso”. As relações de poder operam na significação desses corpos, definindo aqueles que são ou não materializáveis ou, à luz de Butler (2019), aqueles que importam ou não. Nesse sentido, as oposições binárias que formulam as possibilidades de existência e poder entre masculino/feminino, brancos/negros, hetero/homossexuais, por exemplo, “são parte de uma economia falocêntrica²⁴ que produz o feminino como seu exterior constitutivo” (BUTLER, 2019, p. 70); ou seja, o feminino é destinado ao lugar da abjeção, subordinado à ordem de poder masculinista.

A categoria gênero, portanto, moldada e mantida pelas estruturas reguladoras de poder, cristalizaram e naturalizaram as formas como homens e mulheres deveriam ser, parecer e se portar. Nesse sentido, dentro da matriz cultural falocêntrica e heterossexual, certos tipos de “identidade” se manteriam apagadas, como é o caso da “identidade feminina”.

No contexto social brasileiro do início dos anos 1900, a família se mantinha como uma das instituições mais importantes, responsável por manter a honra e a reputação através das aparências, por meio de casamentos arranjados e do aprisionamento das mulheres. Criadas como objetos de posse de seus pais e maridos, o controle social, político, religioso, econômico e matrimonial era exercido sobre a vida das mulheres. Destinadas aos cuidados domésticos, à reprodução e à maternidade, elas eram constantemente podadas pela vigilância de seus comportamentos, suas roupas, cabelos, seus corpos e dos lugares que poderiam ou não – e com quem – frequentar.

Diante disso, era assegurado ao homem o direito à vida pública e à vida privada. Responsável pelo trabalho e o sustento da família, os homens poderiam gozar do privilégio de andar nas ruas sozinhos e a qualquer horário. De acordo com Simone de Beauvoir (1949), todas as formas de organização social eram pensadas por e para eles. A sociedade formulou e legitimou teorias científicas e religiosas que justificassem o destino

²⁴ O termo, cunhado por Derrida, vem da aglutinação dos termos *Phallos* + *Logos* – *centrismo*, no grego, para se referir à superioridade masculina na construção dos sentidos.

das mulheres no lugar da “Outridade”. A elas, restava a vida doméstica. O lar era o seu lugar, onde elas tinham três funções bem definidas: filhas, esposas e mães.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...] A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] O homem é pensável sem a mulher. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1949, p. 11-13).

Todas essas questões, de acordo com Heleieth Saffioti (2013) e Maria Elisa Verona (2013), recaíam de maneira ainda mais opressiva sobre a vida de mulheres como a Laura – brancas e de classe elevada –, que deveriam se manter aprisionadas ao lar, mesmo com as transformações sociais ocorridas ao longo do século XIX e início do XX.

É sobre a mulher de elite que recaem, sem dúvida, os maiores cuidados. De acordo com um provérbio português, devia ela sair de casa somente em três ocasiões durante a vida: no seu batizado, no seu casamento e no seu sepultamento. Exagero, sem dúvida, da tradição popular, habituada que estava com a sociabilidade religiosa; todavia, a máxima serve para expressar, em boa medida, os valores morais que cerceavam a condição da mulher das classes mais abastadas, cuja honra precisava ser resguardada acima de qualquer coisa (VERONA, 2013, p. 28).

A urbanização das cidades e a propagação dos ideais de progresso e modernidade permitiram, no entanto, que muitas delas passassem a frequentar chás, festas e teatros, por exemplo, se desvincilhando minimamente da vida doméstica. A vida pública, porém, ainda era considerada lugar de pecado e distanciamento de Deus, mantendo claro o abismo existente entre o mundo masculino e o feminino. Dessa forma, era de “bom tom” que as mulheres estivessem sempre acompanhadas e em ambientes propícios para a visita.

Na telenovela, a maioria das personagens brancas segue essa regra à risca. Como não deveriam andar sozinhas, se sentiam sempre vigiadas e receosas pelo possível julgamento alheio, caso existisse alguma brecha. Outras, além disso, exerciam constante vigilância sobre as demais, como é o caso das irmãs Carlota e Constância, que reprimiam todos os passos de suas filhas. Já a personagem Celinha, que era uma mulher considerada “solteirona”, quando precisa sair sozinha, reafirma para si mesma que é uma mulher

moderna e que não precisa estar acompanhada de ninguém, embora se mantenha sempre temerosa dos impactos disso em sua reputação.

O processo de desenvolvimento das cidades e o presságio de uma nascente industrialização no início dos anos 1900 possibilitou que essas mulheres pobres fossem introduzidas ao mercado de trabalho. Elas representavam, entretanto, uma mão de obra desqualificada, pois se mantinham, ainda, excluídas do sistema educacional.

Vale frisar, aqui, que essa abordagem inicial que considerava a pureza e a fragilidade das mulheres não dizia respeito às mulheres negras que, ao longo dos séculos, estiveram submetidas ao trabalho forçado e às inúmeras violências, conforme falaremos mais adiante. Além disso, os espaços abertos às mulheres pobres e negras eram considerados inapropriados; e as mulheres, taxadas como impuras e/ou prostitutas, eram submetidas aos processos mais exploratórios, com baixa remuneração e situações precárias de trabalho. Consideradas inferiores e incapazes, as mulheres viviam sob a tutela de seus maridos e, na maioria das vezes, dependiam deles para ter oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Ainda que muitas delas tenham contribuído, em grande medida, em todas as épocas e lugares, na produção de riqueza e no sustento de suas famílias, socialmente “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

No âmbito da educação, desde o século XIX, surgem algumas oportunidades de instrução para a mulher. No entanto, o ensino era restrito às atividades como costura, bordado e ensino religioso. Em 1827, por exemplo, uma lei que visava a garantia da instrução feminina introduz diferenças curriculares das escolas primárias masculinas e femininas, isentando a necessidade de ensino de geometria e aritmética às meninas. Essas decisões foram tomadas a partir do entendimento de que a mulher exercia um papel social diferente do homem e, para elas, não eram necessários conhecimentos matemáticos. Apesar de ser a primeira lei que garantia à mulher o acesso à educação, ela era restrita e só fazia reforçar o ensino das atividades básicas destinadas à mulher, a fim de que a sua função magisterial servisse apenas como uma extensão de suas responsabilidades maternas (SAFFIOTI, 2013).

Enquanto, por um lado, o acesso ao ensino e ao mercado de trabalho significava um progresso das mulheres na vida pública, desvinculando-as das características “naturais” de inferioridade e dependência; por outro, promovia o desenvolvimento de

justificativas acerca da subvalorização das capacidades femininas, inserindo-as em funções produtivas inferiores, em que não era necessário o uso da força e/ou do raciocínio lógico e em situações hostis de trabalho. Aliás, a marginalização não é um elemento apenas do processo de trabalho e, sim, deve ser entendida como uma marginalização da própria mulher como ser social.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (SAFFIOTI, 2013, p. 66 - 67).

Tudo isso não se deve apenas ao fato de haver uma divisão sexual do trabalho, mas uma divisão sexual marcada pela cultura patriarcal brasileira, presente no cotidiano de todas as mulheres. Verona (2013) ressalta que o pensamento do senso comum, reforçado e “comprovado” cientificamente por muitos médicos do século XIX era de que as mulheres eram intelectualmente inferiores, possuíam o cérebro menor que o dos homens e ainda eram dotadas da doença histeria. Aprofundaremos essas discussões no capítulo 3.

Já no âmbito político, as mulheres do início do século XX ainda eram desconsideradas. A Constituição que vigorava neste período havia sido promulgada em 1891 e, nela, não há menção alguma às mulheres. Para se ter uma ideia, no ano de 1906, das 811.443 pessoas que viviam na cidade do Rio de Janeiro, 347.990 eram mulheres.²⁵ Isso significa dizer que cerca de 42% da população estava excluída de exercer a sua cidadania, baseado apenas no sexo.

Embora desfrutassem de situações aparentemente “privilegiadas” pelos ideais de progresso e transformação, a mulher branca do início do século XX encontra-se em situações similares às das mulheres brancas dos séculos anteriores. Elas tinham, portanto, a sua identidade biologicamente definida como o sexo frágil e dependente do homem. Elas eram socialmente acessórias — o homem que não fosse casado, não tinha prestígio social. E, por fim, as mulheres eram politicamente irrelevantes, considerando que o cidadão do início do século XX era caracterizado como homem livre, branco, rico e alfabetizado.

²⁵ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “População do Brasil por sexo, estado civil e nacionalidade (1872, 1890, 1900 e 1906). Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12_v1_028_a_035.pdf

1.2. O lado oculto da modernidade e o projeto colonial de dominação

O processo histórico de colonização das Américas e do que foi configurado como “descoberta” do Novo Mundo desenvolveu-se a partir de um modelo de interação entre as metrópoles ibéricas, que estabeleceram o domínio e a exploração dos povos originários. Assim, o ano de 1492 pode ser tomado como referência para o que foi o início de um grande “projeto civilizacional” chamado modernidade, responsável por alterar todas as relações globais – econômica, política, cultural e socialmente.

Aqui, na América inventada, confiscada e explorada, a Europa Ocidental se estabeleceu como o centro do mundo, a partir da formação de um novo padrão de poder. Os colonizadores europeus impuseram suas maneiras de ser e suas próprias formas de dominação e conquista aos povos originários. Esses territórios foram, ao longo dos séculos, ocupados e explorados, por meio da introdução de ideais de modernidade, civilização e progresso, alicerçados na superioridade cultural europeia.

Ao longo do século XIX, foi-se criando uma série de narrativas que buscavam retomar e reafirmar a história através dessa centralidade europeia. Pensando por si e desde si mesmos, os europeus desenvolveram e impuseram saberes e noções de mundo a esses povos, baseados única e exclusivamente no desenvolvimento das relações europeias. A partir disso, a dominação foi naturalizada dentro do mundo colonial.

Portanto, ao ocuparem as terras do Novo Mundo e se depararem com a diferença das relações entre os povos colonizados, os colonizadores reproduziram um sistema pautado na hierarquização e categorização social. Foi nesse mesmo período que se instituiu a noção de “raça”, por meio da diferenciação entre colonizadores e colonizados.

Dessa forma, o colonialismo, período histórico definido a partir das relações políticas e econômicas de dominação de um povo sobre o outro, precedeu a colonialidade – teoria cunhada por Aníbal Quijano na década de 1980. Apesar de encerrado o processo de colonização das Américas, nota-se que as raízes da dominação e da imposição de poder e saber sobre os outros povos seguiu (e segue) reproduzindo as lógicas de hierarquização e exclusão social. As tentativas de promover a modernização e o progresso, além da “domesticação” dos povos originários, também não se encerraram com a conquista da independência política desses países.

Às raízes provenientes do colonialismo, portanto, dá-se o nome de colonialidade. A partir dela, ou da instauração de um “pensamento colonial”, houve uma reidentificação

do mundo, em que todos os não-europeus passaram a ser considerados parte constitutiva de um passado. E esse pensamento colonial segue, ao longo dos séculos, instituindo as formas como o trabalho, o conhecimento e as relações se articulam entre si.

A colonialidade, portanto, é aquilo que permanece e se reproduz em três principais eixos da vida dos sujeitos colonizados: *a colonialidade do poder*, com a emergência de um sistema baseado na exploração capitalista, responsável pelas divisões de trabalho e lucro, além do controle das formas de produção; *a colonialidade do saber*, que define a maneira como historicamente as formas tradicionais de saber foram desconstruídas a partir de um apagamento que nega o lugar de saber aos colonizados; e *a colonialidade do ser*, dimensão que atinge a constituição da experiência dos sujeitos, o cotidiano e a organização da vida. Sendo assim, Maldonado-Torres (2007, p. 137) afirma que a colonialidade tem uma implicação “ontológica, metafísica e epistêmica”, pois afeta as maneiras de conhecer e compreender as relações entre os sujeitos.

Desde os processos de colonização, portanto, a América tornou-se parte de um projeto que, com o tempo, se europeizaria e modernizaria. Essa modernização só aconteceria a partir da transformação dos territórios colonizados em uma espécie de extensão da Europa, através da imposição de seus costumes, conhecimentos, práticas culturais, econômicas e sociais. A modernidade e o progresso, portanto, só seriam alcançados com a extinção de todo e qualquer tipo de prática relacionada às experiências dos sujeitos colonizados, visto que eles eram a representação da barbárie e do atraso.

Nesse sentido, Quijano (2005) afirma que “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121). Portanto, todas as experiências, histórias, recursos e produtos foram articulados em uma só ordem, de forma unilateral, que reproduziu o eurocentrismo. Ou seja, os países colonizados passaram a ter a Europa Ocidental como o modelo de humanidade a ser seguido.

Ao reconhecer a diferença entre os povos colonizados, os europeus formularam a noção de que o racional e o moderno eram características exclusivas que moldavam o padrão de ser dos colonizadores. A partir daí, as hierarquizações sociais instituíram a inferiorização, a exploração e a desumanização dos povos colonizados. Essa categorização foi possível a partir da construção de uma “identidade hegemônica”, firmada nos dois pilares que sustentam a colonialidade: a raça e o gênero.

A dominação do território colonizado se deu através da divulgação de teorias baseadas na diferença biológica entre europeus (brancos) e não-europeus (no caso do Brasil, os indígenas originários e os negros que foram sequestrados de seus países). Dessa forma, o evolucionismo legitimou a superioridade dos homens brancos europeus, seres considerados racionais, desenvolvidos e modernos, que teriam o direito e/ou até mesmo o dever de dominar as demais raças a fim de “salvá-las” e desenvolvê-las.

Foi a partir da dominação colonial das Américas que o mundo passou a ser compreendido através de oposições binárias. A construção de uma identidade hegemônica, que se dizia fixa e universal, do homem-branco-europeu-civilizado, parte da matriz colonial, se torna, então, o padrão ideal de humanidade; enquanto a diferença implica os processos de exclusão dos povos colonizados, inseridos no lugar da “Outridade”.

Esse viés de dominação também foi determinante no impulsionamento das noções de urbanização, higienização e das políticas de embranquecimento no início da República, questões que estão incluídas na narrativa da telenovela.

Em *Lado a Lado*, os modos de viver e os discursos da elite carioca são reveladores do pensamento colonial. Além de imitarem as roupas, as formas de consumo, o próprio linguajar e os modos de ser e vestir europeus, personagens como Constância, Assunção, Albertinho, Fernando, Bonifácio etc. representam as tentativas, à brasileira, de se encaixar no padrão ideal da modernidade.

Homens e mulheres colonizados/as foram estabelecidos pela externalidade. De acordo com Mignolo (2017), a matriz colonial “é construída e opera sobre uma série de “nós” histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela / (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/regras coloniais e os centros/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial” (MIGNOLO, 2017, p. 10). Esses “nós” estão conectados e, de certa forma, reproduzem e mantêm as hierarquias da lógica colonial. Mignolo (2017) exemplifica ao apontar que o nó histórico-estrutural racial também foi/é responsável por moldar relações as patriarcais dentro desse sistema moderno/colonial.

A diferença colonial implica na compreensão dos colonizados como seres mais próximos da natureza, visto que se situariam em um lugar contrário ao da razão e da ciência. Dessa forma, eles poderiam ser, assim como os recursos naturais, dominados e submetidos à violação e à opressão.

Lembremos que as mulheres, mesmo na Europa, já eram categorizadas em relação ao corpo, consideradas mais próximas dos elementos da natureza e responsáveis por tarefas que necessitavam de toques mais delicados, da fragilidade e do cuidado com o outro. Dessa forma, os processos de dominação e inferiorização dos colonizados, de acordo com Maldonado-Torres (2007), foram estabelecidos a partir da feminilização do ser dominado. As mulheres colonizadas, nesse sentido, foram tratadas com mais desprezo em relação a sua humanidade do que os próprios homens colonizados, submetidas a um processo de dupla opressão, conforme veremos adiante.

A matriz colonial, justificada pela diferença, se manifesta, de acordo com Mignolo (2017), a partir da retórica da modernidade e da necessidade de expandir o cristianismo e os ideais civilizatórios para o resto do mundo. No entanto, a modernidade está diretamente atrelada à lógica da colonialidade, que permanece escondida ao longo dos processos de desarticulação das práticas, memórias e subjetividades dos povos colonizados. Por isso Mignolo (2017) afirma que a modernidade é este lado oculto da colonialidade. Ela é a justificativa, ou o pano de fundo, para que a exclusão das diferenças, ou melhor, dos diferentes, seja legitimada.

A partir disso, a *colonialidade do poder* se institui como uma estratégia da modernidade que contribuiu para a redefinição das relações de poder e organizou a diferença colonial, estabelecendo a forma como se constituíram as novas relações de trabalho, especialmente através da divisão racial do trabalho. Quijano (2005, p. 120) afirma que desde o começo da apropriação das Américas, “os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores”. Essas populações foram usadas como mão de obra descartáveis, exploradas e forçadas a trabalhar em prol do sistema capitalista eurocêntrico. Assim,

dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. [...] Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117).

Baseada nessa nova relação de poder, a Europa se tornava o centro da produção e do controle do trabalho, do capital, das subjetividades e, em especial, do conhecimento. Quijano (2005) afirma que a perspectiva eurocêntrica, posta como a única verdadeira,

minou as possibilidades de experiências que existiam nos territórios colonizados. Dessa maneira, “a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa história” (QUIJANO, 2005, p. 15).

A *colonialidade do saber* diz respeito à herança estrutural do eurocentrismo que influencia o saber epistemológico e legitima apenas os saberes eurocentrados e ocidentalizados. Ela inseriu no imaginário coletivo a ideia de que apenas a branquitude é capaz de construir um conhecimento válido. Dessa forma, as práticas, os saberes e as culturas dos povos colonizados foram deslegitimadas, acarretando o epistemicídio e a

complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (MIGNOLO, 2005, p. 40).

Por fim, a *colonialidade do ser* traduz a forma como essa dimensão atinge a constituição das experiências dos sujeitos e de que maneira são instituídas as noções de ser e estar no mundo. As identidades dos seres colonizados, estabelecidas pela subalternidade, foram construídas através de um processo de desumanização e inferiorização que reduziram suas capacidades intelectuais e afetivas.

De acordo com Maldonado-Torres (2007), a frase do filósofo Descartes, “penso, logo existo” exprime exatamente a forma como se constitui o pensamento colonial. Na medida em que o colonizador europeu se afirma enquanto um ser que pensa e que, por isso, existe, ele também conclui que a/o Outra/o não pensa e, portanto, não deveria ter o direito de existir. A afirmação produz aquilo que se é, ou se deseja ser/aparentar ser, ao mesmo tempo em que também aponta sobre aquilo que não se é, ou não se deseja ser/aparentar ser. Ao se afirmar enquanto um ser racional, evoluído, moderno e bom, o colonizador também aponta que os sujeitos constituídos na diferença seriam o contrário disso: irracionais, atrasados, partes constitutivas do passado e ruins.

Constituída por um longo processo de colonização e desumanização dos povos indígenas e africanos, a sociedade brasileira foi, bem como toda a América Latina, herdeira das ideologias de classificação e hierarquização social das metrópoles ibéricas. Assim, de acordo com Lélia Gonzalez (2018, p. 326), essas sociedades “racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante”.

Além disso, Gonzalez (2020) aponta que essa construção de um Brasil embranquecido, que nega as feridas coloniais do passado escravocrata, racista e

hierárquico, produz o “racismo à brasileira”. Ou seja, o racismo por “denegação”. Denegação da nossa latinoamefricanidade, que violenta e naturaliza as formas de opressão aos negros/as, enquanto afirma veementemente não existir racismo em nosso país através do discurso acerca da “democracia racial brasileira”. Nesse sentido, ela considera o racismo como uma neurose cultural brasileira, que produz a manutenção de uma sociedade hierarquizada e que se pretende branca.

Para Maldonado-Torres (2007), respiramos a colonialidade cotidianamente. E, como consequência do processo de colonização, a vida do ser colonizado se torna infernal, pois leva consigo aspectos raciais e de gênero que são característicos da naturalização da “antiética de guerra na modernidade”. Isso significa dizer que para essas/es Outras/os, “a morte e a violação ocorrem como realidades e ameaças diárias. Mortandade e violação estão inscritas nas imagens dos corpos coloniais.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 148). Foi atribuído aos povos colonizados, portanto, uma “identidade” passível de ser violada.

Vale salientar que a colonialidade foi reproduzida em todas as esferas da experiência cotidiana do ser colonizado; assim, a sua relação consigo mesmo, com o espaço e o tempo se alteraram a partir da necessidade de modificar as próprias práticas e experiências em busca de um ideal comum e universal – universalidade esta forjada na modernidade.

Há uma articulação inevitável entre a colonialidade, a modernidade e o capitalismo que viabilizaram a constituição da colônia enquanto o lugar da diferença. De acordo com Fanon (2008), o sujeito colonizado – ou condenado – que emerge na colonialidade, é um sujeito constituído pelo trauma da alteridade. Ou melhor, pelo questionamento de sua humanidade.

Os processos opressivos da modernidade/colonialidade produziram uma série de fatores que foram naturalizados na experiência de vida dos sujeitos colonizados, principalmente a partir de silenciamentos e imposições que promoveram essa experiência infernal e a invalidação do direito à vida.

1.2.1. Processos de silenciamento: a experiência do colonizado e a formação de uma dupla consciência

O processo histórico da colonização e as práticas de exploração, inferiorização e desumanização que se desenvolveram e se estendem através da colonialidade,

conduziram-se a partir do movimento de formação de uma “identidade branca”; em oposição à “identidade não-branca” e, no caso específico deste trabalho, dos homens e mulheres negras/os. Antes de avançarmos às contribuições teóricas acerca da experiência dos povos negros submetidos ao processo colonial no Brasil, pensemos nas identidades forjadas no seio dessas relações de dominação e poder sobre brancos e negros em nosso país.

De acordo com Silva (2000), a identidade é autocontida e autossuficiente, ou seja, ela tem como referência aquele que a produz, relacionada a uma ideia de positividade. Em contrapartida, a diferença é aquilo que a/o Outra/o é, circunscrita em oposição à identidade. Ambas são mutuamente determinadas e interdependentes, não sendo nenhuma delas configurada como ponto de partida para a produção da outra (SILVA, 2000, p. 74-76). Dessa forma, ao caracterizar a si mesmo como um ser “bom” e superior, por exemplo, o colonizador europeu afirmava conseqüentemente que os outros seres, diferentes deles, seriam “maus” e inferiores.

Ademais, identidade e diferença são atos de criação linguística, ativamente produzidas, ao longo da história, no contexto das relações sociais e culturais. Portanto, a construção das identidades é, de acordo com Kathryn Woodward (2000), simbólica e social. Simbólica, porque é por meio delas que atribuímos sentido às práticas e relações sociais; e social porque essas classificações são vividas e construídas nas relações.

Construídas por meio da interação, identidade e diferença estão sujeitas a “vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente; são disputadas” (SILVA, 2000, p. 81). Nesse sentido, as identidades são construídas por aqueles que detêm o privilégio de significá-las e, por isso, a diferenciação é demarcada pelos processos de inclusão e exclusão, bem como por uma tentativa de fixar — ainda que não sejam fixas ou estáveis — “nós” e “eles”, atribuindo-lhes determinadas posições.

Vale destacar, no entanto, que a disputa pela hegemonia faz parte do social e que, por mais que existam forças centralizadoras, as identidades também são tensionadas o tempo todo. Significa dizer que elas não são estabilizadas e se constituem em um campo de disputas.

Ainda que, em grande medida, o projeto colonial tenha incutido no pensamento social a ideia de um povo, no singular, as identidades emergem do contato. Então, a diferença não está dada. Ou seja, os indivíduos são atravessados pelo social, mas esse

atravessamento é articulado de diversas maneiras, em um tensionamento que não é do dominante e nem só do dominado.

Porém, ainda assim, ao longo do processo colonial, foram estabelecidas classificações identitárias que definiram posições aos sujeitos marcados pela diferença. Essas posições eram indicativas desses processos de construção da/o negra/o enquanto aquilo que o branco era, mas não gostaria de parecer ser. Além disso, essa “identidade negra” dizia de como e a partir de qual lugar esses sujeitos poderiam agir.

Grada Kilomba (2019) utiliza o exemplo das máscaras²⁶ empregadas como método de tortura e silenciamento das/os africanas/os escravizadas/os. A justificativa oficial era de que elas serviriam para evitar que as/os negras/os comessem os produtos que elas/es mesmos produziam e cultivavam, nas plantações. No entanto, “ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “*Outras/os*”: quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2019, p. 33).

A partir desses questionamentos, Kilomba (2019) desenvolve algumas reflexões acerca das consequências dessas práticas de silenciamento das/os escravizadas/os — a ferida colonial — e a construção de uma “identidade negra” a partir daquilo que os brancos queriam esconder de si mesmos. Ao afirmarem, por exemplo, que temiam que as/os negras/os comessem dos alimentos produzidos nas plantações e tomassem o que pertencia a eles, eles estavam, na verdade, dizendo de uma prática que eles próprios, colonizadores, fizeram — tomaram os territórios, os corpos, as subjetividades, as línguas, as culturas, dos povos colonizados. Dessa forma, Kilomba (2019) afirma que

dentro dessa infeliz dinâmica, o sujeito negro torna-se não apenas a/o “*Outra/o*” - o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido —, mas também “*Outridade*” — a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer (KILOMBA, 2019, p. 38).

Dessa forma, ao pensarmos sobre a construção da “identidade negra”, forjada pelo pensamento colonial, dizemos, na verdade, a respeito das “fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser” (KILOMBA, 2019, p. 38). Essas noções foram impostas, inseridas também no imaginário coletivo dos povos colonizados, forçando as/os negras/os a olharem para si mesmos a partir da lógica da *Outridade*.

²⁶ A máscara “era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa.” (KILOMBA, 2019, p. 33).

Sem que se tome consciência, a/o negra/o é imposta/o ao que Frantz Fanon (2008, p. 30) diz de um “desvio existencial”, visto que “aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Dessa forma, a/o negra/o desenvolve um tipo de “neurose”, alimentada pelo sentimento de inferioridade e a necessidade de se parecer, ser e ter as mesmas coisas que a/o branca/o. Tudo isso, moldado no inconsciente dos povos colonizados, foi possível através das práticas de opressão e silenciamento. Quando Kilomba (2019) aciona a questão trazida por Spivak (2010) — “Pode o subalterno falar?” —, ela diz desse lugar, imposto pelas práticas coloniais, que, por muitos anos, mantiveram as verdades negadas, reprimidas e mantidas em segredo (KILOMBA, 2019, p. 41).

Essas subjetividades forjadas na modernidade promovem o que Mignolo (2005) vai chamar de uma “dupla consciência” do ser colonial, visto que é uma consciência de subalternidade imposta pela colonialidade do poder, do saber e do ser, promovendo o apagamento das experiências dos sujeitos colonizados.

A construção da “identidade negra” a partir da diferenciação acarretou a formação de um pensamento sobre a/o negra/o atrelado à barbárie, à violência e à negação de tudo aquilo que poderia ser “bom”. As/Os escravizadas/os foram não só bestializadas/os e comparadas/os a animais, como também se tornaram passíveis de serem violadas/os, como afirma Maldonado-Torres (2007), e/ou atreladas/os constantemente à prática da violência.

O mito do estuprador negro ou da mulher negra “má” e desinibida sexualmente, como exemplifica bell hooks (2020), são apenas algumas das concepções atreladas ao pensamento colonial, que têm o homem negro como violador e a mulher negra, ao contrário, como aquela que poderia ser constantemente violada. Além disso, a autora afirma que durante os anos de sequestro das/os africanas/os trazidas/os para as Américas, os

homens brancos escravizadores não consideravam a mulher africana uma ameaça. Com frequência, em navios negreiros, mulheres negras eram mantidas sem algemas, enquanto homens eram acorrentados uns aos outros. Escravizadores acreditavam que sua própria segurança estava ameaçada por homens africanos escravizados, mas não tinham esse medo em relação às mulheres africanas. [...] Somente em relação à mulher negra escravizada o branco escravizador exercia livremente o poder absoluto, porque conseguia ser violento e explorá-la (hooks, 2020, p. 40 - 41).

hooks (2020) afirma, além disso, que as mulheres eram mantidas nuas dentro dos navios negreiros, a fim de explorar a sua vulnerabilidade sexual. Essas primeiras etapas de retirada das pessoas de seus territórios e as experiências traumáticas vivenciadas no

transporte para as Américas já era, em si, uma forma de desumanizar e transformar a personalidade dessas pessoas, tornando-as mais “dóceis” para serem vendidas. Retirada a sua dignidade, os seus nomes, as suas línguas e os status que tinham em seus países, seria mais fácil inculcar no pensamento colonizado uma “identidade subalterna”.

As forças do sexismo e do racismo, atreladas, intensificaram a opressão e o sofrimento das mulheres negras. Tidas como sujeitos da violação, a violência e o trauma foram sentidos não só pelo trabalho, ao longo do período escravocrata, mas também pelos abusos psicológicos e sexuais no âmbito da reprodução. O sexismo promoveu, além disso, um processo de cumplicidade dos homens colonizados em relação às políticas patriarcais da colonialidade, acarretando um processo ainda mais violento de submissão e exploração das mulheres colonizadas.

Sueli Carneiro (2011) aponta que “a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (CANEIRO, 2011, p. 127-128).

Na telenovela, alguns comentários sobre os desafios impostos à Isabel e a sua necessidade de ser forte a todo momento exemplificam essas ideias. No capítulo 28, além disso, Constância comenta sobre a essa percepção, enquanto uma mulher branca, de que as mulheres negras poderiam ser mais “resistentes à humilhação”:

Laura: se a senhora soubesse como eu admiro a Isabel, como ela é batalhadora, ainda mais agora com um filho prestes a nascer

Constância: ela vai ter um filho? Conta, Laura. Essa moça vai ter um filho? E prestes a nascer?

Laura: por que a senhora está tão interessada?

Constância: não, eu não estou interessada de modo algum, mas é que quando eu tomei conhecimento dessa criatura ela tinha sido abandonada no altar. Nossa, e ainda por cima estava grávida.

Laura: não, isso foi depois.

Constância: isso só piora... ela caiu na vida?

Laura: ela reatou com o noivo.

Constância: realmente, mulheres dessa classe social são mais resistentes à humilhação. Mesmo abandonada no altar essa moça aceita o seu noivo de volta?²⁷

Nesse sentido, além da primeira categoria social forjada na modernidade – a noção de raça –, que viabilizou a hierarquização e classificação dos povos, refletiremos a seguir acerca da categoria gênero, que também é uma construção da colonialidade e que impôs esse processo de dupla opressão sobre a vida das mulheres colonizadas.

²⁷ Capítulo 28 (11/10/2012), minuto 14'25". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2185160/?s=24m29s>

1.2.2. Colonialidade e gênero

Analisar a categoria gênero no pensamento colonial significa compreender as formas como as relações de gênero e sexualidade significadas no norte do mundo foram/são impostas e atendem a uma construção eurocêntrica. Dessa forma, pensar as relações de gênero, pensar as relações entre homens e mulheres e as relações de poder mediadas pelo gênero, para nós, depende de perceber como essas noções foram estabelecidas/impostas aqui.

As sociedades nativas se organizavam à sua maneira, enquanto as/os africanas/os trazidas/os para cá também tinham as suas formas de organização social, que não condiziam com a divisão binária e falocêntrica do pensamento europeu. Ao serem colocados em uma posição de inferioridade, terem as suas práticas de interação social interrompidas e as suas experiências negadas, esses sujeitos colonizados sofreram com a imposição dos modos de ser e enxergar o mundo dos colonizadores.

Ao longo do tempo, uma boa parte dos povos colonizados, vistos não como sujeitos humanos e, sim, enquanto machos e fêmeas (LUGONES, 2020), que estavam sujeitos à violência e à morte, passaram a incorporar a forma de pensar e organizar dos europeus. Os colonizados, portanto, foram sendo transformados em homens e mulheres, tendo a forma como pensavam as relações de gênero e sexualidade distorcidas e apagadas.

Pensar sobre gênero, dessa forma, implica entender que os sistemas locais de organização da corporalidade e da família foram apropriados, corrompidos e destruídos no processo de colonização. Essas categorias de sexo e gênero foram fundamentais para a dominação dos povos colonizados, tendo a masculinidade e a feminilidade — ideais coloniais — como um projeto de civilização.

Assim, Lugones (2014, p. 936) afirma que “a dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as”. Foi imposto um processo de “redução ativa” de suas subjetividades, tornando-os aptos a serem classificados e desumanizados. Ao mesmo tempo, a opressão colonial de gênero operou forçosamente uma transformação na forma como os colonizados passaram a se reconhecer. A partir de um processo de reestruturação de suas experiências e subjetividades, esses povos tiveram de performar corpos e modos de ser consolidados da categoria gênero.

Em relação às mulheres amefricanas, Gonzalez (2020) comenta sobre a relação da dupla discriminação que elas enfrentavam em vista de sua condição biológica racial e sexual.

Que se atenda aos papéis atribuídos às amefricanas (preta e mulata); abolida a sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os ‘burros de carga’ (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, constata-se como a exploração socioeconômica se faz aliada a superexploração sexual das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 2020, p. 49).

A *colonialidade do poder*, portanto, está estruturada nas relações de dominação e exploração, na qual os sujeitos disputam o controle do sexo, do trabalho, da autoridade coletiva e das subjetividades/intersubjetividades. Todas as formas de dominação do sistema capitalista, como vimos, são atravessadas pela colonialidade e pela modernidade. Ao debater sobre a maneira como elas atravessam as esferas do sexo/gênero, Maria Lugones (2020) afirma que os estudos sobre a colonialidade mantêm velado o entendimento de que as mulheres colonizadas foram inferiorizadas pelo caráter opressor do sistema da modernidade/colonialidade. Ela afirma que

a ‘colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, ao trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (LUGONES, 2020, p. 57).

O gênero, entendido como uma categoria moral, aquilo que deveria ser alcançado pelos sujeitos coloniais, é também parte da formação de um projeto de nação constituído pela violência. Dessa forma, as classificações binárias foram utilizadas como ferramenta de dominação que produziu homens e mulheres para servirem à exploração eurocêntrica.

Assim, a categoria gênero foi definida como forma de dupla inferiorização das mulheres colonizadas, incluindo a “subordinação das fêmeas em todos os aspectos da vida” (LUGONES, 2020, p. 64). A partir disso, as mulheres passaram a ser pensadas em relação ao homem, como aquelas que não têm poder e que não poderiam participar da esfera pública. Essa lógica entrou em profundo contraste com a organização dos povos colonizados, em que não havia uma distinção de gênero como compreendida pelo pensamento ocidental europeu, visto que as mulheres eram tidas como inspiração de força, poder e liderança em grande parte dessas populações.

Além disso, Lugones (2020) afirma que essas mudanças foram introduzidas nas sociedades colonizadas através de processos “heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados pela colonialidade do poder, que violentamente inferioriza as mulheres colonizadas” (LUGONES, 2020, p. 72). Essa introdução teria sido aceita pelos homens colonizados, como mencionado anteriormente, que se fizeram cúmplices do processo colonial de inferiorização das mulheres.

Vale ressaltar que a vida dos colonizados era marcada pela “antiética da guerra” colonial e, de acordo com Maldonado-Torres (2007, p. 148), a mulher negra passou a ser vista como “a vítima mais representativa do ato de violação”. Nesse sentido, enquanto as mulheres brancas permaneciam conectadas à natureza, à infância e à fragilidade – como abordado anteriormente; as mulheres colonizadas, por não terem reconhecidas a sua humanidade, poderiam estar sujeitas a qualquer tipo de violência.

Enquanto a Laura não era bem-vista no mercado de trabalho, por ser uma mulher branca e que deveria cumprir com o papel de esposa zelosa e atenta aos cuidados domésticos, Isabel já tinha sido inserida no mercado aos 14 anos, pois o trabalho não era uma opção para as mulheres negras. Além disso, ainda que Isabel tenha conquistado prestígio e ascensão social através da dança, a sua condição de mulher negra ainda lhe imporia diversas formas de opressão que nunca fariam parte da experiência de Laura.

Por isso, Lugones (2020) afirma que o sistema gênero tem um lado visível/iluminado e um lado oculto/obscuro:

O lado visível/iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero. Ele organiza apenas as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas dá forma ao significado colonial/moderno de “homem” e “mulher”. A pureza e a passividade sexual são características cruciais das fêmeas burguesas brancas, que são reprodutoras da classe e da posição racial e colonial dos homens brancos burgueses. Mas tão importante quanto sua função reprodutora da propriedade e da raça é a exclusão das mulheres burguesas brancas da esfera da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e de quase toda possibilidade de controle dos meios de produção. [...]

O lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é totalmente violento. Começamos a entender a redução profunda dos anomachos, as anafêmeas e as pessoas do “terceiro gênero”. De sua participação ubíqua em rituais, processos de tomada de decisão e na economia pré-colonial, foram reduzidos à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que, no mínimo, os levou a trabalhar até a morte (LUGONES, 2020, p. 78 - 79).

Em suma, tanto raça quanto gênero partem das diferenças para estabelecerem a dominação e a exploração. Ambas as categorias se atravessam quando pensamos as mulheres colonizadas. Ao refletirmos sobre Laura e Isabel, personagens a partir das quais

pensaremos sobre as possibilidades de enfrentamento às categorias da modernidade, compreendemos que elas são, também, representações e frutos desses sistemas visíveis e ocultos da colonialidade – mesmo que tensionadas pelo contemporâneo, como veremos no capítulo seguinte.

As tramas vividas pelas personagens são concretas. Ainda que de diversas maneiras e em níveis distintos, as opressões que elas vivenciam e a representação da forma como o gênero é imposto às mulheres são importantes pontos a serem trabalhados na análise do trabalho. No entanto, pensaremos esses conflitos partindo da centralidade da diferença. Entendemos a dupla alteridade que acomete a vida das mulheres negras (no caso deste trabalho, a vida de Isabel e das personagens do Morro da Providência), vítimas dos olhares não só da masculinidade, mas também da branquitude.

Dentro das práticas institucionais cotidianas, as articulações entre racismo e sexismo, além das diferentes relações de classe social, exercem sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Carneiro (2003) aponta que “é uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (CARNEIRO, 2003, p. 122).

Ademais, a mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexualmente desinibida, para a mulher branca pura e inocente, além de todas as questões já abordadas acerca da posição social da “mulher”, ocorreram, como bell hooks (2020) nos chama a atenção, “concomitantemente à massiva exploração sexual das mulheres negras escravizadas” (hooks, 2020, p. 63). Assim, a idealização da “mulheridade branca” dada pela forma visível como a colonialidade de gênero se impôs, não impediu que mulheres negras fossem assediadas e violentadas. Os homens, brancos ou negros, e até mesmo as mulheres brancas, socializadas dentro da lógica de repressão sexual, responsabilizavam as mulheres negras pelas brutalidades a que elas eram submetidas (hooks, 2020).

Em vista disso, ao nos reconhecermos fruto desses processos de desumanização e dos des/encontros com nós mesmos e com a nossa ancestralidade, compreendemos a necessidade de viver, continuamente, em um exercício de desconstrução daquilo que nos foi imposto. O caminho para a libertação das opressões forjadas na colonialidade seria a “desobediência epistêmica” como um gesto reflexivo, proposta por Mignolo (2008). Ou seja, “aprender a desaprender” sobre a modernidade/colonialidade, moldada por trás das “boas promessas” de progresso que, na verdade, escondiam o lado oculto da morte e da experiência infernal do ser colonizado (MIGNOLO, 2008, p. 295).

Nesse sentido, outras formas de entendimento sobre os nossos corpos, as nossas ações e as nossas subjetividades são possíveis. A desobediência epistêmica se inscreve na busca pela linguagem, pelas músicas, pelas religiões, pela dança, pelas formas de pensar, pela comida, enfim, por tudo aquilo que foi pensado a partir da externalidade e pode/deve ser resgatado.

Mignolo (2008) nos chama à ação, não no sentido de abandonar tudo aquilo que foi construído, mas, sim, de lutar contra qualquer tipo de cristalização dos saberes, a partir da re-inscrição desses conhecimentos nas práticas cotidianas. A partir, além disso, do reconhecimento do lugar em que habitamos, indo de encontro com as experiências que nos foram negadas.

Que através da desobediência epistêmica possamos, também, descolonizar a categoria gênero. Lugones (2014) nos convoca a exercer uma relação ativa de resistência decolonial diante da opressão colonial. Resistência esta que se dá na “tensão entre a sujeitificação e a subjetividade ativa” (LUGONES, 2014, p. 940). Dessa forma,

descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio as pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir > < resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2014, p. 940).

A todo processo opressivo, portanto, existe uma força que nasce das resistências, de nossas subjetividades ativas (LUGONES, 2014). A resistência decolonial, propõe o habitar na diferença colonial, romper com a lógica linear e centralizante, que nos permite reconhecer o surgimento de uma nova consciência. A consciência fronteiriça, como afirma Anzaldúa (2005). Habitar a diferença é reconhecer, enfim, as múltiplas experiências que foram condenadas ao “não-lugar”. É, além disso, nos reconhecermos nelas.

Leda Maria Martins (2021) afirma que “a cultura negra é uma cultura de encruzilhadas”. Ainda que tenham sido assujeitados pela violência do sistema colonial, “os signos culturais, textuais e toda a complexa constituição simbólica fundadores de sua alteridade, de suas culturas, de sua diversidade étnica, linguística, de suas civilizações e história” não foram apagados pela modernidade/colonialidade (MARTINS, 2021, p. 31).

Anzaldúa (2005, p. 715) propõe que nas práticas de aprender a desaprender a lógica colonial estejamos empenhados em buscar “imagens novas de identidade, novas

crenças sobre nós mesmas/os, com nossa humanidade e valor não mais sendo questionados”.

A partir da fronteira é possível compreendermos a fluidez e os deslizamentos de nossas identidades, entendendo a necessidade de pensar possibilidades que se constituam além das imposições da modernidade/colonialidade. Ao olharmos para essas categorias, reconhecemos, portanto, seus atravessamentos. Esse caminho possibilita a construção de uma nova consciência. Uma consciência mestiça, fronteira, que fala de múltiplas identidades e lugares para além da diferença.

É através desses lugares de “encruzinhadas, interseções, inscrições e disjunções, fusões e transformações, confluências e desvios, rupturas e relações, divergências, multiplicidade, origens e disseminações”, que a resistência se torna possível. (MARTINS, 2021, p. 31). E é, também, nesse enfrentamento às imposições opressivas do mundo colonial, que se estabelecem as possibilidades de ação, subversão e libertação das personagens Laura e Isabel.

Nossa “tarefa”, enquanto feministas decoloniais se instaura no habitar a diferença colonial, deixando de lado o conceito universal de mulher para, enfim, começarmos a aprender sobre mulheres que resistiram e resistem à colonialidade a partir do pensamento fronteira (LUGONES, 2014). Para isso, “o pensamento feminista decolonial vai, sobretudo, deslocar o discurso feminista hegemônico - centrado nas problemáticas do sujeito político de mulheres brancas, classe média, cisgêneras, para teorias e práticas que dialoguem e representem as mulheres provenientes de territórios colonizados, racializadas e de identidades e sexualidades múltiplas.” (NUNES; ALMEIDA, 2019, p. 08).

Tendo isso em vista, a resistência é um esforço coletivo. Uma ação que permite movimentar, transformar, ultrapassar as barreiras da opressão. A lente decolonial, portanto, propõe a relação de nossos saberes com o fortalecimento da resistência. Mas o que seria essa resistência? Ela seria, para Lugones (2014),

aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão < > resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas

existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva (LUGONES, 2014, p. 940).

Nesse sentido, é necessário compreendermos as relações sociais de forma articulada e as diferentes formas de opressão acometidas sobre a vida das mulheres. Não a “mulher”, universalizante, mas as “mulheres”. Opressões que atravessam não só o sexismo, como também o racismo, as diferenças de classe, idade, sexualidade etc. Para isso, nos apoiaremos à ferramenta analítica da interseccionalidade.

Até mesmo determinadas correntes feministas, em certa medida, perpetuam conceitos eurocentrados que assumem uma existência universal da “mulher” ao considerar que “todas as mulheres são oprimidas”, sem compreender os atravessamentos de raça, classe, sexualidade, idade etc. e a diversidade de experiências que, de acordo com hooks (2015) “determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (hooks, 2015, p. 197).

Ao abordar a unilateralidade eurocentrada dos conceitos feministas, Oyèrónké Oyewùní (2020) questiona o uso da categoria gênero para compreender a subordinação e a opressão das mulheres. Visto que o gênero é uma construção e está submetido às relações de poder, em que medida falar de mulheres a partir, única e exclusivamente, do gênero, revelaria ou ocultaria outras formas de opressão? (OYEWÙNÍ, 2020, p. 87)

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw nos anos 1980, nos chama a olhar para a teia de relações que, analisadas separadamente, não são capazes de compreender as múltiplas formas de opressão pelas quais as mulheres não brancas, pobres, LGBTQIA+, idosas, de outras nacionalidades etc. estão subordinadas.

Neste trabalho, nos limitaremos às relações de atravessamento entre as opressões de gênero, raça e classe para pensar as personagens e as tramas que envolvem a vida das mulheres da telenovela *Lado a Lado*. A novela não aprofunda a relação de mulheres LGBTQIA+ da sociedade nos anos 1900, nem de outras nacionalidades, por exemplo. Dessa forma, ainda que sejam questões relevantes a serem trabalhadas do ponto de vista interseccional, manteremos uma análise baseada no recorte dessas três formas estruturais de subordinação.

1.3. “E eu não sou uma mulher?” Atravessamentos de gênero, raça e classe no Brasil

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁸, em 2019, mais da metade da população brasileira, especificamente 56,1%, é negra. Para citarmos o dado mais recente, apenas em 2018, de acordo com o Atlas da Violência publicado em 2020, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios de 37,8 por 100 mil habitantes. Já entre os não negros a taxa foi de 13,9.²⁹

Além disso, os brasileiros brancos ganhavam, em média, em 2015, o dobro dos negros. Essas desigualdades podem ser verificadas em diversas estatísticas; contudo, elas são ainda mais gritantes quando se trata da mulher preta.

O Brasil foi considerado o quinto país no mundo onde mais se mata mulheres, apenas por serem mulheres. De acordo com o Atlas da Violência publicado em 2020, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, no ano de 2019, totalizando 4.519 vítimas. Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres.³⁰

Ainda que o número de feminicídios tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, esse número só melhorou de forma significativa para as mulheres não brancas. Além disso, analisando-se o período entre 2008 e 2018, a desigualdade racial é ainda mais acentuada: o número de mulheres negras assassinadas aumentou 12,4%, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%.

No entanto, esse recorte não representa apenas dados relativos à desigualdade racial de gênero. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2019, 70,7% das mulheres assassinadas tinham apenas o ensino fundamental³¹; daí a necessidade de compreendermos a raça a partir dos atravessamentos de gênero e classe social. Há, no Brasil, um número muito maior de mulheres negras em situação de pobreza, o que acarreta a falta de acesso à segurança, por exemplo. As mulheres negras, portanto,

²⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) 2019: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

²⁹ Atlas da Violência publicado em 2020: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

³⁰ Atlas da Violência publicado em 2020: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

³¹ Anuário de Segurança Pública de 2019: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

apresentam maiores vulnerabilidades sociais. Por isso a urgência do pensamento interseccional.

Analisada de forma mais ampla, a interseccionalidade visa compreender e explicar os problemas sociais estruturais a partir da articulação dos múltiplos eixos que geram a subordinação de determinados grupos. Crenshaw (1993) considera que a política de identidade frequentemente “confunde ou ignora as diferenças intragrupoais” e, portanto, examinados de maneira separada, os discursos feministas e antirracistas, por exemplo, não conseguem abarcar as identidades interseccionais atravessadas pelas opressões do sexismo e do racismo, como é o caso das mulheres não brancas.

As categorias forjadas pela modernidade/colonialidade são concebidas pela hierarquização social, tendo um modelo dominante como a norma. De acordo com Lugones (2020, p. 60), “‘mulher’ seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, ‘homem’ seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, ‘negro’ seleciona os machos heterossexuais negros, e assim sucessivamente” e, por isso, analisadas separadamente, as categorias invisibilizam os seres que existem na intersecção.

A interseccionalidade, portanto, nos revela aquilo que não podemos perceber quando analisamos as categorias de maneira separada. Ela permite que percebamos a fluidez das identidades e, em vez de somá-las, tornando-as, novamente, categorias individuais, a análise interseccional analisa “quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 43 e 44).

Em vez de hierarquizar ou separar a pesquisa sobre como as opressões são sentidas, a interseccionalidade nos permite compreender a heterogeneidade de opressões que se conectam e se atravessam. Nesse sentido, seu uso é composto por uma lente analítica multifocal que alcança as interações estruturais e seus efeitos na vida dos sujeitos que cruzam essas múltiplas identidades.

O conceito compreende “a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 48). Para interpretar as experiências vividas pelas mulheres negras no Brasil, por exemplo, é necessário que pensemos o entrecruzamento mínimo das estruturas de raça, gênero e classe.

Patricia Hill Collins (2021) propõe que, além de pensarmos a interseccionalidade como um grande guarda-chuva, que acolhe todas as estruturas, façamos uso do conceito

como uma ferramenta analítica, capaz de assumir diferentes formas e atender os problemas sociais diversos. A interseccionalidade como ferramenta analítica nos permite ir além da compreensão do conceito e foi desenvolvida para ser utilizada com o objetivo de denunciar as injustiças e desenvolver estratégias que promovam a justiça social.

Esta análise apresenta o entrecruzamento das relações de poder entre as categorias. Collins (2021) afirma que existem quatro domínios de poder distintos que definem as práticas organizacionais, são eles: o domínio estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal. Todos eles estabelecem a base para a análise das relações interseccionais de poder, visto que as identidades e experiências são “reflexo dos jogos de poder que acontecem nos domínios estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais do poder” (COLLINS, 2021, p. 30).

Vale salientar que, por pertencermos simultaneamente a diversos grupos, as nossas identidades são complexas e, portanto, sentimos as opressões de formas diferentes. Nesse sentido, “homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber” (COLLINS, 2021, p. 29).

Além disso, em uma pesquisa que envolve um objeto de comunicação, como este trabalho, entender os contextos de cada personagem com base na interseccionalidade é reconhecer que suas narrativas não são fragmentadas e essas opressões irão atravessar cada indivíduo de uma maneira (CARRERA, 2020).

A forma como Laura e Isabel vivenciam essas relações de dominação e poder, por exemplo, são distintas. Enquanto Laura luta pelo direito de trabalhar e de ser reconhecida por seu talento enquanto professora, escritora e jornalista; Isabel luta pelo seu povo, pelo direito a uma vida digna e à moradia, pelo reconhecimento do samba e das demais práticas culturais de resistência de seus ascendentes.

Existe uma nítida diferenciação na forma como a telenovela apresenta os conflitos vivenciados pelas duas personagens. Enquanto Laura é a representação do feminismo branco do início do século XX, apontando reivindicações que apresentam a individualização das questões; Isabel se preocupa com a coletividade e o contexto social à sua volta, com a ascensão de todo um povo, com a memória e a luta pela superação dos obstáculos impostos a seus familiares e amigos e, além disso, com a preservação de uma cultura que, por anos, tentaram apagar.

A vida de Laura é permeada por conflitos que envolvem seus pais, Constância e Alberto, ex-barões de café que vivem um breve período de decadência com a queda da monarquia e relembram, saudosos, os tempos da escravidão; seu irmão, Albertinho, pela educação diferenciada que os dois recebem e o conflito moral que é posto entre os dois; suas tias e prima; e seu casamento com Edgar, que a personagem encara como um possível empecilho para a concretização de seus sonhos.

Há sobre ela uma grande pressão pela manutenção da honra e da reputação da família, que aconteceria por meio de seu casamento. Para a sua mãe, os sonhos de Laura são “tolices” que deveriam ser interrompidas quando ela se casasse. À época, acreditava-se que uma mulher que trabalhava era um marcador indicativo de pobreza.

Já Isabel enfrenta não só conflitos relacionados à sua posição enquanto mulher, mas especificamente enquanto uma mulher negra. Sua presença no mercado de trabalho nunca é questionada, como acontece com Laura. Esse ponto é um elemento fundador da diferenciação do feminismo negro. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam, como a Laura, o direito ao acesso à educação e ao mercado de trabalho; as mulheres negras já estavam inseridas neste espaço, sem opção de escolha. O que já se apresenta como um dos pontos de tensão centrais entre as personagens, que serão analisados posteriormente.

Apenas a modalidade de trabalho de Isabel é problematizada. Quando ela se torna uma dançarina, vira um marcador de imoralidade, ainda que lhe permita apreciação social e condições materiais de vida melhores. A dignidade da mulher “honrada” se sobrepõe a urgência de sobrevivência.

Personagens como seu pai, Afonso, e tia Jurema, são importantes no processo de construção da vida e das memórias da personagem. Isabel nasceu livre, mas cresceu vendo seu pai sofrer os traumas da escravidão. Já tia Jurema exerce um papel central no morro: enquanto matriarca e mãe de santo, ela é campo de acolhimento e refúgio religioso do povo do morro. A tia Jurema é, inclusive, criminalizada pela sua religião, um outro fator interseccional. Além das festas, seu quintal serve como terreiro, no intuito de preservar a cultura e as práticas religiosas de origem africana.

Isabel enfrenta não só os embates relacionados ao amor e às decepções, com Zé Maria e Albertinho, mas também inúmeros casos de racismo e exclusão, enquanto vê amigos e familiares enfrentarem a discriminação de suas práticas e a intolerância religiosa, visto que a capoeira, o samba e o candomblé eram proibidos no Rio de Janeiro

daquele tempo³². Dessa forma, sobre a vida de Isabel e do elenco do Morro da Providência, existe o entrecruzamento das opressões de raça e classe que, em diversos momentos, são percebidos de forma mais forte que o sexismo.

Visto que as identidades analisadas pelo pensamento interseccional são formadas por categorias que se cruzam, Crenshaw (1993) propõe que ressignifiquemos o modo como pensamos essas categorias, desafiando o lugar das identidades e o poder que elas exercem sobre os indivíduos. Ao desenvolvermos essa consciência, será possível reconhecer as diferenças e viabilizar políticas voltadas para aqueles que estiveram excluídos das reivindicações.

Assim, olhar a partir das relações de diferença nos permite compreender as maneiras como as personagens resistem na trama. Pensar o feminismo a partir da decolonialidade é buscar compreender as interseccionalidades que conjugam os diversos eixos de opressão. De que forma essas resistências são possíveis entre as personagens e a partir de onde?

Para isso, a partir das percepções acerca do tempo da narrativa e do pensamento moderno/colonial desenvolvido e imposto aos sujeitos colonizados, compreenderemos as propostas do pensamento decolonial atreladas a uma análise interseccional, para, enfim, entender, de que maneira os sujeitos colonizados, inferiorizados e subalternizados promoveram a desobediência epistêmica e o reencontro com a experiência vivida.

Para além disso, compreendemos que a pesquisa em Comunicação e seus espaços empíricos, “são lugares emblemáticos para o debate sobre matrizes de opressão e dinâmicas discriminatórias” (CARRERA, 2020, p. 06), e é por meio desses espaços que são colocados sob os holofotes as possibilidades de (des)construção de sentido sobre determinada relação e/ou indivíduo.

A seguir, refletimos sobre a importância dos meios de comunicação e, especialmente, das telenovelas, na (re)produção de narrativas em disputa, que podem ser responsáveis tanto pela representação de estereótipos e a manutenção da invisibilização de determinadas questões sociais, como também servem como dispositivos pedagógicos que tensionam memórias e experiências.

³² Vale salientar que a criminalização dessas e de outras práticas culturais de matriz africana ainda é muito presente no Brasil. O preconceito e a intolerância são casos recorrentes em nosso cotidiano. As pessoas negras são, até hoje, alvos de inúmeras violências praticadas contra sua ancestralidade.

2. DA FANTASIA À REALIDADE: AS TELENÓVELAS COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O PASSADO E O PRESENTE NO BRASIL

No movimento curvo da memória, nosso tempo-tambor gira para trás e simultaneamente para frente, na cadência das espirais que enovelam e inspiram o presente. Volver o olhar para o antes é virá-lo também para o depois, e para os agoras.

(Leda Maria Martins, 2021, p. 16)

2.1. Breve histórico das telenovelas no Brasil

Assim como no surgimento da televisão, as telenovelas começaram de forma improvisada e inconsistente. Suas programações não ocupavam o horário nobre, eram reduzidas a aproximadamente dois capítulos semanais e transmitidas ao vivo, devido à insuficiência de condições técnicas. Em 1951 foi ao ar, às terças e quintas, a primeira telenovela brasileira, *Sua Vida me Pertence*, apresentada pela TV Tupi de São Paulo, na direção de Walter Forster.

Foi somente com a chegada de novas tecnologias como o *videoteipe*, que as programações televisivas começaram a ganhar força e conquistar maior audiência, incluindo programas e telenovelas diários. Em 1963 foi transmitida a primeira telenovela diária: *2-5499 Ocupado*.

Ao longo dos primeiros vinte anos de história, porém, a televisão e as telenovelas permaneceriam com um alcance limitado, devido ao baixo número de domicílios que possuíam o aparelho e por não haver uma cobertura de transmissão nacional. De acordo com Esther Hamburger (1998), em 1960, dez anos após a inauguração da primeira emissora de televisão, “apenas em 4,61% dos domicílios brasileiros havia um televisor. A região sudeste liderava com 12,44% de domicílios com TV, porcentagem que nas outras regiões não chegava a 1%”. Já em 1970, “somente 24,11% dos domicílios brasileiros contavam com ao menos um aparelho de televisão” (HAMBURGER, 1998, p. 448).

Até o final da década, porém, a Rede Globo de Televisão se consagraria como a maior rede de televisão do Brasil, responsável por avanços tecnológicos e pela expansão da tevê a nível nacional, associada à possibilidade de transmissão em rede. Assim, a partir da década de 1970 houve um aumento significativo do acesso às programações televisivas, o que possibilitou a consolidação da indústria comunicacional.

Essas inovações possibilitaram que a sociedade brasileira adquirisse o hábito de assistir televisão rotineiramente. Ela passou a fazer parte do cotidiano da população e, por isso, tornou-se o veículo comunicacional de maior influência e impacto social do país, ocupando o papel desempenhado anteriormente pelo rádio.

Nos anos 1970, a tevê passou por um processo de consolidação de maneira geral graças à adoção de um “esquema empresarial/industrial melhor estruturado” (MATTOS, 1990, p. 15). Nesse sentido, a Rede Globo fixou os horários de sua programação e o tema de cada um deles, segmentando a sua audiência. Além disso, padronizou a duração das novelas e de seus capítulos.

A expansão e popularização das telenovelas a partir da década de 1970 promoveu a incorporação temática e de gêneros narrativos diversos, com a intenção de atender ao público segmentado e organizar a rede de programação. Dessa forma, a escolha dos horários de exibição da grade de programação diária correspondia à tentativa de atingir públicos específicos de acordo com os gêneros televisivos mais apropriados.

As telenovelas, então, passaram a ser consideradas de acordo com o público-alvo, as faixas etárias, os temas, a duração, o gênero, os horários e apelos comerciais. Assim, elas foram destinadas aos horários que melhor atendiam ao calendário social de seu público específico, considerando, também, as programações das emissoras concorrentes.

Nesse cenário, a Rede Globo se tornou a número um, com a criação da Central Globo de Produção, baseando-se em uma linha de programação de alternância entre telenovelas e programas de auditório. À época, a emissora iniciou a busca por aprimoramento e qualidade técnica com a produção focada em um “padrão Globo de qualidade”.

Mauro Alencar (2004) afirma que a Rede Globo foi a grande responsável por uma verdadeira “revolução industrial” da ficção brasileira, consolidando as telenovelas em nosso cenário cultural, a nível nacional e internacional, tal qual o samba e o futebol. A emissora tornou-se, ainda, a maior produtora de telenovelas do Brasil, investindo massivamente em ficções que expressavam o cotidiano e os “modos de ser” brasileiros. Assim,

se a TV Tupi foi a responsável pela revolução dramatúrgica do gênero, foi na Rede Globo que o gênero ampliou-se, consolidou-se e industrializou-se. A Globo responde pelo abrasileiramento total da telenovela e por sua transformação em produto de consumo em território nacional e internacional. É nesse ponto que ocorre a segunda revolução da telenovela – a “revolução

industrial” da ficção brasileira – e o início da “moderna telenovela brasileira” (ALENCAR, 2004, p. 53).

Atrelada às difíceis conjunturas pelas quais passavam as demais emissoras, como a antiga TV Tupi³³, a Rede Globo desenvolveu um espaço propício para investir seus recursos no sucesso da telenovela.

Nesta mesma época, a TV Tupi havia lançado as telenovelas consideradas “divisoras de águas” das ficções televisivas no Brasil: *Antônio Maria* (1968) e *Beto Rockfeller* (1968). A partir das mudanças culturais vivenciadas no Brasil, como o advento do Cinema Novo e do Tropicalismo e, ancorados na percepção de que o público telespectador respondia de maneira menos primorosa às produções melodramáticas, a TV Tupi apostou na diversificação das tramas, com telenovelas que abordavam o cotidiano brasileiro – apostando em personagens ágeis e despojados, além de diálogos mais verossímeis (ALENCAR, 2004).

O sucesso das tramas veiculadas ao final da década de 1960 alertaram os produtores brasileiros de que talvez o público já estivesse cansado das produções afastadas do telespectador, com personagens nomeados *sheiks*, duques e duquesas. Além do esgotamento em relação às tramas que envolviam somente os problemas amorosos entre um casal e um elenco reduzido (ALENCAR, 2004). Dessa forma, enquanto as ficções latino-americanas investiam na estrutura dos “dramalhões”, as telenovelas brasileiras consolidariam uma estrutura “realista, aberta ao diálogo coloquial, à filmagem em locação, às tensões sociais da vida contemporânea” (HAMBURGER, 2011, p. 68).

Assim, as produções ficcionais passam a se inspirar em realidades de variados tempos e regiões do país. Essas referências funcionavam e funcionam, ainda hoje, de maneira a garantir que as questões trazidas pelas tramas se constituam como uma continuidade entre o universo do telespectador e dos personagens envolvidos.

A inserção das telenovelas nos costumes e na representação do cotidiano brasileiro transcenderam à simples conduta das personagens. A partir da mudança de linguagem promovida pelas telenovelas da década de 1970, as histórias passaram a ser palco das

³³ A TV Tupi foi a primeira emissora de televisão do Brasil, pertencente aos Diários Associados, um dos maiores conglomerados de mídia do país. Ela foi o canal de maior audiência da década de 1950, mas perdeu a liderança para a Record e para a TV Excelsior, ao longo da década de 1960. Com a remodelação da Rede Globo, que se tornou, na década de 1970, a maior emissora de televisão do país, a TV Tupi se tornou a terceira emissora de maior audiência – isso graças à extinção da TV Excelsior, que ocupava essa posição. No entanto, a emissora passou por uma grave crise financeira e saiu do ar em julho de 1980, tendo parte de suas concessões cassadas pelo governo de João Figueiredo. À época, sete de suas transmissoras fecharam as portas definitivamente.

angústias e ambivalências que caracterizavam as transformações sociais do nosso país. E, ainda que permanecessem permeadas pela lógica do romance, do matrimônio e da constituição de uma família, as ficções televisivas passaram a ser um lugar importante de levantamento de debates públicos.

Não restam dúvidas, portanto, de que falar de cultura brasileira é, também, falar de ficção televisiva e do impacto social que elas promoveram e promovem até hoje. Há mais de 70 anos as telenovelas fazem parte do cotidiano das famílias e das conversas entre amigos, ditam modas e tendências sociais, abordam assuntos que serão necessariamente pautados na sociedade, revelam problemas da intimidade, tabus, preconceitos e constroem representações das tensões vividas diariamente por telespectadores. Nesse sentido, entendemos as ficções televisivas como um importante lugar de construção de debates e da produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, refletiremos sobre isso de forma mais aprofundada nas páginas deste capítulo.

Antes de dar prosseguimento a essas discussões, refletimos sobre as particularidades das telenovelas das 18 horas, como a que analisamos neste trabalho. Como foram divididas as grades de programação das telenovelas e quais as características principais presentes nas tramas específicas das seis? A quem se destinam as telenovelas desse horário? E, mais importante ainda, existiria alguma diferença em *Lado a Lado*?

2.1.1. O horário das seis: telenovelas de época e suas particularidades

As telenovelas se constituíram como o principal produto de exportação da televisão brasileira, sendo a Rede Globo a segunda maior produtora de telenovelas do mundo, atrás somente da ABC, do grupo *The Walt Disney Company*. Suas telenovelas são exibidas em mais de 160 países e, atualmente, a grade de programação da emissora possui cinco horários para a transmissão dessa modalidade de ficção. O programa *Vale a pena ver de novo*, com a reprodução de telenovelas de sucesso veiculadas anteriormente; *Malhação*, série televisiva fixada no horário das 17 e as telenovelas das 18 horas, 19 horas e meia e a do horário nobre, às 21 horas. Eventualmente, há a apresentação de telenovelas ou seriados mais curtos no horário das 23.

Os horários de transmissão são resultado não só da modernização e consolidação da TV no Brasil, com a tentativa de segmentar os públicos, mas também da necessidade de atender à classificação indicativa estipulada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), que observa o cumprimento da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do

Adolescente, de 1990. Dessa forma, as telenovelas exibidas antes das 20 horas, por exemplo, devem incluir histórias leves e que não contenham linguagem inapropriada para crianças menores de 10 anos.

O horário das 19 horas estabeleceu-se com as comédias de costumes ou, como são conhecidas, as famosas “comédias pastelão”. Com histórias leves e românticas, essas tramas são dirigidas especificamente ao público jovem. Já o horário das 21 horas geralmente aborda temas urbanos, com discussões baseadas nos acontecimentos do dia a dia brasileiro, destinada ao público adulto. O horário das nove é considerado o de maior audiência e repercussão da teledramaturgia brasileira. E existem, também, as telenovelas exibidas, eventualmente, após as 23 horas, que são tramas mais curtas e com estilos diversificados, voltadas para um público acostumado com o estilo das minisséries.

Já as telenovelas das 18 horas tiveram início no ano de 1971, com a veiculação de *Meu Pedacinho de Chão*. Iniciadas as primeiras transmissões, o horário das seis era caracterizado por apresentar uma linha pedagógica, destinado exclusivamente ao público infantil, no qual o tom era, de fato, “educar” o público, “fosse apresentando a vida no campo ao homem urbano ou ensinando a língua portuguesa ao matuto da terra” (ALENCAR, 2004, p. 57).

No entanto, ao longo dos primeiros anos, o horário não atingiu seu objetivo de conquistar maior audiência e, por isso, entre os anos de 1973 e 1975, houve uma interrupção da faixa de telenovelas das 18 horas, que foram substituídas por seriados americanos e desenhos.

Após essa breve pausa, as telenovelas da grade das seis retomaram e se firmaram com um novo estilo: as adaptações da literatura brasileira. Se, antes, seu público-alvo era definido como, especialmente, infanto-juvenil; agora, as telenovelas das seis passariam a expandir o foco de audiência a jovens e adultos.

Entre as décadas de 1970 e 1980 foram as adaptações de obras literárias que ganharam força e garantiram a manutenção de mais um horário de telenovelas na grade de programação da Rede Globo. A primeira delas foi *Helena (1975)*, inspirada no romance de Machado de Assis, seguida de cerca de 20 outras telenovelas adaptadas.

A partir da década de 1980, as adaptações literárias foram substituídas por produções originais e *remakes* e as telenovelas das 18 horas também passaram a incluir o vínculo das tramas com a realidade social brasileira.

Dentre as 80 telenovelas transmitidas no horário das 18 horas, entre 1971 e 2012 (até o momento em que foi exibida *Lado a Lado*), 38 são caracterizadas como telenovelas

de época, seja na abordagem de contextos dos séculos XVIII, XIX e início do século XX, ou até meados da década de 1950. Dentro desse recorte, existem, ainda, fases predominantes, sendo elas contextualizadas principalmente entre o final do século XIX e início do século XX.

Sendo assim, quase metade das telenovelas exibidas até 2012 são produções de época. Pode-se afirmar, então, que o horário das 18 horas é caracterizado por abarcar produções tradicionalmente voltadas para a transmissão de ficções regionais e de época. Por serem livres a todos os públicos, geralmente têm tramas mais leves e roteiros que reproduzem episódios reconhecidamente importantes sobre a história do Brasil.

Além disso, vale destacar que a grande maioria das telenovelas de época veiculadas entre 1971 e 2012 têm uma abordagem característica do estilo herdado dos melodramas latino-americanos: o romantismo. Histórias de amores impossíveis, de paixões à primeira vista, mocinhas que esperam ansiosamente pelo amado, paixões arrebatadoras... Ou seja, o amor e as relações amorosas são, frequentemente, o eixo central das tramas.

Dentre as telenovelas de época que mais atraíram a audiência e o carinho do público ao longo desses anos, podemos destacar: *Força de um Desejo* (1999-2000); *O Cravo e a Rosa* (2000-2001); *A Padroeira* (2001-2002); *Chocolate com Pimenta* (2003-2004); *Cabocla* (1979/2004); *Alma Gêmea* (2005-2006) e *Sinhá Moça* (1986/2006). Mas o que todas elas têm em comum? E, retomando a pergunta que nos trouxe até aqui, existe alguma diferença em *Lado a Lado*?

Força de um Desejo é ambientada no século XIX e conta a história de um amor impossível entre Esther (Malu Mader), dona do bordel mais famoso do Rio de Janeiro, e Inácio Sobral (Fábio Assunção), filho de barões de uma fazenda fictícia, chamada Ouro Verde, localizada no Vale do Paraíba. Uma série de intrigas e reviravoltas acometem a vida do casal ao longo da trama para impedi-los de viver esse romance, que se mantém vivo até o final da história.

O Cravo e a Rosa é uma telenovela ambientada em São Paulo, nos anos 1920, e narra o romance conturbado entre Catarina (Adriana Esteves) e Petruccio (Eduardo Moscovis). Catarina era uma mulher que se recusava a cumprir o papel destinado à mulher na conservadora sociedade do início do século XX, enquanto Petruccio era um homem “tradicional”, que acreditava piamente nos valores sociais da época.

Apesar do abismo entre as personalidades e os gostos de ambos, Petruccio decide conquistar Catarina. Ele estaria, na verdade, interessado no dote do casamento, que seria

usado para quitar suas dívidas e salvar os negócios de sua fazenda. No entanto, os dois acabam se apaixonando e vivem um relacionamento extremamente conturbado.

Assim como em *Força de um Desejo*, a história de *A Padroeira* também narra um amor impossível, entre Valentim (Luigi Baricelli) e Cecília (Deborah Secco), durante o século XVIII. Ao chegar ao Brasil com seu pai, Cecília sofre uma tentativa de sequestro, que é impedida por Valentim. Os dois se apaixonam, mas logo o romance é impedido, porque Cecília já estava prometida a outro rapaz. Além disso, Valentim não é bem-visto na sociedade, por ser filho de um suposto traidor da Corte. Apesar de serem de mundos completamente diferentes, o rapaz faz de tudo para provar a sua inocência e poder, finalmente, casar-se com a moça.

Já em 1920, na cidade fictícia de Ventura, *Chocolate com Pimenta* conta a história de Ana Francisca (Mariana Ximenes). Após perder o pai, a jovem ingênua muda para essa cidade, cuja economia gira em torno de uma fábrica de chocolates, para viver com familiares que não conhecia. Ela chama a atenção de Danilo (Murilo Benício), rapaz de sua escola, considerado o mais bonito do colégio e por quem Olga (Priscila Fantin) é apaixonada.

Ana e Danilo começam a namorar, mesmo com as tentativas frustradas de Olga em impedir o romance. No entanto, na mesma época em que Ana descobre estar grávida de Danilo, uma dessas tentativas de Olga acaba provocando a separação do casal. Danilo se muda para São Paulo, enquanto Ana Francisca acaba se casando com Ludovico (Ary Fontoura), um amigo rico que decide ajudá-la na criação do bebê, e se muda para Buenos Aires. Após sete anos, já viúva, os dois se reencontram, em Ventura, mas Danilo é convencido de que ela se casou por interesse. O casal sofre com os desencontros, até compreenderem a verdadeira história por trás da separação.

Cabocla foi transmitida originalmente em 1979 e, em 2004, a Rede Globo produziu um *remake* da trama. Ela conta a história de amor entre Luís Jerônimo (Daniel de Oliveira) e Zuca (Vanessa Giácomo), na década de 1920. O jovem era rico, mulherengo e passava as noites na rua bebendo com os amigos. Na trama, ele descobre estar com uma lesão no pulmão e decide se mudar para a fazenda de seu primo, na cidade de Vila da Mata, no Espírito Santo, para se recuperar.

Ao chegar na cidade, ele se hospeda no hotel dos pais de Zuca, em que ambos se apaixonam à primeira vista. Porém, Zuca está noiva de Tobias (Malvino Salvador) e, além disso, a distância social entre os dois faz com que eles enfrentem diversos empecilhos.

A telenovela *Alma Gêmea* narra a história de um amor eterno entre Rafael (Eduardo Moscovis) e Luna (Liliana Castro). A trama começa no ano de 1928, na cidade fictícia de Roseiral, interior de São Paulo, quando os dois se apaixonam e, em poucos meses, se casam e têm um filho. Em uma trágica noite, Luna e Rafael são assaltados e ela acaba levando um tiro, vindo a falecer. Seu espírito, porém, reencarna em Serena (Priscila Fantin), que havia acabado de nascer.

Após 20 anos, Serena e Rafael se encontram. O rapaz nunca havia esquecido a esposa, enquanto Serena tinha recordações nítidas de vidas passadas. No desenrolar da trama, os dois descobrem quem foram em todas as outras encarnações e que seriam almas gêmeas, por sempre terem estado juntos de alguma maneira.

Por fim, *Sinhá Moça*, foi transmitida pela primeira vez em 1986 e, graças ao sucesso da trama, a Rede Globo produziu um *remake* em 2006. A telenovela é ambientada em uma pequena cidade fictícia do interior de São Paulo, em 1886, e conta a história de amor entre Sinhá Moça (Débora Falabella) e Rodolfo Fontes (Danton Mello). Filha do escravocrata Coronel Ferreira, o Barão de Araruna, Sinhá Moça se apaixona pelo jovem advogado, abolicionista, Rodolfo Fontes. Os dois enfrentam, juntos, os empecilhos impostos ao romance e à campanha pela abolição da escravatura.

Todas essas telenovelas são caracterizadas por um eixo central baseado na relação amorosa entre os personagens principais. Assim como as sete tramas brevemente contextualizadas acima, a grande maioria das ficções televisivas de época transmitidas pela Rede Globo tem suas personagens principais representadas a partir das relações românticas construídas ao longo da narrativa.

Ainda que algumas delas, como Catarina, em *O Cravo e a Rosa*, tenham um papel desenvolvido para além do lugar social destinado às mulheres, de acordo com as épocas narradas, outras estão atreladas a representações de comportamentos limitantes enquanto mocinhas, donas de casa, submissas, frágeis, inferiores e que só poderiam estar vinculadas à expectativa de um romance. Além disso, até as personagens que fogem dessas representações, como Catarina, são amarradas à necessidade de se ter um parceiro.

Em *Lado a Lado*, no entanto, a construção dos casais é apontada como um fator secundário na trama. Laura e Isabel conhecem seus parceiros, Edgar e Zé Maria, e vivem relações que também se desenvolvem e se tornam importantes ao longo da narrativa. Porém, o eixo central da novela não é o romance.

O ponto crucial e mais importante, que atravessa todos os demais acontecimentos da trama, é a relação de amizade entre as personagens principais. É a partir dessa

construção, do carinho e do apoio que Laura e Isabel são uma para a outra, e das tensões que se dão nesse encontro, que a história é conduzida.

Ao se conhecerem, no dia em que celebrariam seus casamentos, as duas revelam segredos, angústias e expectativas deste e dos dias que se seguirão. O casamento, portanto, se torna apenas um elo importante entre o caminho de mulheres de contextos sociais muito distintos.

Enquanto Laura vive o drama de um casamento que poderia ser um empecilho a sua vida profissional, arquitetado por sua mãe, Constância e sua sogra, Margarida; Isabel espera ansiosa a chegada de seu noivo atrasado, Zé Maria. Em um dos dias mais “trágicos” na vida de ambas, pela consolidação de um matrimônio indesejado, de um lado, e pelo abandono, de outro, as duas se conectam. E, ao longo de toda a trama, seguem se reconectando, por meio dos percalços que encontram no caminho e dos momentos que dividem – sejam eles no sentido do elo e do apoio, ou no sentido das tensões que estão postas à essa relação.

Ainda que ambas experienciem os conflitos de uma relação amorosa, como tradicionalmente acontece nas histórias centrais das telenovelas de época, o foco em *Lado a Lado* é o desenvolvimento da amizade entre as duas jovens. Suas histórias de amor são paralelas à construção da amizade e da luta de ambas por liberdade e independência, na conservadora sociedade carioca do início dos anos 1900.

Portanto, compreenderemos a seguir a forma como *Lado a Lado* é abordada, a partir dos aspectos pedagógicos que ela aciona, com o intuito de aprofundarmos as reflexões sobre a construção de uma trama de época e os modos de enunciar raça e gênero na tevê. Para além disso, consideraremos a diferença e o olhar contemporâneo que atravessa as histórias de Laura e Isabel.

2.2. As telenovelas como espaço de produção de saberes

Há uma concepção errônea, desde a introdução das telenovelas no cotidiano brasileiro, de que as tramas ficcionais não possam ser consideradas parte da “bagagem cultural e cognitiva aceita como legítima para orientar os futuros desdobramentos da vida social” (MARQUES, 2005, p. 144). Nesse sentido, determinadas instituições categorizam as telenovelas simplesmente como “programas de entretenimento”, descredibilizando a forma como a televisão e as ficções interferem na vida dos telespectadores; além de

reduzir suas potencialidades na formação dos sujeitos e no modo como eles passam a enxergar o mundo e a vida social.

Ao deixarmos de reconhecer a necessidade de se discutir e analisar a televisão, mantemos essa compreensão polarizada de oposição entre a cultura popular e a erudita, como se fosse realmente possível separá-las (MOTTER, 2000).

Para Marín-Barbero (1997), o gênero que melhor expressa as interações e que atravessa o campo da cultura e da comunicação é justamente o melodrama, pois ele se organiza como um espaço de reconhecimento dessas mesclas culturais. No melodrama estão situadas as transformações da realidade social, os tensionamentos da vida íntima das famílias, o âmbito do trabalho, da rua e das relações. Portanto, “como nas praças do mercado, no melodrama está tudo misturado, as estruturas sociais com as do sentimento, muito do que somos – machistas, fatalistas, supersticiosos – e do que sonhamos ser, o roubo da identidade, a nostalgia e a raiva.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 304).

As telenovelas são produzidas articuladas às matrizes culturais (MARTÍN-BARBERO, 1997), à realidade social brasileira e são, portanto, espaços de problematização das questões sociais do país. Suas tramas funcionam como recursos comunicativos que traduzem muito do que somos, das questões que permeiam a sociedade no tempo da produção, entremeadas às lógicas de produção (LOPES 2003; 2009). Existe um contexto social muito mais amplo e anterior às produções ficcionais, além disso, que estimulam a construção desse tipo de formato e de suas narrativas.

Produzidas por uma luta de interpretação de sentidos, as telenovelas tecem representações que promovem saberes sobre o Brasil e os diversos costumes que atravessam o cotidiano dos sujeitos que as veem. Assim, compreendemos que “a ficção ajuda a compor o que entendemos por real concreto” e a pensarmos nesse real (MOTTER, 2000, p. 56).

Por isso, problematizamos a percepção das telenovelas enquanto fonte – unicamente – de entretenimento, e refletimos sobre a sua constituição como um recurso que expõe os problemas do cotidiano, a fim de que, enquanto telespectadores, possamos ler, analisar e entender parte do que nos atravessa. Além disso, os temas abordados nas telenovelas servem não só para que compreendamos aspectos da nossa realidade, mas também “podem servir de gancho para tratarmos assuntos que nos incomodam, que são difíceis para todos nós” (MOTTER, 2000, p. 59).

Ao abordarem as diversas formas de ser e estar; o sujeito popular brasileiro; a trabalhadora e o trabalhador; o cotidiano das favelas em contraste com o contexto urbano

das grandes capitais; os espaços rurais; o número variado de sotaques; as relações homoafetivas; as traições; “escândalos” da vida íntima das famílias; corrupção etc., a televisão e as telenovelas estão diretamente relacionadas ao contexto social em que são veiculadas, à forma como nos compreendemos no mundo, à nossa relação com os corpos, a sexualidade e aos estilos de vida. Nesse sentido, as ficções são fundamentais para a formação de um olhar crítico social e, portanto, um importante *recurso comunicativo* (LOPES, 2009) e *pedagógico* (FISCHER, 2002).

As telenovelas tornaram-se responsáveis por produzir uma “narrativa nacional”, capaz de revelar representações culturais e gerar visibilidade a certos assuntos e comportamentos. Elas funcionam como um recurso que capta, expressa e alimenta questões presentes na vida pública e privada dos brasileiros. Sua penetração intensa na sociedade, devido à capacidade de criar um “repertório comum”, permite que indivíduos de diferentes classes sociais, gerações, raças e gêneros se identifiquem com personagens e narrativas (LOPES, 2003; 2009). Através dessa representação, os telespectadores criam um imaginário do mundo, de si e dos outros.

Nesse sentido, Hamburger (2011) afirma que as novelas são obras abertas e, por isso, podem ser consideradas “protointerativas”, pois possibilitam a interação contínua com os telespectadores. Assim, passamos a nos relacionar com a narrativa de modo que ela “estimula a formação de ‘torcidas’ em torno de destinos desejados para personagens”. (HAMBURGER, 2011, p. 74). Essa rede de torcidas e comentários cotidianos constitui a base da audiência das novelas e propicia que telespectadores sintetizem experiências públicas e privadas (HAMBURGER, 1998, p. 483).

É impossível, portanto, compreendermos a televisão sem considerarmos as demandas sociais e culturais do público. É através dessa interação e das demandas dos telespectadores em jogo, em um “contínuo desfazer-se e refazer-se das identidades coletivas” que a tevê exerce as representações da vida social. (MARTÍN-BARBERO e REY, 2001, p. 40).

Para além da formação de torcidas, as telenovelas são “capazes de ‘sintonizar’ os telespectadores com a interpretação e a reinterpretação da política, assim como de tipos ideais de homens, mulher, marido, esposa, família” (HAMBURGER, 1998, p. 468). Suas representações expressam padrões “legítimos” e “ilegítimos” de comportamento, capazes não só de colocar em pauta assuntos considerados tabus, como também de reproduzir a desigualdade e a discriminação.

A televisão implica, dessa forma, em representações que perpetuam diversas nuances de segregação. Com discussões que abordam experiências políticas, religiosas, históricas, culturais e sociais da própria realidade brasileira e a adoção de situações inspiradas no dia a dia, a telenovela se tornou “um dos mais importantes e amplos espaços de problematização do Brasil” (LOPES, 2009, p. 26).

Além disso, a mídia está diretamente atrelada à produção de sentidos e às representações que nos permitem entender o mundo e tudo aquilo que nos constitui. A partir das representações televisivas, especificamente das telenovelas, moldamos as nossas próprias identidades. A construção social da realidade, portanto, seria parte dessa “(inter)ação” do sujeito com o mundo, com os outros e consigo (FRANÇA; SIMÕES, 2007, p. 55).

No entanto, vale salientar que, por ser constituída por um conjunto de normas e valores, a mídia também atua no sentido de legitimar determinados modos de ser e estar no mundo, identidades pelas quais os indivíduos se reconhecem (ou não). É por meio da mídia, da televisão e das telenovelas, que as pessoas “constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’, fornecendo modelos de comportamento para cada sujeito” (KELLNER, 2001, p. 09).

E é justamente por isso que acreditamos que as telenovelas, apesar de se constituírem, em diversos momentos, como um lugar de reprodução de sentidos dominantes e excludentes, também funcionam como um dispositivo pedagógico.

2.2.1. O dispositivo pedagógico da mídia

Tomamos o conceito de *dispositivo pedagógico da mídia* (FISCHER, 2002), aqui, compreendendo que a televisão está permeada pelos processos de aprendizagem, de revelação das tensões sociais e de transformação da realidade. Nesse sentido, as telenovelas funcionam para além das fontes básicas de informação e lazer. Fischer (2002, p. 153) afirma que a mídia é um “lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações”.

Como vimos, as telenovelas estão diretamente relacionadas a um aprendizado sobre quem nós somos e como enxergamos o outro, a forma como vivemos e os nossos comportamentos. “Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os

espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2002, p. 153).

A autora descreve o dispositivo pedagógico da mídia como um aparato capaz de produzir saberes que revelam conhecimentos sobre os sujeitos e as formas de ser e estar no mundo e na cultura em que vivem. Além disso, enquanto determinadas instituições constituídas no lugar da formação dos sujeitos atuam na reprodução e na conservação de saberes, a mídia pode vir a promover a transformação e a inovação. Dessa forma, diferente das demais, “na televisão alterna-se a repetição com a novidade, reveza-se a conservação com a transgressão” (MARQUES, 2005, p. 146).

Ao trabalhar com a realidade e a ficção/fantasia atreladas, a partir das relações constituídas na vida privada, as telenovelas são responsáveis por dramatizar o cotidiano e os hábitos sociais. Nesse sentido, os personagens vivenciam tramas “comuns” que poderiam ser comparadas à vida cotidiana dos telespectadores, e que não necessariamente estão presentes nos noticiários, mas podem ser, a partir da visibilidade dada pelas telenovelas, discutidas e analisadas pelo público. Assim, ainda que exista uma diferença entre as telenovelas e os programas informativos, as ficções televisivas também expõem os telespectadores a uma forma de informação sobre a vida e os costumes.

As telenovelas, no entanto, estão mais próximas à definição de Williams (1981, p. 125) da televisão educativa em sentido geral, pois apresentam diferentes modos de conduzir a vida (privada), assim como expõem uma diversidade de condições sociais (através dos personagens) e representam distintas formas de relacionar a esfera privada com o mundo laboral: mais do que instruir diretamente acerca das características ou etapas constitutivas, elas ‘fornecem’ experiências sobre o processo (de viver em sociedade) (MARQUES, 2005, p. 149).

O poder de transformação das telenovelas está vinculado ao fato de que, ao abordar determinados temas recorrentes dos problemas enfrentados por uma parcela da população, muitos dos conflitos e preconceitos que envolvem a vida das personagens são trazidos à tona. Assim, além de contar histórias, as telenovelas ditam tendências e, mais do que isso, contribuem com a manutenção desses conflitos ou viabilizam mudanças na vida de seus telespectadores, a partir da inserção de determinadas pautas na agenda social.

Em 1995, por exemplo, a telenovela *Explode Coração*, escrita por Glória Perez, contou a história de Odaísa, mãe de uma criança desaparecida. À época, Ivanise, moradora de São Paulo, havia acabado de perder a sua filha de 13 anos e gravou um depoimento que seria passado ao final de um dos capítulos da telenovela. Mesmo com a projeção nacional e a proporção que a campanha havia tomado, ela não conseguiu

encontrar sua filha. No entanto, Ivanise conheceu outras mulheres que enfrentavam a mesma situação e, juntas, elas criaram um grupo de apoio. Naquele mesmo ano de exibição da telenovela, mais de 60 crianças foram encontradas, como reflexo da campanha.³⁴

Além disso, algumas telenovelas brasileiras influenciaram diretamente em nossa legislação. Em 2003, a novela *Mulheres Apaixonadas* conta a história do casal de idosos que era frequentemente maltratado pela neta. A repercussão da trama levou à aprovação, após a exibição da novela, do Estatuto do Idoso, que estava parado na Câmara dos Deputados há seis anos.³⁵

Nesta mesma novela, a personagem Raquel (Helena Ranaldi) sofria agressões constantes do marido. De acordo com o portal de novelas da Rede Globo³⁶, após a denúncia feita pela personagem, na trama, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), listou um aumento de mais de 40% nas notificações de casos de violência doméstica sofrido por mulheres apenas no Rio de Janeiro.

Em 2008, a personagem Catarina (Lilia Cabral), de *A Favorita*, também foi vítima de violência doméstica. No ano da exibição da telenovela, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) registrou o aumento de 22,3% nos relatos de violência recebidos pela Central de Atendimento à mulher, em relação ao ano anterior.³⁷

Vale lembrar que as telenovelas não só atravessam a vida de telespectadores como também são atravessadas pela estrutura social em que são produzidas. Essas tramas foram veiculadas em um contexto de expansão das lutas contra a violência contra a mulher, como a construção da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006. Portanto, não foi um movimento que surgiu apenas a partir das telenovelas, mas que também ajudou a construir muitas dessas tramas. Diz respeito a um quadro social amplo, resultado da luta de

³⁴ Dado disponível na matéria veiculada pelo Uol: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/como-as-novelas-mudaram-o-brasil/#page2>

³⁵ Na mesma época em que *Mulheres Apaixonadas* e a trama entre Leopoldo (Oswaldo Louzada) e Flora (Carmem Silva), casal de idosos que era agredido pela neta Dóris (Regiane Alves) foi ao ar, o projeto criado pelo então deputado Paulo Paim (PT/RS) foi aprovado pelo Senado. O drama estimulou as denúncias e, além disso, parte do elenco da novela se movimentou para que o projeto fosse aprovado. O Estatuto do Idoso estabelece que qualquer tipo de maltrato a pessoas idosas é crime, com penas de até 12 anos de reclusão.

³⁶ Dado disponível no portal de novelas da Rede Globo: <http://redeglobo.globo.com/novidades/novelas/noticia/2011/07/voce-sabia-estatuto-do-idoso-foi-aprovado-apos-mulheres-apaixonadas.html>

³⁷ Dado disponível na matéria veiculada pelo Uol: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/como-as-novelas-mudaram-o-brasil/#cover>

múltiplos atores, que viabilizaram a expansão do tema e a construção de políticas sociais voltadas à vida e à saúde das mulheres.

Ao reconfigurar a vida social e ser configurada por ela, a televisão se apresenta como lócus fundamental na circulação de sentidos. França (2009) afirma que existe um equilíbrio na associação entre a televisão e a sociedade, que é fundamental na articulação entre a produção de sentidos da tevê e as relações vividas no social. Articulação, esta, que traz visibilidade a determinadas questões da vida dos sujeitos.

[...] a TV acompanha seus movimentos e tendências, é instrumento de veiculação de suas normas e valores, mecanismo de reprodução e manutenção da ordem dominante. Instância ativa, lugar de expressão e circulação de vozes, do cruzamento de representações e constituição de novas imagens, a televisão é também um vetor de dinamismo e modificação do seu entorno (FRANÇA, 2009, p. 30).

As tramas funcionam como um passo relevante na conscientização e denúncia sobre diversas realidades sociais do Brasil. Assim, classificar as telenovelas simplesmente como uma programação de entretenimento é não só inadequado como também problemático, visto que as telenovelas abordam questões para além dos aspectos efêmeros do cotidiano, voltados apenas para o prazer e a diversão.

Ainda que carregadas pelo drama e pela comédia, as tramas nos permitem desenvolver um conhecimento sobre o passado, o presente e o futuro do nosso país, além de nos abrir os olhos para realidades ao redor que, talvez, não tenhamos conhecimento.

Assim, vale salientar que a mídia e as telenovelas se apropriam de estratégias de linguagem que se constituem como um lugar privilegiado de informação e educação das pessoas e, além disso, captam e reproduzem determinadas questões da intimidade do telespectador, a fim de que o público se reconheça nessa série de tramas e “verdades” que são vividas pelas personagens. A dramatização, então, utiliza do apelo ao afeto e à empatia para informar, ensinar, convencer e partilhar da vida e das experiências dos telespectadores.

Para Martín-Barbero e Rey (2001), a TV desenvolve um papel muito mais importante como um cenário do cotidiano e das “mais secretas perversões do social” e da constituição de imaginários coletivos, do que enquanto um instrumento de diversão. Nela, as pessoas se reconhecem e, por ela, compreendem o que devem esperar. Nesse sentido, os autores nos remontam a necessidade de se construir uma crítica capaz de distinguir o lugar da TV enquanto cúmplice das relações de dominação e poder e, por outro lado,

enquanto estratégica nas dinâmicas da cultura, “na transformação das sensibilidades, nos modos de construir imaginários e identidades”. Ou seja, ao mesmo tempo em que a tevê pode atuar no sentido de manutenção de determinadas problemáticas sociais, ela também é um espaço amplo de tensão e questionamento dessas questões. Pois,

encante-nos ou nos dê asco, a televisão constitui hoje, simultaneamente, o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular, entendido não como as tradições específicas de um povo, mas a hibridação de certas formas de enunciação, de certos saberes narrativos, de certos gêneros novelescos e dramáticos do Ocidente com as matrizes culturais de nossos países (MARTÍN-BARBERO e REY, 2001, p. 26).

Nesse sentido, refletimos sobre seus usos estratégicos de inovação e de construção de um olhar crítico sobre as relações e a cultura. Enquanto dispositivo pedagógico, vimos que a tevê é, também, fonte de expressão e aprendizado sobre a nossa realidade. Assim, pensando especificamente sobre os modos de enunciar os negros/as e as mulheres na telenovela, analisamos a forma como, socialmente, encaramos as (im)possibilidades de raça e gênero na tevê e suas rupturas, a partir das histórias das personagens de *Lado a Lado*. Dessa forma, pensamos as telenovelas enquanto um *recurso comunicativo* (LOPES, 2009), que compreende a comunicação a partir da possibilidade de abertura e compreensão dos outros e das novas expectativas frente à representação e seus significados.

2.2.2. “A negação do Brasil”: olhares sobre a construção de uma “identidade negra” na telenovela

No tópico anterior, abordamos a importância das telenovelas enquanto dispositivos de problematização do Brasil, capazes de reproduzir e tensionar padrões de comportamento considerados legítimos nossa sociedade, estereótipos e formas de discriminação.

Também refletimos no primeiro capítulo sobre a construção das identidades, produzidas em meio a disputas de poder, que determinam as posições de sujeito e estabelecem “lugares” em que os indivíduos podem se posicionar e/ou agir. É nesse sentido que propomos refletir sobre o negro na telenovela brasileira.

No quarto trimestre de 2021, o número de pessoas declaradas negras no Brasil foi de 55,8%, porcentagem consideravelmente maior do que a metade da população brasileira.³⁸ No entanto, esta não é a realidade percebida nas telenovelas do país. Em uma pesquisa sobre as ficções brasileiras exibidas entre os anos de 1984 e 2014, Campos e Feres Júnior (2015) perceberam que, das 162 tramas que foram ao ar na Rede Globo, 91,3% dos personagens envolvidos nas tramas centrais eram brancos.

Os autores afirmam, portanto, que há uma sobrerrepresentação dos brancos nas telas da tevê, enquanto a população negra se encontra sub-representada, “na medida em que corresponde a apenas 8,6% dos atores e atrizes dos elencos” (CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2015, p. 06).

As primeiras produções da tevê desenvolviam narrativas sobre as elites das classes médias brancas que viviam entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Joel Zito Araújo (2004) afirma que a representação dos personagens negros “é resultado da incorporação do mito da democracia racial brasileira, da ideologia do branqueamento e do desejo de euro-norteamericanização de nossas elites” (ARAÚJO, 2004, p. 40) e, por isso, as telenovelas foram produzidas a partir de uma “estética sueca da tv brasileira” que, além de manter os estereótipos sobre o negro, reproduziam a ideia de uma convivência pacífica entre as raças.

Vale salientar que essas produções alimentam uma cultura de discriminação social através de uma “identidade negra” baseada em clichês. Grande parte das novelas em que há maior número de negros no elenco é ambientada “em espaços considerados subalternos, seja na geografia do país ou no ambiente urbano” (CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2015, p. 14). Sendo assim, mesmo presentes, atores e atrizes negros ocupam papéis que reproduzem identidades marcadas pela inferiorização, como escravos, favelados, pobres, traficantes, empregadas domésticas etc.

Com referência ao negro, é preciso estar atento ao fato de que a mídia constrói identidades virtuais (ou pseudo-identidades) a partir não só da negação e do recalçamento da identidade negra, como também um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições” (FARIA; FERNANDES, 2007, p. 8)

Em vista disso, ainda que as telenovelas brasileiras, como já vimos, representem o Brasil em suas diversas facetas, a participação de personagens negros e negras nos

³⁸ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE 2021 – População por cor ou raça. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>

elencos foi, sempre, insuficiente. Isso não só no sentido da presença de atores e atrizes negros, como também no modo como eles eram representados na trama.

Por trás das câmeras, inclusive, Campos e Feres Júnior (2015) afirmam que nenhum dos escritores ou diretores que foram ao ar no período pesquisado eram negros – incluindo *Lado a Lado*. Donos dos discursos, da produção de sentidos, da caracterização dos personagens, essas pessoas brancas só fizeram por reforçar identidades estereotipadas da população negra, a partir de olhares colonizados e enraizados em percepções que naturalizam e mantêm a discriminação.

Ainda hoje, os papéis mais comuns destinados às atrizes e aos atores negros são, quando em uma trama de época, de pessoas escravizadas; ou, quando contemporâneas, como favelados, traficantes, serventes, empregadas domésticas etc.

Ao se tratar da representação das mulheres negras como protagonistas, os autores apontam que as consideradas pretas ou pardas ao longo dos 30 anos pesquisados seriam apenas três: Camila Pitanga, Taís Araújo e Juliana Paes. Existe um movimento não só de sub-representação das mulheres negras, como também uma percepção unilateral e padrão dos corpos passíveis de aparecer em papéis centrais na tevê. Corpos que são marcados, além disso, por um processo histórico e cultural de hiperssexualização. Para hooks (2019),

existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritura que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos (hooks, 2019, p. 33).

Ainda que a pesquisa de Campos e Feres Júnior (2015) detecte uma tendência otimista da diversificação dos elencos, percebemos que as telenovelas brasileiras são, ainda, compostas por uma maioria de personagens brancos em suas tramas centrais (e diríamos que até mesmo nas secundárias).

Apesar de *Lado a Lado* apresentar um diferencial das demais, com uma parte da trama inteira de personagens negros, há, ainda, a manutenção de narrativas apaziguadoras entre as tensões sociais que envolvem a diferença e as opressões vividas por essas pessoas. Além disso, a grande maioria desses personagens são apresentadas por meio das impossibilidades impostas pelo marcador social. Refletiremos mais sobre isso no capítulo 3.

Sendo assim, além de ocuparem os espaços das produções e os elencos, hooks (2019) afirma que é necessário “transferir as imagens, questionar quais tipos de imagens

subverter, apresentar alternativas críticas e transferir nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau” (hooks, 2019, p. 37).

Quando refletimos sobre a presença e as narrativas construídas sobre o negro na tevê, precisamos tomar a consciência sobre a realidade e questionar as estruturas que definem a quem e de que forma é permitido o direito de viver e de ser representado.

2.2.3. Poder, subjetividades e diferença: modos de enunciar o feminino na TV

Além da sub-representação dos personagens negros na tevê, existe uma percepção das articulações que envolvem a construção de personagens femininas nas telenovelas. Apesar de o melodrama ser um gênero originalmente voltado para o público feminino e, por isso, ter um grande elenco de mulheres nas tramas, elas também são geralmente apresentadas de forma estereotipada. Enquanto mocinhas, são frágeis, sensíveis e “intocáveis”. Enquanto vilãs, são duramente penalizadas por seus atos.

Ao abordar o conceito de dispositivo pedagógico da mídia, Fischer (2002) fala da relação intrínseca das subjetividades no processo de recepção das programações. Ou seja, o consumo da mídia está diretamente associado às experiências dos sujeitos. Em paralelo a isso, entretanto, a autora também afirma que os sujeitos também estão sempre, de alguma maneira, submetidos a relações de poder, controle e dependência.

Ainda que a mídia exerça determinado controle sobre as representações, porém, o sujeito está também “permanentemente imerso em inúmeras práticas, nos diferentes espaços institucionais, em que é ‘chamado’ a olhar para si mesmo, a conhecer-se, a construir para si verdades sobre si mesmo” (FISCHER, 2002, p. 154).

Portanto, ao mesmo tempo em que há um reforço no sentido da dominação e dos processos de inclusão e exclusão, há também, igualmente, estratégias de saber e de resistência presentes nos processos de recepção e de “pedagogização midiática” que se constituem nessas possibilidades do voltar-se para si e constituir-se no que Fischer (2002) chama de “linha de fuga”.

De acordo com Deleuze (1990, p. 03), o dispositivo é como uma espécie de novo, um conjunto multilinear, compostos por linhas de diferentes naturezas: “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam enquanto umas suscitam através de variações ou mesmo mutações de disposição”. Nesse sentido, o universal não se encaixa na noção de dispositivo.

Ele seria um conjunto de relações heterogêneas que englobam o dito e o não dito. Ou seja, os saberes e os valores fundamentados pelas instituições, como a mídia, e aquilo que está implícito, as subjetividades e a soberania dos sujeitos envolvidos nesses processos. Isso nos permite compreender que o dispositivo é um conjunto de relações de força que condicionam e são condicionados por certos tipos de saber e de reprodução desses saberes.

Nesse sentido, os dispositivos pedagógicos da mídia, implicam em um processo de escolha e discriminação. Ao pensarmos nas relações de poder e nas representações envolvidas nas telenovelas, somos impelidos ao seguinte questionamento: em que medida as telenovelas apreendem essas relações de poder para reproduzir saberes e identidades legitimadas em detrimento da exclusão e a normalização das diferenças?

Fischer (2002) aponta para a preocupação no sentido de “como, nessa prática comunicacional, se produzem ou se veiculam modos de ser e de considerar os nossos ‘outros’” (FISCHER, 2002, p. 160). Sendo assim, ao abordar aspectos que envolvem amplamente questões do indivíduo, da cultura e da sociedade em que estamos inseridos, em que medida *Lado a Lado* atua na manutenção e/ou transformação das diferenças, operada através de seu dispositivo pedagógico?

Como vimos no capítulo anterior, as identidades e as diferenças são produzidas. Areladas às relações de poder em jogo, as identidades tentam se estabelecer enquanto fixas e universais, baseadas nos processos de categorização social e de exclusão dos “outros”. A televisão, como uma instituição que se estabeleceu em nossa sociedade, pode atuar no sentido da manutenção dessas categorias e representações.

Ao investigar a forma como os discursos sobre as mulheres são construídos e veiculados na televisão brasileira, Fischer (2001) busca responder de que forma a mídia, enquanto um lugar privilegiado de “criação, reforço e circulação de sentidos”, opera na “formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças” (FISCHER, 2001, p. 588).

Ancorada nos conceitos de poder, saber e sujeito, de Foucault (1989)³⁹, a autora afirma que a mídia é responsável pela produção de significados e identidades. Dessa forma, a partir das noções de diferença cultural (BHABHA, 1998) e normalidade/anormalidade (FOUCAULT, 1997)⁴⁰, Fisher (2001) propõe a necessidade

³⁹ Ver: FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁴⁰ Ver: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

de pensarmos na diferença enquanto uma construção que se constitui em um campo de luta.

Entendemos as diferenças culturais enquanto conceito crucial para pensar o desenvolvimento das significações, produzidas a partir de discursos e ações envoltos na discriminação das minorias, ou seja, dos reconhecidos como “diferentes”. Portanto, a diferença é marcada pela anormalidade. Características, práticas, corpos e comportamentos foram naturalizados e encaixados no lugar da exclusão, como vimos no capítulo anterior.

Fischer (2001) nos chama a atenção para o caráter político e social desses processos de diferenciação. Ela busca compreender as estratégias utilizadas pela mídia, importante arena de discursos e representações, ao tentar definir quem são e como são os sujeitos marcados pela diferença.

As mulheres que têm sido, há séculos, definidas na condição de inferiores e submissas, como também vimos no capítulo anterior, e são parte dessa construção da mídia que tenta enquadrá-las em determinados lugares e sujeitá-las a determinados modos de ser. Assim,

tal condição de “diferença”, “anormalidade” ou “maldição” feminina tem recebido os tratamentos mais variados ao longo da história da cultura ocidental. Na mídia de nossos dias, os modos como se constroem representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher de todas as faixas de idade e de todas as condições sociais indicam uma tensão entre as inúmeras conquistas das lutas feministas e aqueles universais que, entre outras posições, colocam a mulher entre a falta e a sedução (FISCHER, 2001, p. 592).

Ainda que o público das telenovelas fosse, desde o começo, formado por mulheres, e que as atrizes ocupassem e ainda ocupem os papéis principais nas tramas, as ficções televisivas seguem perpetuando ideais limitadores sobre o corpo, a sexualidade, a vida, a liberdade e a independência das mulheres.

As representações das relações amorosas nas telenovelas correspondiam — principalmente nos dramalhões —, de acordo com Hamburger (1998), a uma certa fidelidade à meta do casamento estável, baseado nas concepções de um modelo familiar em que os homens eram encarregados do trabalho e do sustento da casa, destinados, portanto, ao espaço público, enquanto as mulheres permaneciam enclausuradas no espaço privado da vida doméstica.

As mudanças na estrutura temática das telenovelas brasileiras, como mencionado no tópico anterior, foram percebidas também na forma como as mulheres, as relações

amorosas e as famílias passaram a ser representadas. “O privilégio do beijo seria rapidamente substituído por uma liberalização crescente das novelas, que adentraram os aposentos íntimos dos personagens; cenários de quarto, casais na cama e gestos que simbolizam o orgasmo passaram a ser admitidos” (HAMBURGER, 1998, p. 471).

A construção de determinadas tramas e das relações entre personagens se atualizaram, bem como a forma de fazer e assistir telenovela. No entanto, ainda que as mulheres representem papéis mais independentes e que as telenovelas estejam se renovando, conforme os avanços sociais e as transformações da audiência, é importante pensarmos que essas mudanças acontecem de maneira lenta e gradual. Muitas delas seguem perpetuando valores e representações limitadoras das condições da mulher na sociedade, sob diversos aspectos.

Ambientada pouco mais de uma década após a abolição da escravidão, a telenovela *Lado a Lado* traz reflexões extremamente relevantes sobre como a sociedade brasileira se organizava, principalmente em relação a questões raciais e de gênero. A partir dessas narrativas, a telenovela possui uma produção de conhecimento histórico muito rica, que viabiliza a compreensão do tempo e do espaço da trama.

A construção narrativa de *Lado a Lado* promove o acionamento de conhecimentos históricos acerca da formação do pensamento brasileiro do início do século XX, a partir de diversos acontecimentos políticos e sociais que se sucederam na época. A trama e o conteúdo que envolvem a vida das personagens e o pano de fundo histórico por trás da novela envolve uma gama de pesquisadores que ajudaram a pensar a história, o lugar e o pensamento da época.

Os figurinos, os cabelos, a maquiagem, as decorações, os apetrechos e as relações que são desenvolvidas pela trama são fruto de um emaranhado de estudos que nos permitem, enquanto telespectadores, conhecer aspectos que se propõem fiéis à história do país. É impossível negar, portanto, que os discursos e as representações presentes nas telenovelas constituem-se como lugar de formação e reconhecimento. Essa característica é ainda mais evidente em telenovelas de época, como *Lado a Lado* e na forma como o “pano de fundo histórico” da narrativa se oferece como “documental”.

Lopes (2009) reconhece as telenovelas como recursos comunicativos, identificando-as como narrativas em que se conjugam ações pedagógicas, implícitas e deliberadas, que passam a institucionalizar-se em políticas de comunicação e cultura no país. Assim, as telenovelas são componentes de políticas de comunicação e cultura, que

viabilizam, o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos na sociedade. (LOPES, 2009, p. 32).

Através de suas representações, as telenovelas são um recurso que nos permite compreender as complexidades da nossa sociedade. Elas podem ser um lugar importante de inserção das diversidades e de aprendizagem sobre o “outro”, por meio de novas experiências e novos olhares sobre o mundo.

Se pensarmos o desenvolvimento da comunicação — através do uso de novas linguagens e ambientes, das próteses ou tecnologias, como o rompimento das barreiras e a explosão das fronteiras para ampliar a capacidade de inclusão social; para construir novos equilíbrios entre inovação e tradição, para tornar partilhada uma concepção da cultura humana como capacidade permanente de aprender; para conseguir modificar o ambiente, enfrentando a incerteza e promovendo as mudanças — pensar a comunicação nesses termos significa pensá-la como ação humana para a inclusão e a recepção, para construir e manter uma ordem social compartilhada, ampliando sempre a quantidade de significados a incluir. A comunicação, assim entendida e praticada, torna-se recurso para se abrir e ouvir o diferente, o outro (LOPES, 2009, p. 40).

Nesse contexto, as telenovelas podem ser entendidas e praticadas como recursos disponíveis e favoráveis à transformação social, capazes de se desenvolverem enquanto “ação humana para a inclusão e a recepção” (LOPES, 2014, p. 06). A partir dos conceitos trabalhados até aqui, refletimos sobre as produções ficcionais enquanto agentes de “construção da memória social e da identidade cultural do país” (LOPES, 2014). Além de estarem fundamentadas como instrumentos para a construção de saberes sobre o passado, o presente e o futuro do Brasil, as telenovelas compõem “lugares de memória” (NORA, 1984) sobre a nossa sociedade, especialmente a partir de ficções de época, como é o caso de *Lado a Lado*, telenovela que se pretende histórica e aciona acontecimentos e datas específicas de um tempo.

Essas memórias são narradas não só a partir de leituras documentarizantes de um tempo pretérito, como também nos permitem compreender o tempo em fluxo, em que a narrativa está não só atrelada à dimensão cronológica dos processos e fatos históricos, como também é atravessada no presente pela ação da memória e das experiências sociais.

2.3. O tempo em questão: modos de olhar para o passado, o presente e o futuro do Brasil nas telenovelas

Como vimos anteriormente, a telenovela pode ser considerada um dos fenômenos mais representativos da nossa cultura, capaz de produzir repertórios comuns que captam e atualizam representações de “uma comunidade nacional imaginada” (LOPES, 2014, p.

02). Para isso, as ficções televisivas estão atreladas à dimensão documental das histórias que permeiam a construção das personagens, além de estabelecerem uma relação com o próprio tempo social dos telespectadores.

A televisão e as telenovelas, ademais, conectam dimensões temporais variadas, através da construção de uma memória coletiva capaz de provocar nos telespectadores um sentido de pertencimento. Com base nisso, promovem a interação entre a ficção e a vida cotidiana, o tempo vivido e o narrado, se configurando enquanto uma experiência de sociabilidade que aciona a participação do público.

Essas características proporcionaram a inserção das telenovelas no cotidiano e a construção de uma “ideia de nação”. Ao mesmo tempo em que, para além disso, elas se constituem como possibilidade de transformação das representações que perpetuam modos de ver e reconhecer os “outros”.

Quando pensamos no conceito de memória, *a priori*, podemos caracterizá-la de maneira equívoca como um fenômeno individual, próprio do sujeito. No entanto, ela também pode ser entendida como um fenômeno coletivo e social. De acordo com Michel Pollak (1992), a memória é construída, ou seja, o que ela “grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 204). Ela está submetida a transformações e é composta tanto por elementos vividos pessoalmente, como por elementos “herdados”, experienciada através de pessoas e lugares.

Há, além disso, uma característica essencial, acionada tanto por Pollak (1992) como por Joël Candau (2012), para pensarmos a memória neste trabalho: ela é seletiva e está subordinada ao princípio da perda. Ainda que sejamos seres mosaicos, como aponta Candau (2012, p. 845), “constituídos de uma multitude de elementos adquiridos ao longo de nossa história evolutiva”, nós não somos capazes de lembrar integralmente de todos os acontecimentos que nos perpassam. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a memória atua no sentido da lembrança e do reconhecimento do passado, ela também está sujeita ao esquecimento.

Enquanto portadora de um discurso legitimado socialmente, a mídia assumiu um lugar privilegiado de narradora dos fatos históricos. Assim, a partir de uma apropriação seletiva do passado, apoiada nas experiências e subjetividades dos agentes que o descortinam, a mídia tem o poder de acionar determinadas memórias em detrimento de outras (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017). Se compreendemos as telenovelas enquanto

recursos formadores de nossas expressões, além disso, é possível afirmar que elas se constituem, também, como um espaço de organização de uma memória social.

Ademais, a memória só existe, porque a experimentamos através do tempo e do espaço e é a partir da memória que podemos pensar e organizar o tempo. É nesse ponto que encontramos a relação entre memória e passado-presente-futuro, temporalidades estas que não podem ser analisadas separadamente, visto que o presente se interpõe, através da memória, na mediação e atualização do tempo.

Nesse sentido, a noção de tempo expressa por uma sucessividade, “por uma direção cujo horizonte é o futuro marca as teorias ocidentais sobre o tempo e a própria ideia de progresso e de razão da modernidade” (MARTINS, 2021, p. 26), ainda que muitos pensadores ocidentais problematizem essa vivência individual da temporalidade.

No campo das temporalidades, Koselleck (2006) desenvolve as relações entre o “espaço da experiência” e o “horizonte de expectativa”. A experiência, entendida como o passado que se atualiza em nossas lembranças; e a expectativa como um futuro presente, voltado para o que ainda não foi experimentado, mas já pode ser pensado. É por isso que passado-presente-futuro andam juntos. E são estas, experiência e expectativa, as categorias capazes de fundamentar as possibilidades de uma história, visto que ela é construída a partir das experiências vividas e das expectativas das pessoas que atuam no mundo.

Nesse sentido, a partir da experiência, o passado deixa de ser um espaço de fatos já dados e verdades incontestáveis, fazendo-se presente e oferecendo condições de ação aos sujeitos, gerando expectativas quanto ao futuro (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017). É a partir do campo da experiência que compreendemos o lugar do contemporâneo nas produções ficcionais de época. De acordo com Ribeiro, Leal e Gomes (2017), o presente opera na possibilidade de realinhar passado e futuro. Dessa forma,

o presente é vivo, portanto, porque é histórico, porque permite a reconfiguração constante do passado e do futuro. Todo narrar, todo esforço de configurar a experiência temporal - midiático inclusive - resulta, então, desse agir, se constitui como uma operação de produção de sentido, de configuração de mundos, a partir da proposição de uma experiência do tempo, ao configurar presente, passado e futuro” (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017, p. 39)

Através da organização e dos sentidos dados a essas temporalidades, que se entrecruzam e se atualizam, trazemos nossas memórias à existência. Vale ressaltar que, da mesma forma que a memória é um elemento essencial para a organização do tempo, ela possui caráter não linear.

Por isso, partimos do princípio de que, assim como a memória é seletiva, a história também é produzida por fatos selecionados do passado, por meio de uma escrita ativa e subjetiva. Ela está vinculada às relações de poder e, por isso, é responsável pelo apagamento de determinados fatos. Diversos aspectos da produção do pensamento de formação do Brasil e de sua cultura, abordados no capítulo anterior, partiram de uma lógica guiada pelas noções da modernidade/colonialidade, do patriarcalismo, do machismo e do racismo. Essas noções tentaram minar e/ou silenciar as vozes de mulheres que nos antecederam, principalmente de mulheres negras.

Assim, “do presente, do nosso agora sempre transitório, olhamos o passado e projetamos o futuro. Mas o passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina” (BARBOSA, 2019, p. 18-19). Ou seja, o passado não é fixo. O trabalho de resgate e enquadramento da memória é o conector fundamental que nutre esse passado, tornando-o presente. A memória, portanto, é o elo e a mediação entre as temporalidades.

Uma das instituições que atua fortemente sobre a produção de uma memória hegemônica é a mídia. Por meio de uma série de códigos, a mídia cria sentidos para determinadas memórias, através da capacidade de operar enquanto agente de memória coletiva e influenciar em nossa experiência com o mundo, com a nossa própria identidade e nossas lembranças. Responsáveis por trazer à tona diversas questões do passado, a história e a memória também controlam e silenciam o que será lembrado ou esquecido, bem como quais regiões, línguas e vidas importam. Quais dessas vidas merecem ser lidas, reconhecidas ou lembradas.

No capítulo anterior abordamos o processo de construção da identidade e da diferença no pensamento colonial, além das diversas formas pela qual a modernidade/colonialidade subjugou, desumanizou e inferiorizou determinadas formas de saber e de ser, reafirmando a superioridade eurocêntrica. Nesse sentido, as instituições atuaram no apagamento de todas as esferas do ser colonizado. O processo de modernização do Brasil, além disso, só seria possível através do apagamento dessas práticas consideradas “atrasadas” ou “incivilizadas” – o que acarretaria uma modernidade que se constituiria sempre no porvir, como afirma Ortiz (2013).

A mídia foi, também, uma das instituições responsáveis pelos processos de criminalização, exclusão e apagamento de todas as histórias e vidas que não poderiam fazer parte da memória e da construção do Brasil. Além disso, vale salientar que os meios

de comunicação atuam, ainda hoje, na propagação dessa construção da história. Reforçamos, aqui, o papel das telenovelas nesses processos.

Há nas ficções televisivas um processo de “constituição de memória”, em que especialmente as telenovelas de época, como *Lado a Lado*, permitem que a ficção se torne um eixo mediador da experiência temporal do passado. Além disso, há nas telenovelas um apelo pelo reavivamento de uma memória social afetiva, através de experiências vividas pelas personagens.

Sua inserção intensa no cotidiano brasileiro permite que as ficções televisivas possam se constituir como um dos principais meios de formação e de reprodução da memória oficializada, atrelada aos discursos hegemônicos de poder e fundamental na constituição da história, das identidades e das memórias coletivas. Por isso a urgência de pensá-las “no além” (BHABHA, 1998), nesse lugar de desencaixe que produz novas possibilidades de construção das representações no contemporâneo.

Nesse sentido, pensamos o tempo e as formas de compreender o passado, o presente e o futuro na televisão brasileira a partir da contemporaneidade, trabalhada por Prado, Tavares e Tavares (2020). As telenovelas, consideradas lugar de ação no agora, são entremeadas pelas possibilidades de atualização e reflexão crítica a partir do acionamento de temporalidades diversas nas narrativas.

A narrativa e as tramas vivenciadas pelas personagens de *Lado a Lado*, formuladas através de estudos e memórias coletivas sobre a história do tempo, se deram a partir desse mergulho até o passado. Mergulho este que é transformado em uma narrativa, em representações que articulam a experiência do tempo. Nesse sentido, as narrativas são “guardiãs do tempo”, que captam e expressam representações do passado e expectativas de um futuro (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017).

Não estamos, portanto, tratando de mera alusão a lembranças de acontecimentos, mas do esforço de recuperação que implica pesquisar origens, buscar interconexões, encontrar coerências, pontos nebulosos, perspectivas de explicação, mas sobretudo indicar agentes e sofredores das ações dos acontecimentos” (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017, p. 43)

Assim, apesar do esforço das telenovelas em representar os hábitos, costumes e as relações que poderiam ter sido vivenciadas no início do século XX, gerando um “efeito do real” (BARTHES, 2004), essas representações seriam apenas estratégias narrativas e discursivas, provenientes da construção de um olhar contemporâneo sobre esse tempo.

É interessante refletirmos sobre esse “esforço de verdade” que a telenovela produz. Se as tramas são ficcionais, em que medida ficção e realidade se entremeiam nas narrativas de época? As construções narrativas, as descrições, as imagens, os efeitos, figurinos, os modos de falar e de agir, as tramas que envolvem as personagens, são artifícios que reduzem o caráter ficcional e artificial das telenovelas, provocando esse “efeito de real” que Barthes (2004) propõe. Esse “real”, afirma o autor, “passa a ser a referência essencial da narrativa histórica, que se supõe que relate ‘aquilo que se passou realmente’: que importa então a infuncionalidade de um pormenor, desde que denote ‘aquilo que se deu’; o ‘real concreto’ torna-se a justificativa suficiente do dizer”. (BARTHES, 2004, p. 188)

Essas estratégias são parte constitutivas da construção de tramas que se pretendem históricas, como é o caso de *Lado a Lado*. Seria esse “real concreto” justificado, na telenovela, pelos artifícios das marcações temporais e dos acontecimentos que permeiam a narrativa? Ao apontar os anos da trama e os eventos históricos que realmente fizeram parte desse processo de formação do Brasil, a telenovela parece promover uma ponte para o real. Existe alguma diferença, então, entre *Lado a Lado* e as demais ficções de época? E qual seria o significado disso?

Pensar o conceito de contemporaneidade para compreender a construção das tramas vivenciadas pelas personagens de *Lado a Lado*, sinaliza percebermos seu caráter situacional, como apontam Prado, Tavares e Tavares (2020). Assim como o passado não é fixo, o contemporâneo também não está dado; ou seja, ele é entendido como “em contexto”, a partir das experiências dos sujeitos e das próprias demandas sociais apreendidas no momento da produção.

As personagens também não estão dadas e não dizem de uma representação solidamente ancorada ao seu tempo. Algumas das questões vivenciadas pelas diversas personagens da trama, seus tensionamentos e desfechos dizem de um olhar atualizado sobre os conflitos do século passado. Apesar de apontar para uma perspectiva que se pretende histórica e real, principalmente em relação à vida e às (im)possibilidades de ação das mulheres e dos moradores do Morro da Providência, determinadas fissuras ajudam a formar a narrativa.

Essas fissuras são provenientes do olhar e do “espaço da experiência” de quem as produziu, do contexto de sua exibição e do público telespectador que, muito provavelmente, não se satisfaria com uma trama que representasse as mulheres e os

negros a partir das mesmas posições-de-sujeito destinadas a eles nos anos 1900 sem um apontamento crítico.

Assim, na medida em que é estabelecido o contato com o objeto de estudo e o contemporâneo, o tempo é colocado em tensão. Esse “choque” produzido entre o tempo e o objeto permite a produção de problematizações e leituras não só da época narrada pela ficção — como é o caso da telenovela de época que analisamos neste trabalho, ambientada entre 1903 e 1910 —, como também da própria época de sua veiculação, o ambiente e o contexto no qual o objeto está inserido.

Um exemplo disso é que o ano de 2012, período de veiculação da telenovela, foi marcado por diversas manifestações em favor da adoção da Lei nº 12.711, mais conhecida como Lei de Cotas, nas Universidades Públicas. As ações afirmativas são políticas públicas que visam reparar as desigualdades sociais e raciais no Brasil, gerando oportunidades aos pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Como sabemos, nosso país vive a herança do processo histórico de sequestro e exploração dos negros trazidos a força como mão de obra durante mais de 300 anos. Com o final do regime escravocrata, não foram criadas condições que inserissem os negros na sociedade. Assim, como vimos no capítulo anterior, mesmo depois de libertos, eles permaneceram excluídos social, política e economicamente.

E a telenovela *Lado a Lado* aborda exatamente esse contexto histórico e social. Além de todo o contexto atrelado à reprodução e manutenção da ordem colonial, do conservadorismo religioso e da opressão das mulheres, a novela aborda os processos de marginalização do negro em uma tentativa de embranquecer e europeizar a sociedade brasileira — processos que são perpetuados até hoje. A Lei de Cotas é apenas uma parcela das medidas de reparação necessárias a serem tomadas em vista desse passado excludente e racista.

A veiculação de *Lado a Lado* aconteceu no mesmo momento em que vivíamos a efervescência das discussões acerca da Lei de Cotas. Consideramos que a narrativa proposta pela telenovela é de grande valia para compreendermos a relação da formação do pensamento social brasileiro e suas consequências, principalmente acarretadas à vida dos pobres, da população negra e das mulheres.

O contemporâneo, portanto, “em sentido epistemológico, nos permite lançar luz sobre dimensões sócio-históricas, ambiências e temporalidades que, muitas vezes, são vistas ou constituídas de maneira opaca no decurso das interações e dos discursos” (PRADO; TAVARES; TAVARES, 2020, p. 33). As narrativas do contemporâneo

acionam aspectos da memória, que são atravessados pelas experiências e pelas expectativas dos sujeitos.

Assim, produções midiáticas como as telenovelas de época, são reconhecidas por carregarem “novas sensibilidades em relação ao passado e formas peculiares de acionar nossas experiências pretéritas.” (RIBEIRO, 2000, p. 03). Ao trazer aspectos de um tempo pretérito, portanto, as produções ficcionais utilizam não só aparatos pedagógicos, a fim de ensinar sobre determinado tempo ou cultura, como vimos no tópico anterior, mas, além disso, captam e expressam características que iluminam questões ainda presentes na sociedade.

A memória e a história são acionadas pelas atualizações provenientes do contemporâneo. Determinados discursos e representações presentes nas telenovelas, por exemplo, são fruto da necessidade de garantir a aproximação e a aprovação do público espectador. Por isso, *Lado a Lado* possui uma forma única de olhar para esse tempo, compreendida a partir do (e inserida no) contexto social de sua produção.

Lopes (2014) afirma que a ficção televisiva construiu mecanismos de interatividade entre o tempo vivido e o tempo narrado, se configurando não só na dimensão do lazer, mas também como uma experiência temporal, cultural, estética e social. Dessa forma, as telenovelas são também um lugar em que a memória pode ser exercitada e representações são depositadas. Assim,

ela é, portanto, ao mesmo tempo, memória, arquivo e identidade, um *locus* complexo de construção e reconstrução identitárias, lugar onde assoma a capacidade da narrativa ficcional televisiva de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro, de (re)criar a memória coletiva dentro da nação (LOPES, 2014, p. 15).

A forma como a telenovela constrói essas representações, portanto, nos permite reconhecer quais são as histórias e as memórias que elas acionam e buscam reforçar ao longo da narrativa. As representações ficcionais constroem os significados e os sentidos, mesmo que esses sentidos possam ser tensionados. A construção das identidades e das diferenças, aliás, estão estreitamente associadas aos sistemas de representação midiáticos. Sendo assim, é por meio dessas representações que as marcas identitárias adquirem sentido e passam a existir.

Dessa forma, o contemporâneo não diz respeito apenas a uma qualidade temporal e/ou analítica, mas corresponde, também, a um lugar de ação. É nele e a partir dele que se encontram as possibilidades de agir no mundo, de reinventar e reescrever os modos de

ver os tempos, viabilizando a circularidade dos processos sociais, do próprio tempo e da história.

Por isso, o contemporâneo promove a ação decolonial. Sua atuação no mundo envolve pensar para além da “inevitável e cristalizada lógica sobre o tempo”, porque ele promove um desencaixe no mundo, um incômodo, que nos leva a colocar o tempo em questão e “inaugura outros modos de ver os tempos” (PRADO; TAVARES; TAVARES, 2020, p 36). As memórias coletivas cristalizadas pelo pensamento dominante sobre a forma de narrar o tempo da escravidão e do início da República, por exemplo, são possíveis de serem tensionadas a partir de *Lado a Lado*.

Assim, ainda que a telenovela possa ter diversas limitações na forma como aborda aspectos desse passado, o contemporâneo nos possibilita questionar a linearidade do tempo e a reprodução do pensamento moderno/colonial que cruzam determinadas ficções televisivas. É somente a partir dessa ruptura, promovida pelo contemporâneo e pela decolonialidade, que se funda a viabilidade de pensar as diferenças, o lugar dos sujeitos no mundo e imaginar outras formas de existir e experienciar as interações.

A dimensão do contemporâneo permite o reconhecimento da perspectiva de outros mundos possíveis analisados através do tempo, outras experiências que poderiam ter sido legitimadas. Na telenovela *Lado a Lado*, elas se traduzem nos corpos, nas marcas da oralidade, no samba e nas práticas de resistência, especialmente das personagens do Morro da Providência. Mas também se traduzem nas ações de resistência de mulheres como Laura, que se recusam a reduzir as suas habilidades ao papel desempenhado no casamento. Ou a Isabel e Tia Jurema, que não se limitam às ordens e aos destinos já traçados socialmente às mulheres negras. Mulheres que assumiam o domínio de seus corpos, de suas ações e do seu futuro, independente das consequências.

À luz de Martins (2021), compreendemos que a percepção do tempo como espiralar traduz a busca por esse novo olhar sobre as temporalidades que, antes de ser uma cronologia, é uma ontologia, que habita nossos corpos, nossos modos de vida, nossos olhares, silêncios e tudo o que somos.

Espiralar é o que, no meu entendimento, melhor ilustra essa percepção, concepção e experiência. As composições que se seguem visam contribuir para a ideia de que o tempo pode ser ontologicamente experimentado como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiências ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas,

sim, o movimento. Nas temporalidades curvas, tempo e memória são imagens que se refletem” (MARTINS, 2021, p. 23)

Essa compreensão da circularidade do tempo está atrelada à dimensão do trabalho de resgate de memórias que sofreram tentativas diversas de apagamento, com base no pensamento proveniente da matriz colonial. Portanto, ao colocar personagens como estas em evidência, que se assumem a partir das práticas de resistências, *Lado a Lado* contribui com esse olhar contemporâneo sobre o passado e traz novas formas de pensar o mundo e as diferenças. Aí se inscreve o decolonial.

A alternativa proposta por Bhabha (1998), portanto, é reconhecer as representações inscritas “no além”, ao focalizarmos nos processos produzidos por meio da articulação das diferenças culturais. “Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade” (BHABHA, 1998, p. 20). Dessa forma, é deslocando os domínios da diferença, construindo novas formas de ver, na “emergência dos interstícios”, que essas identidades, experiências e esses valores culturais enraizados serão negociados.

A possibilidade de intervenção do contemporâneo se constitui, portanto, em negar a fixidez das identidades construídas, possibilitando o estar “no além”, que de acordo com Bhabha (1998) seria parte da necessidade de viver e de intervir, questionar, reescrever a história. Estar “no além” é “ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural, reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá” (BHABHA, 1998, p. 27), viabilizando a ação no aqui e no agora.

É a partir dessa reflexão sobre o habitar “no além” que pensaremos como a história, na telenovela *Lado a Lado*, nasce tensionada por múltiplos questionamentos e reescrituras, provenientes do contemporâneo. As questões sobre o panorama histórico tensionado na telenovela, o papel social das mulheres do início do século XX, a construção do pensamento colonial e as múltiplas formas de inferiorização e desumanização dos povos colonizados, trabalhadas no capítulo anterior, são fundamentais para pensarmos as telenovelas de época enquanto espaços de produção de saberes sobre a nossa história. Mais importante ainda, agora, como um lugar de tensionamento dessas memórias e de possibilidade de reescrita desse passado, ancorada no contemporâneo.

3. POR UMA ANÁLISE CRÍTICA INTERSECCIONAL E DECOLONIAL: A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS ISABEL E LAURA

O presente trabalho reflete sobre como as mulheres são apresentadas na telenovela *Lado a Lado*, a partir da centralidade da diferença e das propostas do pensamento decolonial. A partir da decolonialidade, buscamos compreender a construção das personagens Laura e Isabel, os conflitos e as diferentes formas de opressão impostos a cada uma delas, bem como as tensões e resistências nas interações propostas. Em busca dessas respostas, o capítulo traz uma análise dos eventos narrativos de interseção e das principais questões que atravessam a vida das personagens e de suas relações.

Sendo assim, trabalhamos com uma análise que aciona os conceitos de colonialidade, decolonialidade, interseccionalidade, temporalidade e resistências para destrinchar o que pode ser captado da trama e da construção dessas personagens a partir do que já foi discutido ao longo dos capítulos anteriores.

3.1. Eventos narrativos de interseção

Para compreendermos como as mulheres são apresentadas na telenovela, a partir das narrativas que envolvem as personagens principais, buscamos analisar a construção dos eventos centrais de cada uma delas, atrelados à história das personagens, que revelam as interações, bem como as tensões sociais entre elas, vinculadas aos conceitos abordados ao longo do trabalho.

Refletir sobre a vida de Laura e Isabel, porém, inevitavelmente, nos permite compreender as relações estabelecidas com outros personagens que também são fundamentais para pensar a trama. Eles se tornam significativos à medida em que interagem com elas, pois as narrativas que envolvem a história de Laura e de Isabel são permeadas por diversos conflitos, como veremos a seguir, que circundam outros núcleos da trama. Sendo assim, ainda que o foco da análise seja pensar os eventos que envolvem a vida da Isabel e da Laura, refletiremos brevemente sobre a construção de algumas outras personagens ao longo do texto.

Por isso, a construção metodológica deste trabalho se baseia em um mapa de interações entre os personagens e as principais questões que cada um deles suscita na construção da história das protagonistas. Esse mapa foi pensado para compreender os

eventos que seriam a base da nossa análise, a fim de que as duas personagens e a relação entre elas não deixe de ser o eixo central do trabalho.

Uma das dificuldades em se trabalhar com narrativas audiovisuais, como as telenovelas, é abarcar todo o volume do material disponível para ser analisado. Para a proposta desta pesquisa, por exemplo, não seria viável analisar integralmente os 154 capítulos. E, trabalhando com a possibilidade de explorar todo o material em alguma medida, entendemos, também, que analisar alguns episódios isolados fariam com que a narrativa perdesse o sentido.

Em vista da importância de considerar todo o conjunto da trama e de apontar um foco analítico sobre os pontos de reflexão mais interessantes para a pesquisa, no processo de construção das personagens, nos ancoramos na perspectiva metodológica de Simone Maria Rocha (2016), que nos instrui a pensar os “eventos narrativos” que compõem a obra.

Ainda que difícil, temos a convicção de que a visão do conjunto é que seria a mais produtiva para a questão que apontamos neste texto e, portanto, optamos por adotar o que chamamos de “eventos narrativos” como forma de adentrar no material. Esses eventos compõem uma trama (ou uma sub-trama) e poderiam ser traduzidos pelos acontecimentos, pelas ações que garantem o desenvolvimento da história, como casamentos, romances, negociações empresariais, traições, disputas de poder etc. (ROCHA, 2016, p. 186).

Dessa forma, os “eventos narrativos” seriam eixos que perpassam a trama e que podem, ou não, estar presentes em vários desses capítulos. Os eventos nos permitem, além disso, visualizar o entrelaçamento das histórias. Neste trabalho, pensamos um conjunto de eventos que apontam o desenvolvimento da trajetória das personagens em aspectos diversos de suas vidas (e que, ao mesmo tempo, convergem entre as lutas de ambas).

Para o recorte do material, foi produzida uma tabela com todos os episódios e os pontos de reflexão que tocam os eventos narrativos da análise. Esses pontos, consideramos as “cenas críticas” no desenvolvimento das histórias de Laura e de Isabel, que nos auxiliaram na construção das categorias. Sendo assim, além da análise sistemática de todos os capítulos, foram selecionadas as cenas que tocam os eixos e os eventos propostos para a análise deste trabalho.

3.1.1. Os eventos narrativos: Laura, Isabel e seus atravessamentos

A partir da coleta e descrição de todos os capítulos, além da seleção das “cenas críticas” de cada personagem, encontramos três situações comuns às duas, mas que se desenvolvem de maneira diferente na história de cada uma, que são: as relações amorosas, familiares, a memória histórica e o mercado de trabalho. Isso porque são essas situações que permeiam o desenvolvimento da história das protagonistas e as interseções que nos permitem analisar a trama pelo viés interseccional e decolonial.

Sendo assim, para este trabalho, é importante pensarmos sobre o desenvolvimento da história de Isabel compreendendo a sua relação familiar e a memória histórica que se fortalece no cotidiano do Morro da Providência; ou o sexismo que ela vivencia, refletindo sobre a relação com o próprio Zé Maria e com o Albertinho; ou sobre colonialidade e racismo, quando analisamos a relação conflituosa estabelecida entre ela, Constância e Albertinho; e, ainda, racismo e sexismo atrelados quando refletimos sobre a sua presença no mercado de trabalho ao longo de toda a trama.

Também é importante compreender a construção da personagem Laura, através de suas suas relações familiares, da branquitude e de seus privilégios; ou se refletirmos sobre a forma como ela busca a sua independência pessoal e financeira, compreendendo a categoria gênero no pensamento colonial, a sua relação com Edgar e, também, com o mercado de trabalho.

A partir desses pontos, traçamos abaixo os eventos que serão acionados para pensar a construção da história das personagens e, também, os eventos que percorrem a vida das duas mutuamente. Além das reflexões acerca de suas lutas individuais, traçamos um paralelo sobre a amizade entre Isabel e Laura e, além disso, os aspectos que também devem ser tensionados na relação entre uma mulher branca de classe média alta e uma mulher negra e pobre.

Isabel

- a. A construção da relação amorosa com Zé Maria [capítulos 1, 3, 15, , 18, 19, 40, 62, 69, 70, 71, 73, 75, 80, 85, 86, 93, 140, 153 e 154];
- b. As relações conflituosas com a família Assunção [capítulos 3, 4, 5, 12, 13, 24, 26, 38, 41, 66, 76, 112, 129 e 137];
- c. “Uma história feita por mãos negras”: Isabel e a memória histórica das personagens do Morro da Providência [capítulos 3, 4, 5, 12, 14, 25, 62, 64, 80, 84, 90, 117 e 118];

- d. O mundo do trabalho: de empregada doméstica à dançarina [15, 16, 21, 22, 25, 27, 48, 49, 61, 75, 78, 88, 89, 94, 95 e 101].

Laura

- a. Entre o amor romântico e a liberdade feminina: o relacionamento com Edgar [capítulos 4, 5, 6, 9, 13, 14, 39, 43, 46, 47, 58, 60, 64, 76, 78, 88, 131, 140 e 154];
- b. Reflexões sobre branquitude e as relações conflituosas de Laura com a família [capítulos 1, 2, 3, 15, 25, 26, 66, 74, 77, 82, 88, 149 e 150];
- c. O mundo do trabalho: o sonho de ser professora/escritora [capítulos 1, 35, 57, 77, 84, 85, 95, 96, 99, 100, 101, 144, 145, 153 e 154].

Laura e Isabel

- a. O desenvolvimento da amizade entre as duas [capítulos 3, 12, 13, 17, 21, 31, 33, 39, 40, 43, 45, 49, 61, 74, 148, 154].

A partir da descrição desses eventos narrativos e das relações estabelecidas entre as histórias das personagens, refletimos, também, sobre o papel social da mulher na sociedade do início do século XX, além dos conceitos de colonialidade e de feminismo decolonial, abordados no capítulo 1; as discussões sobre dispositivo pedagógico da mídia e as representações femininas na telenovela, do capítulo 2. Assim, optamos pelos seguintes procedimentos de análise, que surgem, especialmente, do entrecruzamento entre tempo, decolonialidade e interseccionalidade:

- a. Definições sobre os papéis de gênero: entre o lugar social destinado às personagens e a busca pela liberdade
- b. Tensionamentos possíveis: por uma análise interseccional
- c. Quais corpos cabem em *Lado a Lado*? Reflexões sobre Laura e Isabel, para além das resistências

3.2. *Lado a Lado*

Escrita por Cláudia Lage e João Ximenes Braga, *Lado a Lado* estreou na Rede Globo de Televisão em 09 de setembro de 2012. A trama, que foi veiculada no horário

das 18 horas, é composta por 154 capítulos de aproximadamente 35 minutos de duração cada.

Exibida até 08 de março de 2013, a história acontece na cidade do Rio de Janeiro ao longo da primeira década do século XX e, também, pouco mais de uma década após a abolição da escravatura e da Proclamação da República. A partir desse contexto, *Lado a Lado* conta a história de amizade entre Laura e Isabel que, de acordo com a descrição do Memória Globo, “personificam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em busca de um novo papel na sociedade”.⁴¹

Os primeiros capítulos apresentam o contexto e as relações sociais de cada uma das personagens. É abordada, especialmente, a construção da relação amorosa entre Isabel e Zé Maria, e a consolidação do contrato matrimonial entre Laura e Edgar. As relações amorosas, no entanto, não são o eixo central da trama, como já mencionamos no capítulo 2. O enredo da telenovela se desenvolve a partir do encontro entre Laura e Isabel, no dia em que seria o casamento das duas com seus respectivos pares amorosos.

As duas jovens, vestidas de noivas, aguardam o momento de entrar no altar. Enquanto Isabel está ansiosa pela chegada do noivo atrasado, Laura desabafa com a nova amiga sobre suas incertezas com relação ao casamento. Ela reflete sobre não ter o que a Isabel tem, que seria a certeza e o sentimento de ansiedade e alegria por um casamento com quem se ama verdadeiramente.⁴²

É a partir desse primeiro diálogo que Laura e Isabel encontram uma nova amizade. E é, também, nesse momento, que a telenovela já delineia algumas das principais tensões do primeiro momento da novela: o sumiço de Zé Maria; a relação conflituosa entre Isabel e Constância e a concretização de um casamento incerto. Quando Laura é chamada para entrar na igreja, elas se despedem:

Isabel: a gente se conheceu no pior dia da minha vida, mas mesmo assim foi muito bom te conhecer.

Laura: digo o mesmo... amiga? Que ironia, né? Você que queria tanto se casar e eu que tenho tantas dúvidas, eu que não quero...

Isabel: é... seria a felicidade para mim e tristeza pra você.

Laura: mas quem sabe não vai ser melhor para você, não se casar agora? Terá tempo de fazer outras coisas, tem tantas coisas que você pode...

Isabel: o que? Que coisas? Tudo o que eu sonhei, tudo o que eu planejei na minha vida tinha o Zé...

Laura: você vai descobrir.

Isabel: e você? Quem sabe também não é melhor se casar?

Laura: não, no meu caso é diferente. O casamento não combina com o que eu quero.

⁴¹ Página inicial do Memória Globo: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/lado-a-lado/>

⁴² Capítulo 3 (12/09/2012), minuto 25'31". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2136408/?s=0s>

Isabel: você diz isso com tanta certeza...

Laura: porque eu sei. Não é o casamento que vai me fazer feliz.

Isabel: seja no casamento ou no que for, Laura, que você encontre o que te fará feliz!

Laura: você também Isabel!⁴³

Figura 5 – o dia em que Laura e Isabel se conhecem



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2138666/?s=23m02s>

A partir de então, as duas se tornam grandes e melhores amigas. Apesar das diferenças que envolvem as personagens, ao longo de toda a novela, Laura e Isabel compartilham dramas, tristezas e alegrias, relações, histórias e momentos, que serão analisados à luz do pensamento interseccional e decolonial.

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a telenovela apresenta uma contextualização detalhada dos acontecimentos históricos, como as transformações políticas, econômicas e sociais da cidade; os movimentos de expulsão da população pobre e negra do centro; o processo de favelização do Rio de Janeiro; as Revoltas da Vacina e da Chibata; a valorização da cultura europeia, em detrimento das manifestações de origem africana; a manutenção e o fortalecimento da cultura negra, bem como o nascimento do samba etc.

Além do aspecto inovador em abordar, como eixo central, a amizade entre duas mulheres, a trama aponta questões que tensionam o encontro entre as duas jovens e suas interações sociais. Diante de suas diferenças e das experiências vivenciadas por cada uma delas, são levantados debates sobre racismo, desigualdade social, divórcio, gravidez antes do casamento, feminismo, assédio sexual, hiperssexualização da mulher negra, acesso à educação e ao mercado de trabalho, intolerância religiosa e outros. Estas questões

⁴³ Capítulo 4 (13/09/2012), minuto 03'53". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2138666/?s=0s>

tensionam o tempo da narrativa e são atualizadas, à luz de leituras contemporâneas, como refletimos anteriormente.

Alguns dos questionamentos que impulsionam essa pesquisa, a partir de nosso problema principal, são: de que forma Laura e Isabel resistem aos conflitos sociais impostos a cada uma delas? Como *Lado a Lado* representa essas resistências? Quais as diferenças e tensões que se interpõem a essa amizade?

Para nos aprofundarmos sobre essas e outras questões, refletiremos a seguir, com base nos conceitos acionados nesta pesquisa, sobre os eixos analíticos que envolvem, separada e conjuntamente, a vida das protagonistas.

Antes, porém, trazemos uma breve descrição da história de Isabel e de Laura, as interações fundamentais para a análise e os “momentos chave” que farão parte do desenvolvimento do nosso trabalho.

Ao trazer a amizade entre as duas mulheres para o centro da narrativa, *Lado a Lado* aborda não só as tensões e os afetos que partem desse encontro, como também as lutas que cada uma delas, a sua maneira, enfrentam, em busca de novas formas de ser e de agir em uma sociedade em transformação.

Ainda que nem todas as ações dessas personagens sejam no sentido da resistência, vale frisar que Isabel e Laura se veem cotidianamente resistindo às realidades impostas, como também se apoiam diante da luta uma da outra – ainda que seja importante problematizar a forma como essa relação é apaziguada na telenovela, sem considerar as diferenças sociais que atravessam essa amizade.

3.2.1. “Comigo ninguém pode, porque meu povo é forte”: a trajetória de Isabel

A primeira personagem a aparecer na trama é Isabel, na celebração do carnaval de 1903. Desde o nascimento, sua vida é marcada pela diferença. Quando pequena, cresceu no engenho com o pai – local em que foram traçadas as marcas de um passado que ela nunca poderia esquecer. Lá, Isabel viu o suor e o sangue de Afonso, derramado pelas chibatadas que ainda açoitavam os negros. E foi nesse mesmo local onde ela perdeu a sua mãe, quando ainda não tinha consciência de como a vida poderia ser dura com o seu povo.

Figura 6 – Primeira cena em que Isabel aparece



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2132479/?s=22m47s>

Isabel é uma mulher negra e pobre. Ainda que tenha nascido livre, liberdade não era bem a palavra para quem era negro/a e pobre no Brasil. Desde os 14 anos, ela trabalhou como doméstica na casa de madame Besançon, uma francesa rica. Com a francesa, que mal falava português, Isabel aprendeu a língua estrangeira, foi alfabetizada e teve grande influência da religião católica. Foi trabalhando lá, um pouco mais velha, que o desenrolar de sua história começou em *Lado a Lado*.

Ao longo da trama, a personagem luta pelo seu povo, pelo direito à moradia, pelo reconhecimento do samba e pelas demais práticas culturais de resistência desenvolvidas por seus antepassados. Foi no carnaval de 1903 que Zé Maria a conheceu, enquanto ela dançava e ajudava a tia Jurema com a venda de quitandas. O primeiro contato dos dois, no entanto, foi conflituoso. Zé Maria apareceu no momento exato em que Isabel estava sendo assediada por quatro rapazes, os “janotas” ou “almofadinhas” - Albertinho, Umberto, Teodoro e Fernando - homens brancos da elite brasileira que se sentiam no direito de importunar uma mulher negra a fim de satisfazer seus próprios desejos.

Ao ver os golpes de capoeira utilizados por Zé Maria para salvá-la, Isabel repreendeu o rapaz. A capoeira era uma prática proibida no Brasil, considerada ato de “vadiagem” e, até mesmo Isabel e algumas pessoas de seu grupo social acreditavam se tratar de uma atividade criminosa.

Em contrapartida, Zé Maria trabalhava na mesma barbearia em que Afonso, conhecido pelo apelido de “Zé Navalha”. No dia seguinte ao carnaval, o casal se encontrou novamente na porta da barbearia, e a partir daí surgiu o despertar da grande

paixão. Zé Maria, que lembrou das feições da moça que estava na “folia”, chamou Isabel para um encontro.

O relacionamento, que se transformaria no tão esperado casamento depois de um ano, no entanto, foi interrompido pelo Bota Abaixo, movimento de demolição dos cortiços e de expulsão dos pobres e negros do centro da cidade. Isabel, Afonso, tia Jurema, Zé Maria e outros personagens viviam nesses cortiços. Enquanto a personagem aguardava ansiosa pelo noivo na igreja, José Maria decidiu lutar ao lado dos capoeiristas para impedir a demolição de sua casa e dos demais moradores. No confronto com a polícia, entretanto, ele vai preso.

Após ter sido abandonada no altar e humilhada por Constância e pelos convidados ricos que foram prestigiar o casamento de Laura, Isabel fica desolada. Ainda assim, ela passa dias a procura de Zé Maria nos hospitais e nas delegacias da cidade. Porém, com o passar do tempo, a personagem passa a acreditar que ele poderia ter fugido.

Berenice é uma das principais personagens a alimentar essa crença. Ela tem inveja de Isabel e é uma de suas “rivais” ao longo da trama. Com a intenção de futuramente se relacionar com Zé Maria e, sabendo que ele estava preso com o nome de outra pessoa na delegacia, Berenice manipula a situação e conta a Isabel que ele era um capoeira, fazendo-a acreditar que, por isso, provavelmente a teria abandonado para ficar com outra mulher.

Além disso, no dia de seu casamento, enquanto vivia a grande perda, Isabel foi avistada por Albertinho Assunção, irmão de Laura. O rapaz cresceu em meio à proteção da mãe, que sempre o defendeu das próprias artimanhas. Mimado, Albertinho passa as noites bebendo com os amigos, não conclui o curso de direito e, devido a sua classe social, não é pressionado para arranjar um emprego. Ele também não era penalizado por assediar e importunar diversas mulheres na rua. A sua condição de homem branco e rico o blindava de qualquer tipo de cobrança. Ao identificar a fragilidade de Isabel e reconhecê-la do carnaval, Albertinho decide conquistá-la.

Sua decepção com Zé Maria e a crença na honestidade de Albertinho (que fingia ser um jovem estudante pobre) a levaram a se entregar ao rapaz. Logo que Constância soube da nova “paixão” do filho, ela fez questão de cortar todas as regalias do jovem até que ele mudasse de planos. Acostumado com o dinheiro fácil da mãe, Albertinho não teve coragem de assumir um relacionamento com uma mulher negra.

Isabel se deixou levar pelas mentiras e viu seu destino mudar completamente com a notícia de uma gravidez. No momento em que ela soube, Zé Maria já havia saído da cadeia e os dois estavam tentando reconstruir a relação, mas a personagem tinha perdido

a virgindade com o homem que a enganou e a desrespeitou. Para ela, seria impossível seguir com a relação sem contar para Zé o que tinha acontecido enquanto eles estavam separados.

Além disso, ao revelar a gravidez para o seu pai, Isabel foi expulsa de casa e, rapidamente, todos os moradores do morro ficaram sabendo e fizeram o que era costume fazer com qualquer mulher que não fosse virgem e/ou engravidasse fora do casamento – a renegaram. Com exceção da tia Jurema, que a apoiou em todos os momentos.

Isabel decidiu seguir com a gravidez sem revelar a paternidade da criança. No entanto, no decorrer da trama, Laura descobriu a identidade do pai da criança e a informação acabou chegando aos ouvidos de Albertinho. Como consequência disso, Constância também ficou a par da situação.

Temerosa de que a notícia de um neto fruto de uma relação com uma mulher negra se espalhasse pela cidade, Constância pediu para que o filho mantivesse o caso em sigilo. Ela acreditava que, em algum momento, Isabel tentaria se aproveitar do dinheiro da família, exigindo reparações financeiras e destruindo seus planos de ascensão na República.

Quando o dia do parto estava se aproximando, Constância procurou Berenice para planejar o sequestro da criança de Isabel. A parteira escolhida seria repentinamente substituída por uma indicação de Berenice a tia Jurema. A substituta, porém, era uma “tecedeira de anjos”.⁴⁴

A profissional dopou Isabel e trocou o seu filho por uma criança morta. Cumprida a função de roubar o bebê, ela o entregou a Constância que, ao olhar para a criança, não teve coragem de finalizar os planos. Por isso, com o intuito de ver o neto crescer sem que ninguém soubesse do parentesco, ela entregou o menino Elias para a irmã de Berenice, Zenaide (Ana Cabatti), que o criaria em troca de uma pensão mensal.

Ao ser abatida com mais uma perda, Isabel ficou desorientada. À época, Zé Maria, tinha partido com seu amigo Chico para a Marinha, trabalho que exerceria pelos próximos seis anos. Apesar da dor imensa que sentia, Isabel passou a se ocupar com o trabalho no teatro.

E foi no teatro Alheira que uma nova oportunidade surgiu em sua vida. Isabel conheceu a artista francesa Jeannete Dorleac (Maria Fernanda Cândido), que logo se interessou pela vida da camareira, pediu para conhecer o Morro da Providência e se

⁴⁴ Naquele tempo, as tecedeiras de anjos realizavam abortos e recebiam recém-nascidos para assassiná-los logo após o nascimento.

encantou com o samba. A amizade das duas rendeu à Isabel o convite para ensiná-la a dançar o samba em Paris. Sem nada que a prendesse ao Brasil, Isabel aceitou o convite e se tornou uma grande dançarina, conhecida como *Isabelle la Brésilienne* no exterior.

Após seis anos em Paris, Isabel já tinha conseguido juntar dinheiro o suficiente para dar início a um projeto no Brasil. Os moradores do Morro da Providência não aprovavam a sua “nova vida” e, seu pai, Afonso, havia cortado relações com a filha quando ela decidiu sair do país para dançar.

Seu retorno desestabiliza a vida de algumas pessoas da cidade, principalmente de Albertinho, que fica encantado ao revê-la; e Constância, que procura afastar o filho dela a qualquer custo.

Seu romance com Zé Maria, assim como o de Laura e Edgar, vive entre idas e vindas. Zé era, nas palavras da personagem, um “turrão”. Porém, depois de um tempo que os dois haviam retornado para o Brasil, eles se encontraram e decidiram retomar a relação.

Ao final da trama, a personagem decidiu pedir a tia Jurema que fizesse uma leitura dos búzios, para ter certeza se ela e o Zé conseguiriam, enfim, ficar juntos. Porém, tia Jurema afirmou que os búzios apontavam uma outra questão: o filho de Isabel estava vivo, com saúde e precisando dela.

Nesse momento, a personagem começou a trazer à memória determinados acontecimentos de sua vida, ao longo dos últimos seis anos, que coincidiram com a perda do filho. Algumas conversas com Constância, falas e atitudes de Berenice vêm à tona. Ela resolveu, então, enfrentar Berenice, Zenaide e Constância, certa de que encontraria o seu filho.

Por fim, Isabel luta para conquistar o afeto e a confiança de Elias. Com a tentativa de aproximação entre Albertinho e Elias, a relação com Zé Maria se estremece, mas os dois continuam se amando e se respeitando, até decidirem ficar juntos e, finalmente, se casarem.

Para pensarmos sobre o desenvolvimento da narrativa de Isabel, compreenderemos, principalmente, a sua relação de afeto, apoio e memória, com Afonso e tia Jurema; o relacionamento amoroso com Zé Maria; as relações conflituosas com Albertinho e Constância; e, é claro, o desenvolvimento da amizade com Laura.

A tia Jurema, especialmente, é a personagem com quem Isabel divide todas as suas angústias. Ela é uma figura maternal na narrativa. É a sua conselheira, que dispõe de todo o afeto para que Isabel construa a sua jornada e se mantenha de pé, resistindo. Seu pai, Afonso, é uma figura que Isabel procura sempre honrar. Apesar dos conflitos e de

suas decisões não serem aceitas pelo pai, Isabel luta ao longo de toda a trama para ter o apreço e o orgulho de Afonso. Já Zé Maria é o homem por quem ela se apaixonou, por quem ela sofre, por quem ela luta até o final da história, que também a ensina a lutar contra as mazelas de um país que os abandonou.

Já o caminho de Constância e Isabel se cruzam desde o dia do casamento. Constância não consegue aceitar que uma mulher negra esteja se casando na mesma igreja de sua filha, muito menos que ela esteja atrasando a cerimônia, enquanto os convidados chegam. Desse momento em diante e, especialmente a partir da relação entre Isabel e Albertinho, ela e Constância enfrentam diversas tensões.

Manipuladora, egoísta e racista, Constância encara Isabel como um grande problema para a manutenção do prestígio de sua família, não só pela amizade com Laura, como também pelos desdobramentos do encontro com Albertinho. Ainda que ela preze pela família e pelo seu papel como mãe, Constância não permite que Isabel exerça a própria maternidade, se colocando à frente de seus direitos como mãe e como mulher.

3.2.2. “A mulher de dentro de mim já cansou desse tempo”: a trajetória de Laura

Já a Laura é uma mulher branca e filha de ex-barões do café que vivem um breve período de decadência com a queda da monarquia. A personagem lutava pelo direito de trabalhar e de ser reconhecida por seu talento enquanto professora, escritora e jornalista. No começo da narrativa, Laura passa por um momento de grande aflição: ela está noiva de Edgar há quatro anos — período no qual ele esteve fora do Brasil, estudando Direito em Portugal —, mas tem muitas dúvidas com relação ao casamento.

Figura 7 – primeira cena em que Laura aparece



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2132479/?s=22m47s>

O maior desejo da personagem era o de poder exercer o magistério. Ela acreditava, portanto, que o casamento seria um empecilho para a concretização de seus objetivos, já que sua mãe, Constância, exercia grande pressão para que ela esquecesse desses “passatempos de solteira”. Além disso, a mãe afirmava diversas vezes que essas “tolices” deveriam ser interrompidas após o casamento, visto que uma “boa mulher” cuidaria integralmente da casa e do marido. À época, acreditava-se que uma mulher que trabalhava era um marcador indicativo de pobreza.

O personagem de Edgar só aparece no capítulo anterior ao casamento, o que nos mostra, desde o início, as diferentes formas como o matrimônio é abordado para os personagens. Enquanto isso, Laura estava há um ano sendo forçada a se preparar para o evento. A união matrimonial dos dois era de grande interesse das famílias, especialmente da família de Laura, que precisava se reerguer diante da sociedade. O vínculo com a família de Edgar, filho de Bonifácio Vieira, seria a ascensão da família Assunção e viabilizaria a entrada de Alberto, pai de Laura, na política brasileira. Laura e Edgar, portanto, acabam cumprindo com o compromisso devido à manipulação de suas mães, que enviavam presentes e cartas em nome dos dois.

No desenrolar da trama, porém, eles se tornam amigos e amantes. Ao longo da convivência, Edgar demonstra ser um grande parceiro e incentivador de Laura e de sua profissão. No entanto, alguns empecilhos se entropõem à relação, como a descoberta de Melissa, filha de Edgar, fruto de um caso antigo com Catarina (Alessandra Negrini), uma cantora brasileira que se apresentava em Portugal.

Quando ele decide viajar para conhecer e ajudar a filha, que nasceu com diversos problemas de saúde, Laura descobre estar grávida. Entre meses de espera, incertezas e cartas não respondidas do marido, ela perde o bebê. Com o retorno de Edgar, trazendo consigo Catarina e Melissa para o Brasil, a relação dos dois se torna bastante conturbada e Laura decide se divorciar.

Vale salientar que o divórcio só foi instituído oficialmente no Brasil pela emenda constitucional de 1977, regulamentada pela lei 6.515, de dezembro desse mesmo ano. Na época em que se passa *Lado a Lado*, no entanto, havia uma possibilidade de separação. O desquite, como era conhecido, autorizava a separação dos cônjuges, pondo termo ao regime de bens, mas o vínculo matrimonial não era rompido. Caso o desquite não ocorresse de maneira amigável, com o consentimento do marido, ele só poderia acontecer por via de justificativas como adultério, tentativa de morte ou abandono de lar.

Laura ficou cerca de seis anos em uma fazenda da família, por ordens de Constância, para evitar o escândalo público. O divórcio, à época, feria a honra da família. As mulheres divorciadas eram vistas como impuras, maldosas, más influências, degeneradas etc. A solução seria esconder a separação e, em solidariedade, Edgar concorda em manter o fim do casamento em sigilo.

Após esse período, Laura retorna ao Rio de Janeiro e consegue emprego em uma escola. A publicização de seu estado civil, no entanto, fez com que ela fosse demitida da escola e recusada em todas as demais. A sociedade, que parecia viver um período de modernização, não aceitava que uma mulher divorciada trabalhasse nas escolas ou em qualquer ambiente tido como “honrado”. Após o divórcio ter se tornado público, Laura enfrentou grandes adversidades, olhares maldosos e, até mesmo, uma tentativa de abuso sexual.

A personagem, no entanto, seguiu na luta pela oportunidade de se dedicar a sua profissão. Com a ajuda de Isabel – que se tornou uma grande empresária –, elas fundaram a primeira escola do Morro da Providência, na qual Laura foi nomeada diretora. Além disso, Laura escrevia para o Correio da República, um dos jornais mais progressistas da época, com o pseudônimo Paulo Lima.

Vale ressaltar que ela usava o pseudônimo masculino, porque reportagens escritas por mulheres não eram legitimadas, visto que, de acordo com o pensamento da época, elas não teriam a capacidade de produzir um trabalho bem apurado sobre política, economia e assuntos relevantes.

Entre idas e vindas, ao longo desse percurso, Laura e Edgar se reencontraram. Apesar dos percalços, os dois são um dos grandes pontos de apoio para o outro na trama, e constroem uma relação de companheirismo, amizade, fidelidade e amor. No final da história, o casal decidiu revogar o divórcio.

Para compreendermos a construção da narrativa de Laura, portanto, não podemos deixar de abordar a relação conflituosa com a sua família; o relacionamento amoroso com Edgar; a sua relação com o mundo do trabalho, que envolve personagens como o jornalista Carlos Guerra (Emílio de Mello); e, também, o desenvolvimento da amizade com Isabel.

Antes de refletirmos sobre o recorte do material empírico e os eixos de análise, propomos pensar sobre a repercussão da telenovela para além da tela e de que maneira o público recebeu a construção da trama no ano de veiculação. Além disso, refletimos sobre os desafios de pesquisar uma telenovela diretamente de uma plataforma de *streaming* e as possíveis diferenciações na percepção do enredo com a possibilidade de assisti-la de forma diferente de quando foi veiculada.

3.2.3. Para além da trama: as repercussões de *Lado a Lado*

Lado a Lado ficou conhecida como a telenovela que teve a menor audiência do “horário das seis”, sendo transmitida às 18 horas. Com a média final em 18,19 pontos, João Ximenes Braga, um dos autores da novela, culpa “inimigos externos”.⁴⁵ No mês em que a telenovela começou a ser exibida, o país estava na época de propagandas eleitorais e, além de tudo, no mês de setembro já havia iniciado o horário de verão. Outro fator que também poderia ter prejudicado a audiência, de acordo com o autor, era a onda de violência que acontecia em São Paulo, fazendo com que os telespectadores dessem mais importância aos noticiários policiais exibidos no mesmo horário, em outras emissoras.

Apesar do fracasso de audiência, no entanto, *Lado a Lado* superou até mesmo a trama de sucesso *Avenida Brasil*, veiculada no horário das 21 horas, ao longo de 2012 e recordista de audiência, na premiação 41º Emmy Internacional. A novela das seis recebeu este prêmio, considerado o “Oscar da TV mundial”, disputada com a trama brasileira *Avenida Brasil*, a angolana *Windeck* e a canadense *30 vies (30 lives)*. O prêmio é

⁴⁵ Entrevista sobre a audiência da telenovela:
<https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/29/autor-culpa-inimigos-externos-por-baixa-audiencia-de-lado-a-lado-em-sao-paulo.htm>

extremamente relevante em termos de destaque e proeminência, o que pode ser, também, um indicativo da qualidade do enredo e de todo o processo de construção da telenovela.

3.2.4. Reflexões acerca da experiência do *streaming* e suas implicações na análise

A experiência de assistir uma telenovela pela plataforma de *streaming* Globoplay deverá ser levada em conta ao longo da pesquisa. Apesar dos capítulos aparecerem como disponibilizados “na íntegra”, em seus títulos, existe uma grande mudança na proposta da telenovela quando a assistimos com os cortes dos intervalos, sem considerar o tempo da emissão para o qual ela foi proposta e as pausas necessárias entre um capítulo e outro.

Além disso, a trama disponibilizada na plataforma apresenta algumas falhas de edição, com cortes bruscos em algumas cenas que acabam perdendo o sentido. Portanto, há um desafio de se pensar a pesquisa sem o contexto da transmissão simultânea. Tudo (em relação ao enredo) já está disponibilizado e a possibilidade de assisti-la em sequência, aliás, também altera a forma como o telespectador enxerga a novela.

3.3. Análise

3.3.1. Isabel

a. A construção da relação amorosa com Zé Maria

Optamos por abordar a relação amorosa entre Isabel e Zé Maria por meio de quatro eventos do desenvolvimento da trama, que são: o início da relação, a descoberta da gravidez e a separação, o reencontro e o casamento. A partir desses eventos, refletimos sobre alguns dos desdobramentos que envolvem as idas e vindas do casal, bem como a parceria e as tensões entre os dois.

É bem verdade que existe uma grande cumplicidade entre as mulheres e os homens do movimento negro no Brasil, graças às experiências conjuntas da opressão e das desigualdades sociais provocadas pela diferença racial. Gonzalez (2020, p. 104) afirma que isso acontece, porque “nossas relações, apesar de todos os ‘pegas’, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes provêm de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum”.

Com Isabel e Zé Maria isso não foi diferente.⁴⁶ Ao saírem para jantar na confeitaria Colonial – um dos restaurantes mais frequentados da telenovela, o casal enfrenta os olhares de reprovação dos clientes (todos brancos) assim que passam pela porta de entrada. O ambiente era de alta classe, com cardápios requintados e fregueses da elite carioca.

Os dois eram os únicos negros no local e, assim que se sentaram, receberam a sugestão de procurar um outro lugar. Nesse momento, Zé Maria afirma: “nós já estamos no século XX, caso o senhor não tenha percebido. Uma garrafa de vinho português e os cardápios, por favor”.

Admirada com a serenidade e a firmeza de Zé, Isabel beija o rapaz na frente dos olhares maldosos dos demais. Em seguida, eles conversam sobre o ocorrido e trocam experiências parecidas de vida.

Na imagem abaixo é possível perceber, ao fundo, que os clientes do estabelecimento ficaram estarecidos com “tamanha ousadia”. Além de serem os únicos negros do local, estariam se beijando em público, em pleno início de século XX.

Figura 8 – Isabel e Zé Maria no restaurante



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2134584/?s=03m09s>

Isabel: eu também, eu tô surpresa comigo mesma, e com você... nossa, o jeito que você falou com o gerente.

Zé Maria: são novos tempos, Isabel. É um novo século. É bem verdade que a gente ainda tem um futuro pela frente, muito chão... Mas não pode deixar a

⁴⁶ Vale ressaltar que, apesar da reflexão sobre a experiência histórico-cultural comum entre os personagens ser de grande relevância para o que propomos aqui, no primeiro encontro entre eles, quando Zé Maria a salva dos “janotas”, ela acaba criminalizando o Zé pelo uso de golpes de capoeira.

gente assim, passar por cima, não. Isso aqui é Brasil, não é Estados Unidos, aqui não tem lei segregacionista.

Isabel: não, você tem razão. Supostamente eu nasci livre, mas o meu pai ainda era um escravo. Eu me lembro bem do engenho.

Zé Maria: é, o meu pai era um escravo de ganho. Ele trabalhava como barbeiro na rua, quase tudo que ele ganhava, ele dava para o senhor, mas mesmo assim ele conseguiu comprar a carta de alforria dele. Foi com ele que eu aprendi a não abaixar a cabeça.

Isabel: meu pai também. Nossa, eu fiquei encantada, porque eu já tinha explodido de raiva com esse homem, mas você foi tão...

Zé Maria: tihoso!

Isabel: não... tão elegante!⁴⁷

Apesar da existência dessa cumplicidade e da troca de experiências em comum, num país extremamente racista e excludente, isso não impedia e, nem impede, que as mulheres negras sofram com a opressão do sexismo, inclusive por seus próprios companheiros de luta. Gonzalez (2020) aponta que esse caráter mais acentuado do machismo negro é articulado com “mecanismos compensatórios que são efeitos diretos da opressão racial”. E, por isso, quando a autora fala sobre o feminismo negro no Brasil, afirma que ele possui uma diferença com relação ao ocidental: “a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum” (GONZALEZ, 2020, p. 103).

O amor afrocentrado de Zé Maria e Isabel nos apresenta essa relação complexa entre a cumplicidade, a compreensão e a empatia na relação entre homens e mulheres negros/as; mas também, em certa medida, pensamentos e atitudes machistas enraizadas, em defesa da honra, da virilidade e da superioridade masculina dentro de suas casas. Questões estas que foram, inclusive, impostas pela matriz colonial.

Desde o processo de colonização das Américas, “o homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto de assédio sexual perpetrado pelo homem branco” (hooks, 2020, p. 47).

Ainda no início da novela e no desenvolvimento da relação do casal, Isabel recebe um aumento salarial da madame Besançon. Para comemorar, ela decide pagar por um segundo jantar na confeitaria Colonial, mas Zé Maria se sente incomodado com a possibilidade de estar com uma mulher que ofereça condições financeiras melhores do que as dele. A ideia do homem enquanto o provedor da família é um valor inegociável na vida de Zé Maria.

⁴⁷ Capítulo 2 (10/09/2012), minuto 1’48”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2134584/programa/?s=0s>

Zé Maria: ah, meu amor, eu sei que você tá querendo voltar nessa tal confeitaria aí dos bacanas, mas por hora não dá, porque meu ganho na barbearia ainda não dá pra isso.

Isabel: ué, Zé, se eu tiver com muita vontade a gente vai e eu pago. Agora eu posso!

Zé Maria: agora só o que me faltava, ser sustentado por mulher! Meu amor, mulher minha vai aonde eu posso pagar, mas daqui a pouco essa maré vai passar e a gente vai ter dinheiro pra tudo.⁴⁸

Essas questões se tornam ainda mais presentes perto de outros homens. No capítulo 17, Zé Maria faz um comentário parecido na frente de Percival e Isidoro que desagrada a Isabel:

Isidoro: Zé Maria, vida boa em... Vai trabalhar, não?

Zé Maria: ah, não, hoje eu tô de folga, vou só namorar

Percival: então aproveita, porque depois do casório a folga acaba

Isabel: ah, mas se o Zé andar na linha, eu não vou pegar no pé dele não

Zé Maria: é, eu vou ter que trabalhar duro pra satisfazer os caprichos da patroa

Isabel: Zé, eu não sou o tipo de mulher que gosta de ser sustentada pelo marido não

Zé Maria: e eu já não percebi? Quer dizer que agora eu vou ter que aturar você pagando conta pra mim?

Isabel: deixa de besteira, Zé, eu recebi um aumento e tô querendo comemorar, o que é que tem demais?⁴⁹

Em determinados momentos e, principalmente com relação à independência financeira e sexual de Isabel – após a separação -, Zé Maria se apresenta como um homem bastante conservador. Assim como o pai, Afonso, e diversos outros moradores do Morro da Providência.

No começo de sua relação com Zé, Afonso fica preocupado com a possibilidade de Isabel ser desrespeitada e reforça que, até o dia do casamento, ela é responsabilidade dele (do pai). Inclusive, em diversos momentos de troca de carinho entre Isabel e Zé Maria, Afonso chama a atenção do casal para que essas “exibições” e “vulgaridades” não se repitam.

Aliás, é como se o corpo de Isabel fosse objeto de posse de seu pai, Afonso, e de Zé Maria. É, também, como se as decisões sobre seu corpo estivessem sob responsabilidade do homem e não dela. Por isso, quando a notícia da gravidez corre pelo Morro, Isabel é praticamente expulsa e considerada uma vergonha para a população.

⁴⁸ Capítulo 15 (26/09/2012), minuto 3’30”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2159276/programa/?s=0s>

⁴⁹ Capítulo 17 (28/09/2012), minuto 4’07”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2163369/programa/?s=0s>

Figura 9 – Isabel olha envergonhada para os moradores do Morro da Providência



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2166978/?s=0s>

Figura 10 – moradores do Morro da Providência encaram Isabel



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2166978/?s=0s>

Isabel vai embora do Morro sem saber os rumos que irá tomar e a única pessoa que estende a mão para ela é a tia Jurema, a figura materna que ela tem em sua vida.

Figura 11 – Tia Jurema oferece apoio à Isabel



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2166978/?s=0s>

Com o passar do tempo, Zé Maria afirma ter perdoado Isabel, mas que, ainda assim, se considera um covarde, porque não conseguiria mais se relacionar com ela ou criar um filho que não é dele. Nesse momento, Zé Maria mostra, em certa medida, a cumplicidade entre homens e mulheres negros/as, quando ele tenta se colocar no lugar dela.

Zé Maria: eu te perdoou, Isabel. Você achava que eu tinha te abandonado no altar, achava que eu era um bandido. Eu entendo você ter ficado com raiva de mim. Eu entendo você ter se perdido...

Isabel: eu nem sei o que te dizer.

Zé Maria: tem uma coisa que vai e volta na minha cabeça o tempo todo... E se eu tivesse saído daquela igreja pensando que você tinha me abandonado no dia do nosso casamento? Eu não sei o que ia acontecer. Eu só sei que eu ia ficar desesperado e fazer alguma besteira. Aliás, Isabel, é só o que eu tenho feito desde o dia em que eu soube... desde o dia em que a gente tá separado. Eu já caí no conto do Caniço, já caí no conto da Berenice. Já entrei em briga que não era minha, quase fui preso de novo.

Isabel: Zé, você é um herói.

Zé Maria: não, não fala isso, Isabel. Não aguento mais escutar isso. Toda vez que alguém me chama de herói, eu não consigo deixar de lembrar que eu sou um covarde.

Isabel: você não pode dizer isso, você pode dizer que é tudo, menos um covarde.

Zé Maria: eu sou um covarde. Covarde. Porque eu ainda te amo, Isabel. Eu te amo, mas eu não sou homem o suficiente pra criar filho de outro. É demais pra mim. Eu queria ter essa coragem, mas eu não consigo. Eu sou um covarde. Porque por mais que eu queira te perdoar, por mais que eu não queira te deixar sozinha, desamparada, justo nessa hora Isabel. Eu não consigo ter essa coragem.

Isabel: isso não é falta de coragem, isso é sabedoria. Não ia dar certo, Zé. Nós dois juntos, essa criança... Não ia ser bom pra nenhum dos três. Mas ouvir de você o seu perdão, você não sabe o quanto isso é importante pra mim, Zé. Eu sei que a gente não vai ser um casal, mas ouvir isso de você me dá mais ânimo

de seguir em frente, de cabeça erguida. Então, o que eu posso te dizer, Zé, é pra você me esquecer. Pro seu bem.⁵⁰

Entretanto, ele se coloca em contradição quando se sente no poder de perdoá-la. Por quê ele deveria perdoá-la, afinal? Quando Isabel se relacionou com Albertinho, eles não estavam mais juntos. Após dias em busca do noivo pelas delegacias e postos de saúde da cidade, Isabel se sentiu abandonada.

Quando ele afirma que entende ela “ter se perdido”, também denota uma desqualificação das ações de Isabel, que necessitam de uma justificativa, como se ela precisasse “prestar contas” de suas atitudes, mesmo depois de todas as consequências sofridas.

Vale lembrar, também, que existem pesos sociais diferentes para quando uma mulher se relaciona sexualmente com outra pessoa fora do casamento, do que quando é um homem. Na fala acima, apesar de trazer o “perdão” à frente, Zé Maria condena Isabel por “ter se perdido”, enquanto ele, ao ter se relacionado com Berenice após a separação, apenas “caiu no conto” da personagem.

Assim, o sexismo estabelece consequências muito mais severas para as mulheres sobre as suas decisões, do que para os homens. Sendo assim, Zé Maria se sente capaz de julgá-la, mas não se reprime por ter feito a mesma coisa com Berenice.

Isabel e Tia Jurema também comentam, no capítulo 41, que as mulheres nunca teriam essa “escolha” de não criar um filho proveniente de outro casamento.

Tia Jurema [sobre o parto]: você tá feliz?

Isabel: eu tô, eu quero demais essa criança. Só não tô mais feliz por causa do Zé Maria.

Tia Jurema: ah... os homens nunca aceitam criar um filho que não seja deles, né?

Isabel: é, só nós mulheres, nós aceitamos tudo. Criamos os filhos das outras, amamos... Eu nunca deixei de amar o Zé Maria, tia, mas ele escolheu passar pela minha vida e ir embora. E filho é pra sempre.

Tia Jurema: é isso mesmo.⁵¹

Após seis anos de distância entre os dois, quando Zé Maria e Isabel retornam para o Brasil, Isabel propõe um reencontro. A verdade é que o amor que os dois sentiam um pelo outro sempre existiu, mas a crença nas imposições sociais sobre o que uma mulher deveria ser ou como ela deveria agir, apoiadas por Zé Maria, os afastaram. Ancorado nas

⁵⁰ Capítulo 40 (25/10/2012), minuto 22'19". Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2209031/programa/?s=0s>

⁵¹ Capítulo 41 (26/10/2012), minuto 3'23". Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2210844/programa/?s=0s>

perspectivas da sociedade brasileira da época, além disso, Zé Maria acreditava que, ao decidir ir para o exterior apresentar o samba, ela estaria se apresentando de forma vulgar, exibindo o seu corpo para os europeus.

Mesmo tomada a decisão de reaproximação entre os dois, quando Zé acorda da primeira noite em que eles passam juntos, é como se uma questão moral estivesse posta ali. É perceptível que há um recuo por parte dele, após os dois se deitarem juntos – mesmo que tenha sido um desejo mútuo – pela crença de que ela poderia ter feito isso com muitos outros homens ao longo dos últimos seis anos. Além disso, ele mesmo questiona Isabel com quantos ela teria se deitado.

Zé Maria: a gente tem muito assunto pra por em dia, mas tem um que me atormenta mais do que os outros. Quantos homens, Isabel? Quantos foram?

Isabel: eu nunca imaginei que ouviria uma grosseria dessas, logo de você!

Zé Maria: não, mas Isabel, se a gente vai tentar ficar junto mesmo, eu pelo menos tenho o direito de saber...

Isabel: você não tem o direito nem de perguntar! Se fosse porque você me viu com aquele cachorro sarnento, mas não, eu sei porque você me perguntou isso, Zé Maria, porque eu fiz amor com você.

Zé Maria: na primeira noite.

Isabel: depois de sete anos esperando por você, Zé, eu fiz amor com você. Amor. Zé, eu sei que você é um homem sério. Eu sei que, pelo menos quando a gente estava noivo, você sempre deu muito valor à virgindade, e não é você a única pessoa que dá valor a isso. Eu senti na minha pele o que é se deitar com um homem sem estar casada, ainda mais como eu fiz daquela vez, ingênua, sem saber nada da vida.

Zé Maria: é Isabel, mas agora você sabe tudo da vida né?

Isabel: e agora, depois de fazer amor, você se acha no direito de decidir que, justo porque eu fiz amor com você, com você, eu faço amor com qualquer um? Em vez de você ficar feliz, porque foi a noite mais feliz da minha vida em muito tempo. E você acha que você tem o direito de me perguntar. Não, você não tem direito nenhum. Vai embora daqui!⁵²

- b. “Uma história feita por mãos negras”: Isabel e a memória histórica das personagens do Morro da Providência

Ao conhecer o Morro da Providência, o jornalista Carlos Guerra, amigo de Edgar, afirma existir uma divisão nítida na cidade do Rio de Janeiro. Uma europeia, dedicada a “limpar a cidade”, sem se preocupar com as pessoas que estavam sendo afetadas pelo processo de urbanização; e o morro, com os moradores que ficaram isolados, vivendo sob péssimas condições estruturais. Essas duas partes, ele afirma, “nunca vão viver num mesmo Rio de Janeiro, nunca. Então eu me pergunto: será que o Rio de Janeiro vai ser sempre essa cidade dividida?”⁵³

⁵² Capítulo 73 (03/12/2012), minuto 14’10”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2274727/programa/?s=0s>

⁵³ Capítulo 9 (19/09/2012), minuto 2’37”. Disponível em:

Lado a Lado apresenta esse embate constante entre as tradições preservadas no Morro e os ideais impostos pelo padrão europeu: de um lado, homens e mulheres brancos/as, burgueses, que imitam os modos de ser e vestir parisienses. Tais homens ditam as leis e promovem a manutenção desse poder moderno-colonial-capitalista. E as mulheres, tidas como “dóceis”, sensíveis e que cumprem o papel de donas de casa e cuidadoras do lar, dos filhos e do marido.

Do outro lado, homens e mulheres racializados/as, considerados/as, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, destituídos de humanidade, que foram bestializados/as e vivem a ferida aberta da colonialidade em suas experiências, tendo o homem como o corpo destinado ao trabalho e à exploração, e a mulher sexualizada e explorada no trabalho doméstico.

Na própria abertura⁵⁴ da telenovela esse conflito já está dado, com imagens que mesclam entre a alta classe, as vestimentas europeias, aos “donos do poder” e, por outro lado, os símbolos culturais e de resistência do Morro, como o samba, a capoeira e a religião de matriz africana.

Esse confronto, além disso, é posto desde o início da trama, com o processo retirada das pessoas dos cortiços do centro da cidade e sua conseqüente exclusão nos morros. Mesmo que essa movimentação tenha levado as pessoas das favelas ao esquecimento por parte do poder público até meados da década de 1970 no Brasil, na trama Afonso tem uma perspectiva otimista desse momento. De acordo com ele, no Morro da Providência, as pessoas finalmente encontrariam a liberdade. Lá, nesse espaço apropriado e construído por suas próprias mãos, eles poderiam viver sem amarras.

Afonso: lá a gente morava de aluguel, aqui não, isso é nosso.

Isabel: será, pai? A gente não comprou nada.

Afonso: e daí? Aqueles ricos com aquelas mansões em Botafogo compraram os terrenos dos índios também?

Isabel: isso é verdade...

Afonso: então... você nasceu livre, minha filha. Eu fui escravo, a minha mãe e o meu pai foram perseguidos como animais lá na terra deles. Na minha vida inteira eu não tive nada, nada, nada além da minha força. Mas agora isso aqui é nosso e essa casinha eu estou construindo com as minhas mãos, pra morar com a minha filha. Isso é que é liberdade, minha filha.⁵⁵

<https://globoplay.globo.com/v/2147925/programa/?s=0s>

⁵⁴ Cena de abertura da telenovela: <https://www.youtube.com/watch?v=Kqt6heLINUXo>

⁵⁵ Capítulo 6 (15/09/2012), minuto 20'38". Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/2141920/programa/?s=0s>

No Morro, assim como nos quilombos, a vida poderia ser organizada a seu modo, possibilitando a formação de uma resistência ainda mais potente às opressões coloniais. No entanto, vale ressaltar que a formação do morro é narrada “positivamente” pela telenovela, sem considerar que as favelas também foram e são espaços de opressão social.

Os moradores do Morro da Providência são parte daquilo que sobreviveu e que sobrevive à tentativa de apagamento das práticas culturais desses povos. Sendo assim, é importante lembrar que, apesar da liberdade mencionada pelo personagem, eles permaneceram sendo uma população destituída de direitos e que era, sistematicamente, privada da noção de pertencimento à cidade. Por isso a noção de que se formava, ali, um “outro” Rio de Janeiro.

Nós vivemos em um país marcado, cotidianamente, pela influência da linguagem, da dança, da religião e das demais práticas tradicionais dos povos africanos. Como Gonzalez afirma (2018), o Brasil é Amefricano e a nossa língua é o “pretuguês”. Por isso, em consonância com as tentativas de exclusão e apagamento dessas tradicionalidades, existiram as resistências daqueles que não aceitaram se submeter aos saberes, às vivências e às organizações impostas pela matriz colonial.

Lado a Lado apresenta personagens como a tia Jurema, Afonso e Zé Maria, que promovem reflexões essenciais sobre a história do Brasil, além de elementos como o samba, a capoeira, as religiões de matriz africana que, à época, eram consideradas práticas criminosas no país, tidas como crime de “vadiagem” ou de “feitiçaria”.

O samba, um dos elementos presentes no Morro da Providência e fundamentais na construção da história de Isabel, é um gênero musical composto pela influência da cultura africana em nosso país. Sua origem está relacionada às rodas de dança praticadas pelos povos escravizados, compostas por batuques e movimentos provenientes das danças e das religiões de matriz africana. No samba, os corpos são inteiramente inscritos e guiados por ritmos, batidas, gestos e letras que mantém vivas as culturas e tradições que o compõem.

A relação desses corpos com a música e as rodas de dança existiram desde o tempo da escravidão. “O corpo exigido pelo samba é aquele mesmo que a escravatura procurava violentar e reprimir culturalmente na história brasileira: o corpo negro” (SODRÉ, 1998, p. 11). O samba é, portanto, uma marca essencial da resistência desses povos.

No século XX, quando grande parte da população liberta se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, o samba passou a ser reconhecido como “samba de roda”, quando as danças aconteciam em conjunto com o jogo de capoeira.

Criada no século XVII, a capoeira é hoje um dos maiores símbolos da cultura brasileira. A mistura de artes marciais, esporte, cultura, dança e música é realizada, assim como o samba, em uma roda. Acompanhada do berimbau, do canto e das palmas dos integrantes da roda, ela acontece de acordo com o ritmo da música, entre golpes e movimentos. Foi também uma das táticas de resistência utilizadas pelos povos escravizados no Brasil.

No entanto, como retratado na telenovela, a capoeira era considerada crime de “vadiagem”. Os capoeiristas eram vistos como bandidos e arruaceiros, até mesmo por algumas pessoas que viviam no Morro. No início da trama, por exemplo, a Isabel relata ter “horror de capoeira”. Crescida em um país onde a prática era criminalizada e, tendo sido, também, influenciada pelo pensamento cristão europeu da época, ao tomar conhecimento de que Zé Maria seria um capoeirista, ela passa a duvidar de seu caráter. Ao passo que Zé alerta sobre o valor da prática para os negros, como um movimento de defesa das violências sofridas no tempo da escravidão.

Isabel: eu encontrei o chapéu nas suas coisas, Zé. Você é um guaiamum, um bando de bandido!

Zé Maria: é, Isabel, o meu pai era um guaiamum, e eu tenho muito orgulho dele. Meu amor, quando a polícia e os jornais falam que a capoeira é bandidagem, é porque é coisa de preto, mas essa foi a única maneira que o nosso povo encontrou, na época da escravidão, pra poder se defender da violência dos capitães do mato. Eu sei, eu sei, que é verdade, que muitos viraram bandidos, mas mesmo assim, quando os brancos proibiram a capoeira, é porque eles tavam com medo que o nosso povo se juntasse pra lutar contra essas injustiças. Meu amor, a escravidão já acabou, mas ainda falta muito pra gente conquistar respeito, uma vida digna...

Isabel: mas não é com briga de rua que a gente consegue isso

Zé Maria: é, mas capoeira não é uma briga, é uma luta também. Os brancos de botafogo não adoram esses esportes que vem da Inglaterra? Então, por que o que é nosso não pode ser considerado esporte também?⁵⁶

No capítulo 14, Zé Maria pede a tia Jurema para jogar capoeira com seu colega, Caniço, durante uma de suas festas no quintal, em uma tentativa de ressignificar a prática diante dos moradores do Morro. Isabel fica encantada com a roda e tia Jurema comenta sobre os motivos de ser uma prática proibida no país.

Tia Jurema: você era muito nova, não lembra do tempo da escravidão direito. Nossos homens tinham que achar um jeito de se defender. E é por isso mesmo que é bonito, é um orgulho nosso. A capoeira pode ser usada como briga de rua, sim, mas vai me dizer que isso não parece uma dança!?

⁵⁶ Capítulo 12 (22/09/2012), minuto 11'02". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2153190/programa/?s=0s>

Isabel: briga não é bonita nunca, tia, isso que eles estão fazendo é lindo! Olha, podem proibir briga, podem prender bandido, mas isso que eu tô vendo não podem proibir não!

Tia Jurema: só proibiram porque querem o nosso povo sempre por baixo!⁵⁷

Essas rodas eram celebradas nos terreiros, geralmente nas casas de mulheres que difundiram as práticas do candomblé na cidade. Em *Lado a Lado*, o espaço é representado como o quintal de tia Jurema, uma das mulheres mais respeitadas do Morro, que promovia as festas e as rodas de samba e integrava toda a comunidade.

Figura 12 – Zé Maria e Caniço apresentam a capoeira



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2157602/?s=0s>

Ainda que muitos dos personagens da novela revelem a força da imposição das crenças ocidentais, tia Jurema é a grande representante das religiões de matriz africana, e viabiliza que essas crenças não sejam esquecidas pelo seu povo. “Oxalá que te acompanhe” é frase recorrente da personagem, assim como os adereços, as velas e os búzios.

Tia Jurema é o apoio de fé, afeto, alegria e resistência do Morro da Providência. No capítulo 25, ao falar sobre tia Jurema e as reuniões que acontecem em sua casa, Isidoro, um dos moradores do morro, afirma: “verdade seja dita, não existe uma alma nesse morro que num momento de aflição não procure pela Jurema”.⁵⁸

⁵⁷ Capítulo 14 (25/09/2012), minuto 16’06”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2157602/programa/?s=0s>

⁵⁸ Capítulo 25 (08/10/2012), minuto 08’39”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2178994/?s=14m02s>

Entre os capítulos 117 e 118, no entanto, a matriarca do morro é perseguida e presa por crime de “bruxaria”, acusada por Constância, após descobrir nos búzios que o filho de Isabel estaria vivo. Ao longo da novela, ela é excluída de eventos da igreja católica por ser mãe de santo e é alvo do preconceito de pessoas como a madame Besançon, que consideram a líder uma má influência para Isabel por causa de sua fé. Apesar disso, quando ela é presa, diversas pessoas, do Morro e da cidade, se reúnem na frente da delegacia exigindo a sua liberdade. Ao longo dos dias em que ela está sendo procurada pela polícia, Jurema menciona a amizade com tia Ciata⁵⁹, um grande nome das comunidades negras do Brasil no pós-abolição.

Figura 13 – Tia Jurema faz uma prece enquanto está presa



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2366210/?s=27m11s>

Em conversa com o padre Olegário, líder religioso representado na telenovela, Isabel defende o direito de Tia Jurema manifestar a sua crença e a importância da preservação dessa cultura:

Isabel: eu sou católica, padre, mas o catolicismo entrou na minha vida através dos meus avós. Eles praticamente foram obrigados a seguir a religião dos senhores deles

⁵⁹ Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, era mãe de santo, quituteira e considerada a responsável por acolher o samba em sua casa e contribuir na construção do primeiro registro do gênero musical. Em entrevista para o Uol, Gracy Mary Moreira, bisneta de Tia Ciata, comenta que a baiana foi para o Rio de Janeiro com a missão de “divulgar o culto de matrizes africanas e propagar o samba, que nasceu no terreiro”. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2016/11/22/bisneta-de-tia-ciata-mantem-legado-historico-do-samba-carioca-na-pequena-africa.htm>

Padre: eles fizeram muito bem, porque trouxeram eles mais pra junto de Cristo, né?

Isabel: bom, até pouco tempo atrás a igreja dizia que o negro não tinha alma, lembra? Padre, pra muitos escravos como a tia Jurema, o candomblé era um elo com as suas raízes, era um bálsamo pra aliviar o sofrimento de tantos anos de escravidão.

Padre: mas manter esse elo os afastava de Deus, minha filha

Isabel: muito pelo contrário, a fé da tia Jurema tá ligada a tudo o que é sagrado, por isso ela se sente à vontade pra pedir a benção para os orixás, e também pra crer nos santos. Não importa a crença, tudo o que é do bem se completa. O senhor não tem ideia da importância daquela senhora pro nosso povo, assim como o senhor faz na sua paróquia, a tia Jurema é o esteio dos desvalidos no morro. Quem não tem abrigo, quem não tem comida, sempre pode contar com ela. Ela é a pura bondade. Não era disso que falava Jesus Cristo?⁶⁰

Assim como todos os elementos advindos da cultura africana, o samba, a capoeira e religiões como o candomblé, por exemplo, sofreram com a tentativa de apagamento e a violência das imposições culturais europeias. No entanto, nem todos os sujeitos se renderam ao sufocamento de sua história e cultura. Grande parte dessas pessoas, assim como os personagens negros do Morro da Providência, seguiram lutando pela manutenção de seus costumes, ainda que localizados à margem.

Nas fronteiras, os sujeitos colonizados lutaram pela manutenção de suas memórias e origens. Fizeram da arte um “campo de batalha”, como afirma Albán Achinte (2012). O samba, a capoeira e as religiões de matriz africana, principais elementos presentes na trama, permitiam não só a manutenção de práticas tradicionais, como também o questionamento dos processos que visavam silenciar, discriminar e interromper essas memórias (ALBÁN ACHINTE, 2012).

A empreitada de Isabel no mundo da arte e a valorização do samba, dentro e fora do Brasil, foi apenas o “pontapé inicial” desse movimento fronteiriço. Isabel foi embora para Paris, levou a música e a dança brasileiras para a Europa, mas sentia a necessidade de voltar e garantir algum retorno de tudo o que conquistou para os moradores do Morro da Providência. No capítulo 62, quando questionada por Zé Maria o que estaria fazendo no morro, ela afirma:

Isabel: eu voltei, Zé.

Zé Maria: voltou pra quê? Pra mostrar que ficou melhor do que a gente? Que ficou rica, famosa?

Isabel: voltei porque é daqui que eu sou. Porque a cada tostão que eu ganho dançando samba, eu fico mais brasileira. Foi assim que eu me senti esses anos todos. Toda vez que aparecia uma foto minha, eu me sentia mais filha desse morro. Voltei, porque agora eu posso escolher o meu rumo, porque eu tô com saudade do meu povo. Precisa de mais algum motivo, Zé?⁶¹

⁶⁰ Capítulo 118 (24/01/2013), minuto 27’10”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2366210/?s=0s>

⁶¹ Capítulo 62 (20/11/2012), minuto 3’30”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2252296/?s=0s>

É no sentir-se “mais brasileira” e “mais filha desse morro”, que Isabel desenvolve o que Mignolo (2008) chama de desobediência epistêmica. Uma ruptura com os processos de des/encontros com a nossa história, impostos pelo pensamento colonial. Aprender a desaprender sobre a modernidade/colonialidade, moldada por trás das “boas promessas” de progresso que, na verdade, só tentavam apagar aquilo que não fosse do universo do colonizador.

Desobediência que se inscreve na busca pela linguagem, pelas músicas, pelas religiões, pela dança, pelas formas de pensar, pela comida, enfim, por tudo aquilo que foi pensado a partir da externalidade e pode/deve ser resgatado. Mignolo (2008) afirma que é a partir da re-inscrição desses conhecimentos nas práticas cotidianas, ou seja, é no pensamento de fronteira, que encontramos a saída para evitar os fundamentalismos. Portanto, “o pensamento descolonial rejeita, desde o início, qualquer possibilidade de novos resumos universais que irão substituir os existentes.” (MIGNOLO, 2008, p. 321)

Ao incentivar Isabel a apresentar o samba no teatro, Tia Jurema conta a história de sua mãe, das suas lembranças quando ainda pequena na senzala e de como a dança e os ritmos africanos foram importantes para a construção dos elos e da comunicação entre os escravizados. Ao levar o samba para o exterior e, aqui no Brasil, para a elite carioca, Isabel estaria mostrando a beleza da nossa história para quem só fez rejeitá-la.

Tia Jurema: a tua história também faz parte da nossa história. A minha mãe era nagô, dois negros de um reino inimigo prenderam ela durante uma guerra e venderam pros brancos. Ela veio pra cá num navio, quando chegou aqui só falava iorubá. Na senzala em que eu nasci, eu lembro que cada negro que chegava falava uma língua.

Isabel: ué, como é que vocês se entendiam?

Tia Jurema: a gente não se entendia pela palavra. O que unia a gente, minha filha, era a música, o batuque, a dança. Era um ritmo nosso, que o branco não entendia e que ainda não entende.

Isabel: e a senhora acha que eu vou poder ajudar?

Tia Jurema: minha filha, você vai levar o nosso samba pra rua do Ouvidor! Vai mostrar pra todos esses antigos senhores de escravo que a gente tá vencendo. É! Ah, é mais uma guerra a ser vencida, que vai durar muito tempo, com muita batalha perdida.

Isabel: eu sei, tia. Tem o meu pai, tem o Zé...

Tia Jurema: ô, minha menina. Lutar não é pra qualquer um, mas eu sei que você tem essa força aí dentro...⁶²

⁶² Capítulo 84 (15/12/2012), minuto 8'54". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2297227/?s=13m55s>

Até mesmo a Berenice, sua rival na trama, reconhece a importância de Isabel levar o samba para a cidade e para o mundo. Ela a defende quando leem as notícias no jornal sobre sua apresentação no teatro Alheira:

Tia Jurema: e aí, Zé? Tá dizendo o que?

Zé Maria: “uma desavergonhada exibição de lascívia e afrontamento da moral”.

Berenice: ignorância... Eles querem que a gente esqueça o que é nosso. Essa gente que fala mal da nossa dança não ofende só a Isabel não, ofende todo o nosso povo, ofende toda mulher negra. Eu quero ver eles falarem alguma coisa se fosse uma branca subindo no palco. Aí não falam, né?

Em uma conversa com Zé Maria, entretanto, Afonso explica os motivos de desaprovar a vida profissional de Isabel:

Zé Maria: seu Afonso, a Isabel é uma mulher direita, ela merece o respeito do senhor.

Afonso: você tá falando de uma coisa que você não sabe, rapaz.

Zé Maria: então tá bom, seu Afonso, então me explica o senhor.

Afonso: sabe por que a Isabel é clarinha daquele jeito? Porque a mãe dela é filha de um branco, um capitão do mato. Você pode imaginar que não foi fruto de um grande amor, não. Essa dor, tudo o que ela passou, isso sempre fez parte da nossa família. Não adiantou fazer tudo direito por ela, a ingrata está fazendo tudo o que não é pra fazer

Zé Maria: seu Afonso, me desculpa, mas o senhor tá errado de novo. A Isabel tá fazendo uma coisa que pouca gente sabe fazer. Ela tá fazendo arte. Ou melhor, ela tá fazendo arte com o que o senhor ensinou pra ela. Ela tá fazendo com que o samba fique mais bonito, mais famoso, seu Afonso, isso aí o senhor só não vê, porque não quer.⁶³

Importante retomar a rivalidade que a telenovela constrói entre a Isabel e a Berenice e, por outro lado, a noção de irmandade negra que a Tia Jurema estabelece com as duas personagens. Por que essa rivalidade existe e é tão explorada na trama? Não seria mais factível que Isabel e Berenice fossem melhores amigas, em vez de Isabel e Laura? E o que isso teria a ver com a pesquisa?

A raiva, o ódio e a dor das mulheres negras são acionadas por Audre Lorde (2019) ao refletir sobre movimentos próprios de suas experiências com relação às mulheres a sua volta. A autora aponta que, na relação entre mulheres negras, é “mais fácil crucificar o que há de mim em você do que enfrentar o ameaçador universo da branquitude ao admitir que merecemos querer bem umas às outras” (LORDE, 2019, p. 196).

Isso porque nascemos em uma sociedade que despreza tudo o que é negro e, além disso, tudo o que vem de mulheres. Por isso, como vimos, as mulheres negras estão

⁶³ Capítulo 95 (28/12/2012), minuto 10'45". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2318046/?s=11m14s>

sujeitas a uma dupla opressão. Tendo sido, inclusive, ensinadas a se entenderem como parcela inferiorizada e passível de suportar a dor e a violência. Nesse sentido,

Será que usamos umas às outras para reencarnar essas crucificações – a rejeição, a crueldade, os julgamentos – porque não nos permitiram ter deusas negras, heroínas negras, e com isso só nos permitiram ver a nossa magnificência e a de nossas mães quando esta se tornou parte do nosso sangue e dos nossos ossos? Uma das funções do ódio é certamente mascarar e distorcer a beleza que é o poder em nós” (LORDE, 2019, p. 211)

Berenice e Isabel não conseguem estabelecer uma relação de amor, carinho ou respeito, o que reforça, também, um estereótipo da rivalidade necessária entre as mulheres. Além da inveja que a rival nutre por Isabel, por assistir a vizinha ter acesso a oportunidades que ela não teve, existe, entre as duas, uma falta de empatia e de reconhecimento das experiências e das dores vivenciadas em comum. Lorde (2019) questiona os motivos desse distanciamento entre as mulheres negras, tendo em vista suas afinidades. E ela complementa com a percepção de que esse ódio é gerado pelo desespero e pela dor dessa desunião:

A raiva com que encaro qualquer mulher negra que não corresponda minimamente aos meus desejos, às minhas necessidades ou à minha ideia do que seja uma resposta adequada é uma raiva profunda e ofensiva, escolhida apenas por ser uma escolha desesperada – inconsequente em virtude do desespero. É a raiva que mascara a minha dor por estarmos tão separadas quando deveríamos ser as mais unidas, minha dor de que ela talvez não precise de mim tanto quanto eu preciso dela, ou de que me veja pelo olhar embotado dos que têm ódio, aquele olhar que conheço tão bem das imagens distorcidas que eu mesmo tenho dela. Apagar ou ser apagada! (LORDE, 2019, p. 196)

Além dessas mulheres crescerem, como afirma Lorde (2019), “metabolizando o ódio como pão de cada dia”, porque são negras e porque são mulheres, elas deixam de amar a si mesmas e, como consequência, de se permitirem amar umas às outras. (LORDE, 2019, p. 195).

A autora também afirma que, por causa desse ódio, talvez seja mais fácil para as mulheres negras lidar com mulheres brancas, “ainda que essas interações, em termos emocionais, costumem chegar a um beco sem saída. Afinal, com as mulheres brancas há uma interação possível e sustentável, de profundidade mediana” (LORDE, 2019, p. 208). Essa relação mediana, portanto, seria menos assustadora do que a profundidade das emoções em uma relação entre mulheres negras.

Além disso, o sexismo foi internalizado entre as mulheres que, socializadas pelo patriarcalismo, foram ensinadas a se enxergar como inferiores e a competir pela aprovação masculina, promovendo o medo e o ódio. Sendo assim, “o pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras” (hooks, 2020, p. 34).

Em contrapartida, “o pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência” (hooks, 2020, p, 35). Essa libertação pode ser compreendida a partir dos conceitos de sororidade e dororidade, que são exemplificados na telenovela pelas relações entre Isabel x Laura e Isabel x Tia Jurema.

Sendo assim, sororidade representa o suporte entre as mulheres. Seria o comportamento de não julgar e se comprometer com a escuta ativa das reivindicações. O termo exprime a cumplicidade, solidariedade e o cuidado entre as mulheres. No entanto, quando falamos de uma relação entre mulheres negras, como é o caso de Isabel e Tia Jurema, a sororidade não dá conta das vicissitudes que se entropõem sobre as mulheres negras.

No momento atual, fosse o racismo totalmente erradicado das relações medianas entre mulheres negras e brancas, essas relações poderiam se tornar mais profundas, mas jamais satisfariam a necessidade específica de uma mulher negra por outra mulher negra, dado o conhecimento, as tradições e a história que compartilhamos. Existem duas lutas bem diferentes aqui. Uma é a guerra contra o racismo nas pessoas brancas, e a outra é a necessidade de as mulheres confrontarem e ultrapassarem as ideias racistas que sustentam a privação que temos uma da outra. E essas batalhas não são iguais de jeito nenhum (LORDE, 2019, p. 209-210).

Nesse sentido, o conceito de dororidade, cunhado por Vilma Piedade, busca oferecer as novas formas de enfrentamento das violências coloniais, que produzem ausências, silêncios e invisibilidades. O conceito interpela a noção de sororidade, com o objetivo de unir, irmanar as mulheres negras, mas ele contém, também, “as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta” (PIEIDADE, 2018, p. 16).

Tia Jurema entende a Isabel. Ela exerce a escuta ativa sobre as dificuldades que a moça enfrenta. Ela se oferece como rede de apoio e proteção. Ela sabe a dor de ser uma mulher negra sozinha. A relação das duas, em oposição à rivalidade com Berenice, é da compreensão de que o afeto e as dores precisam ser partilhadas entre as mulheres negras. É, também, portanto, uma relação de resistência.

Na vida cotidiana, a resistência se encontra no “ser-sendo”. Ela expõe as fraturas da colonialidade, e é nesse movimento de “estar-sendo em relação” (Lugones, 2014) que o sujeito colonizado se coloca em uma luta ativa contra as manifestações de opressão. Sendo assim, como vimos no capítulo 1, em todo processo opressivo existe uma força de resistência que nasce nos sujeitos e promove uma transformação social. Essa possibilidade de transformação viria, na história de Isabel, através do samba.

“Ser-sendo”, para os moradores do Morro da Providência, é ocupar os espaços que a sociedade acreditava não ser para eles. É entrar nos cafés coloniais do centro do Rio de Janeiro, andar no mesmo bonde que as madames da alta sociedade andavam, passar de cabeça erguida pelas mesmas ruas daqueles que um dia os chicotearam e, principalmente, preservar suas culturas e tradições no encontro com os seus. Por isso, o Morro é o lugar do encontro, da força e da resistência das práticas que constituem esses sujeitos.

c. Relação conflituosa com a família Assunção

Ao longo da trama, Isabel enfrenta situações adversas com determinados personagens simplesmente pelo fato de ser uma mulher negra. A colonialidade e o racismo são narrados pelos acontecimentos históricos vivenciados pelos personagens do Morro da Providência, desde o movimento Bota Abaixo, até as Revoltas da Vacina e da Chibata. São, também, apresentados pelos discursos dos demais personagens que fazem parte do elenco negro da telenovela.

Isabel é a figura de um emaranhado de opressões e adversidades das quais as pessoas negras são submetidas nesse sistema-mundo eurocêntrico. E, apesar de ser possível reconhecer essa relação com tantas outras especificidades da trama, optamos por destrinchar o desenvolvimento do conflito entre ela e a família Assunção, que são o principal núcleo a representar o pensamento colonial na prática – Alberto Assunção, Constância e Albertinho.

Os dois últimos personagens citados têm relação direta com os conflitos vividos por Isabel ao longo da telenovela. E esses enfrentamentos acontecem desde o primeiro episódio de *Lado a Lado*, quando Albertinho decide “seduzi-la”.

No dia do casamento malsucedido de Isabel, enquanto se formava a amizade central da trama, a personagem teve uma discussão com Constância, marcada pela certeza, por parte daquele que se referia como “Baronesa da Boa Vista”, de que o abismo que distanciava o mundo das duas a colocaria sempre em uma posição de superioridade.

Constância: ah, você que é a criadinha?

Isabel: no momento não, não sei se a senhora reparou, mas eu não estou de uniforme, não estou em serviço... Mas se eu puder ajudar em alguma coisa

Constância (para Laura): o padre cedeu a igreja pra uma criada, a pedido da patroa, uma estrangeira que aparentemente é muito considerada. Mas eu não podia imaginar que além de tudo é uma escurinha!

Laura: mãe, isso não é jeito de falar!

Isabel: alguns dizem que eu sou até clarinha demais. Mas eu sou uma mulher negra e eu continuo sem entender o que a senhora deseja

Constância: existem igrejas que atendem pessoas como você. Eu até entendo que o padre Olegário, por caridade, tenha aberto as portas da igreja que eu frequento, mas a gente dá a mão e já querem logo o braço, porque esse atraso, minha filha, é um abuso.

Isabel: se a senhora conseguir dizer o que deseja, talvez eu possa lhe ajudar

Constância: eu quero que você retire essas pessoas daqui, imediatamente, porque daqui a pouco vão chegar os meus convidados e os do Senador, e o florista ainda não pôde preparar o altar pro casamento da minha filha!⁶⁴

Constância e as demais personagens da elite carioca em *Lado a Lado* são a representação do que Angela Davis (2016) afirma ser um dos artifícios essenciais da ideologia racista, que seria “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais” (DAVIS, 2016, p. 102). Há um reforço de que os negros devem ocupar essa posição, mesmo que não estejam de fato em um lugar de “inferioridade” em relação a essa pessoa branca. Um dos maiores exemplos da novela é a insistência de Constância em que os negros entrem sempre pela porta dos fundos – até mesmo quando se trata de seu neto.

Esses personagens, além disso, utilizam de termos pejorativos quando se referem a uma pessoa negra. “Mulato/a”, “crioulo/a”, “escurinho/a”, “criadagem”, “neguinho/a”, “bando de ignorantes”, “gentinha”, são alguns exemplos das atribuições. Nesse sentido, o racismo não é simplesmente um regime de poder que hierarquiza os sujeitos pelo tom da pele, mas ele age, também, para que as supostas inferioridades das pessoas negras sejam vistas como algo biológico/natural, e não apenas como um elemento discursivo (FANON, 2018). Assim, na lógica colonial, as pessoas negras passam a tomar conhecimento de seus corpos a partir dos valores da branquitude.

Desde o início da trama, Constância não suporta ter que dividir o mesmo espaço que Isabel, e a considera um empecilho para a concretização de suas atividades – que seriam sempre mais importantes e urgentes do que as de uma mulher negra.

Albertinho é um dos exemplos mais concretos, em *Lado a Lado*, da relação de poder e de hiperssexualização que os homens brancos exerciam sobre as mulheres negras. A passagem “branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar” (FREYRE, 2000, p. 85) nos ajuda a perceber a hierarquização das possibilidades amorosas das mulheres à época e o papel do homem na definição e nos usos do corpo feminino. Isabel, portanto, seria a mulher com quem Albertinho se deitaria quantas vezes fossem necessárias, conforme seu desejo, mas não poderia ser pensada enquanto uma mulher digna de

⁶⁴ Capítulo 3 – minuto 30’38”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2136408/programa/?s=0s>

casamento ou de se constituir uma família. E o rumo dos acontecimentos é dado exatamente dessa maneira.

Figura 14 – Albertinho finge estar apaixonado por Isabel e a pede em casamento



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2146054/?s=0s>

Quando Constância descobriu a nova “paixão” do filho, ela pressionou o rapaz e cortou o seu dinheiro, a fim de que ele mudasse de planos. Acostumado com regalias, Albertinho cedeu à pressão e desistiu de investir em Isabel. Até porque, além disso, ele já havia conseguido cumprir com seu “objetivo” de ter uma relação sexual com ela. Assim, no capítulo 13⁶⁵, ele e Constância – que assiste parte do diálogo escondida – destratam Isabel dentro da igreja:

Albertinho: espera! Eu ainda não terminei. Você acha que o mundo mudou? O mundo não mudou, não. E eu queria dizer que eu tenho nojo de você. Você vai continuar sendo sempre uma escrava e o seu destino, o seu futuro, o futuro do seu povo, vai ser sempre o trabalho pesado. A não ser que seja uma moça assim, mais jeitosa como você, aí o trabalho pode ser um pouco mais leve, né?

Isabel: terminou? Como você é patético, Alberto. Foi no meu trabalho implorar perdão, fez juras de amor e agora tá aqui de vingancinha
(*Nesse momento, a Constância aparece ao lado de Albertinho*)-

Constância: não é vingancinha.

Isabel: ai, eu já devia imaginar.

Constância: obrigada, meu filho. Agora eu acho que essa empregadinha conseguiu entender que o que ela chama de juras de amor não passa de uma diatribe sua, e que não, não pode esperar mais nada de você.

Isabel: esperar? Eu? Foi o seu filho que veio atrás de mim. A senhora que... Aliás, senhora não, que você não merece o meu respeito.

⁶⁵ Capítulo 13 (23/09/2012) – minuto 12’30”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2155355/programa/?s=15m38s>

Constância: pra você, a forma correta de se dirigir a mim é senhora Baronesa⁶⁶ e eu te avisei, aqui mesmo nessa igreja, no dia do seu casamento fracassado, que era pra você nunca mais atravessar o meu caminho.

Isabel: quem atravessou o meu caminho foi o seu filho, fruto da péssima educação que teve. Realmente só a Laura se salva nessa família.

Constância: o que é que você sabe de Laura?

Isabel: diferente de vocês dois que ainda estão vivendo dos lucros que tiveram do sangue do meu povo, eu trabalho pra viver. Um trabalho digno, eu nunca explorei ninguém e nem vou ser explorada por ninguém. Aliás, “senhora Baronesa”, por que não aproveita que tá numa igreja e reza bastante pra ser perdoada pelos escravos que morreram nos seus engenhos? Eu sei muito bem o que o seu título significa “senhora Baronesa”.⁶⁷

(Constância finge que está bocejando de cansaço do discurso de Isabel)

Isabel: Um passado sem honra alguma.

- Isabel vira as costas e vai embora da igreja –

Constância: vai, vai morrer na miséria como os seus avós, sua imprestável!⁶⁸

Constância desejava não só manter o seu filho longe de um relacionamento com uma mulher negra, como também fazia questão de sempre colocar Isabel “no seu lugar”, como dizia. Ao descobrir a gravidez de Isabel, que geraria um filho considerado ilegítimo de Albertinho, ela planejou uma forma de afastá-la de vez de sua família.

O que não se esperava, era que ela seria capaz de qualquer coisa para que a família não sofresse com o escândalo de uma criança “mestiça” – isso significava, inclusive, passar por cima da maternidade da própria Isabel, já que, de acordo com a ordem colonial, as vontades de uma mulher negra não eram significativas.

No entanto, mesmo com os planos (e sua concretização) de se ver livre da possível revelação do caso, Constância deveria lidar, também, com o fato de que Isabel era a melhor amiga de Laura. Entre os capítulos 23 e 24⁶⁹, por exemplo, ela descobre que Isabel está hospedada na casa de Laura, após ter sido expulsa do Morro, e vai até lá exigir que ela saia antes que “a sociedade” tome conhecimento disso.

Vale pontuar, que “a sociedade” é uma imagem que paira nessas relações, direcionando a forma como as personagens se comportam.

⁶⁶ Baronesa era um título da nobreza concedido às esposas dos Barões – homens livres, ricos e donos de terras que seriam herdadas por seus descendentes. Em geral, os Barões eram súditos fiéis aos reis que tinham grande poder político na monarquia. Em *Lado a Lado*, Constância insiste em não aceitar a perda do título, afirmando diversas vezes sentir saudades dos tempos da monarquia.

⁶⁷ Nesta fala de Isabel, mantivemos a menção “senhora Baronesa” entre aspas, por identificarmos uma ironia na forma como ela se refere à Constância. Logo ao chamá-la de Baronesa, Isabel relembra que seu título existiu às custas da exploração, da tortura e da morte de diversas pessoas que foram escravizadas nas fazendas da família Assunção. Título este, portanto, que não deveria ser motivo de orgulho para ninguém.

⁶⁸ Capítulo 13 (24/09/2012), minuto 12’28”. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2155355/?s=0s>

⁶⁹ Capítulo 23 (05/10/2012) – minuto final. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2174784/programa/?s=0s>

Capítulo 24 (06/10/2012) – minuto inicial. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2176195/programa/?s=02m38s>

Constância: boa tarde, você deve mesmo se surpreender. Não é todo dia que uma Baronesa desce de nível a ponto de visitar uma empregadinha, mas o motivo compensa. Eu vim lhe dizer para sair dessa casa, antes que toda a sociedade do Rio descubra a insânia de Laura e ela seja apontada na rua como uma desequilibrada, ou coisa pior.

Isabel: o que você está falando, Baronesa?

Constância: não se faça de idiota. Você pode não ter traquejo social, mas você sabe muito bem que uma mulher como você não deve conviver com gente como a minha filha.

Em seguida, além de Constância traçar uma generalização desumanizadora sobre os/as negros/as no Brasil, pessoas “como a Isabel”, há uma tentativa sistemática de estabelecer os lugares de cada uma. Ela como “Baronesa” e a Isabel como escrava e, conseqüentemente, inferior. Esse diálogo apresenta claramente a noção da “branquitude injuriada”, que vimos anteriormente, em que ela se nega a aceitar a mudança.

Constância: que você engambelou com a sua lábia. Eu convivi com muitos escravos e sei como vocês podem ser sagazes quando se trata de nos enganar.

Isabel: dona Constância, acorda! Não existem mais escravos. A Laura é minha amiga.

Constância: se diz amiga de Laura e não percebe o quanto a sua presença nessa casa pode prejudicá-la? Uma mulher solteira... vão começar a fuxicar, vão dizer que você é amante do Edgar.

Assim, nos momentos de diálogo com a Isabel, Constância tenta estabelecer a relação das duas no termo senhora/escrava, de forma verticalizada e violenta; enquanto a Isabel reivindica a amizade de Laura, de forma horizontal. Sendo assim, o que está em disputa nesse sentido é a ordem da interação, visto que a amizade das duas sempre revelaria as estruturas sociais de poder. Nesse sentido, a Laura, enquanto uma mulher branca aristocrata, estaria sempre em posição de superioridade com relação à Isabel, uma mulher negra filha de escravos.

Constância: o que pode haver de saudável entre uma filha de escravos e uma branca aristocrata? Qualquer relação entre pessoas de classes sociais tão diferentes só é verdadeira quando há chibata, dinheiro ou cama. E você, mais do que ninguém, deve saber disso. Viu cair por terra o seu projeto de ascensão social quando o meu filho deixou claro para você que não passou de um divertimento barato.

Isabel: não, a Laura é muito diferente daquele moleque mimado, prepotente e manipulável. Se a senhora não gastasse tanto tempo preocupada com o que a sociedade pensa...

Constância: me poupe de suas considerações sobre sua vida em família, por favor. Você deve saber tão pouco disso, se não você estaria na sua casa e não aqui.

Ao planejar o sequestro do neto, Constância decide sobre o direito de Isabel cuidar ou não do próprio filho. A lógica da colonialidade, que é também racista e sexista, viabiliza não só a escolha de Albertinho de se manter afastado das decisões, como também

que Constância se sinta confortável em se impor como proprietária da criança, interferir na maternidade de uma mulher negra e no destino do bebê.

Em todo o momento, Constância insiste que a justificativa para as suas decisões seria de que a Isabel tinha intenções em dar um golpe em Albertinho.

Constância: eu sei a gravidade da situação, mas por favor compreenda, eu não tenho alternativa. Eu não vou permitir a entrada dessa mulata na minha família.

Carlota: mas ela mesmo disse que não quer manter contato nenhum, Constância.

Constância: é golpe! Ela está esperando essa criança vingar pra começar a chantagem. Ela não se deitou com o Albertinho à toa. Ela seduziu o meu filho, porque ela queria o filho de um homem branco e rico. Ai, os bons tempos da escravidão! Esses casos ficavam na senzala, no máximo iam até a cozinha, mas agora eles querem tudo, tudo!

Carlota: até parece uma mulher branca a querer reparação.

Constância: ah, mas eu não vou permitir. Eu não vou deixar ela manchar a minha linhagem. Tudo o que eu sou, Carlota, tudo o que você é veio do nosso sangue, dos nossos ancestrais. É a nossa história, é o que nos faz assim. Você acha que eu poderia permitir que uma qualquer, com um passado de subserviência, de pobreza, de ignorância nas costas, se junte a nós e traga essa herança miserável pra nossa família?

Carlota: eu concordo, eu concordo com você Constância, mas tudo tem um limite, você não pode...

Constância: eu posso. Quem dá o limite sou eu!⁷⁰

No diálogo com a irmã que acoberta as suas decisões, Constância evidencia a relação hierárquica entre as mulheres brancas e negras. hooks (2020, p. 73), que também reflete sobre os tempos da escravidão, afirma que a aliança entre as mulheres brancas e os homens brancos “no interesse comum, o racismo, fez com que [as mulheres brancas] ignorassem o impulso antimulher que também motivava ataques às mulheres negras”, mantendo-se, portanto, acima delas em uma hierarquia de opressão.

Ao finalizar com a frase, “quem dá o limite sou eu!”, Constância define a superioridade e a sensação de posse sobre a outra, que tanto prega e acredita. Pensamento que foi enraizado na sociedade brasileira, baseando as relações e as posições sociais com base na raça.

Outro ponto importante da relação conflituosa entre Isabel e a família Assunção é a descoberta de que Elias estaria vivo e a tentativa de Isabel em afastá-los do filho. Isabel sabia quais seriam as consequências de permitir que Elias mantivesse um relacionamento cotidiano com essas pessoas. Como filho de uma mulher negra, ele estaria condenado a

⁷⁰ Capítulo 41 (26/10/2012), minuto 19’56”. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/2155355/?s=0s>

entrar sempre pelos fundos da casa, sentar-se na cozinha e conviver com os trabalhadores da grande mansão da família Assunção. A mesma humilhação diária pela qual os filhos “ilegítimos” das mulheres escravizadas com os senhores passaram e que Constância insistia em afirmar, em suas conversas com as irmãs, que era uma atitude “normal”, quando eles eram tratados “como da família”, desde que tudo fosse sigiloso.

d. O mundo do trabalho: de empregada doméstica à dançarina

No início da novela, como já mencionado, Isabel trabalha como empregada doméstica, ofício que ocupa desde os 14 anos na casa de madame Besançon. Essa era a realidade da grande maioria das mulheres negras no Brasil desde os tempos da escravidão.

Apesar de o trabalho doméstico estar associado às mulheres de maneira geral, ele é realizado majoritariamente por mulheres negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres. Isso porque os valores produzidos e reproduzidos sobre as convenções tradicionais de gênero e raça, em alguma medida aprisionam o corpo dessas mulheres às mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande.

Essa é uma realidade presente em nosso país até os dias atuais. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, das 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, que estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras.

Esse trabalho *indispensável* ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer *invisível*. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. [...] Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos (VERGÈS, 2020, p. 24-25)

Porém, retomando à telenovela, essas mulheres – como Isabel –, se dedicavam desde a infância, aos cuidados com a casa de seus senhores e, posteriormente, seus patrões; com os filhos desses patrões; com a comida, a limpeza, a organização da rotina das famílias etc., tendo suas vidas completamente voltadas ao bem-estar social dessas pessoas, enquanto deixavam seus próprios filhos, pais, mães e maridos, sob os cuidados de outras pessoas nos morros e subúrbios.

A vida de Isabel era como *A Ordem Natural das Coisas*, canção de Emicida e MC Tha. Quando o sol, de fato, amanhecia, ela já deveria estar com o café passado e a mesa posta para madame Besançon. Essa rotina se naturalizava no cotidiano dessas mulheres que, nos discursos dos patrões, eram “como da família”.

Vale ressaltar que, “a vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto” (VERGÈS, 2020, p. 26).

No capítulo 15⁷¹, em uma conversa sobre o cotidiano, a madame afirma que prefere continuar sendo a “fada madrinha de Isabel”, por gostar muito dela e querer a sua felicidade. Em seguida, ela questiona: “e você não está pensando em me deixar, não é? Você é bonita, dedicada, competente... logo, logo vai arranjar um emprego melhor”. E decide dar um aumento à Isabel.

No entanto, no capítulo seguinte, pouco tempo depois da decisão, ela se sente no direito de pedir que Isabel não tenha mais relações com a tia Jurema, por acreditar não ser uma boa companhia, devido às práticas religiosas. Isabel se recusa a aceitar tal pedido, ao passo que a patroa engrossa a voz e finaliza a conversa.

Madame Besançon: olha, Isabel, tem uma coisinha que eu quero falar pra você já faz algum tempo, sabe? Aquela senhora, a sua amiga, a tal de Jurema

Isabel: o que tem a tia Jurema?

Madame Besançon: olha, agora que a nossa relação de trabalho está resolvida eu gostaria que você deixasse de ver aquela senhora, sabe?

Isabel: deixar de ver a tia Jurema? Mas por quê?

Madame Besançon: não é uma pessoa adequada, sabe? Ela pratica certas bruxarias, aí...

Isabel: madame, não é bruxaria, é candomblé, uma religião assim como a nossa, o catolicismo. E como toda religião, merece o nosso respeito

Madame Besançon: Isabel, que tolinha você é, comparar essa dança tribal e assustadora com religião!?

Isabel: eu sou sua empregada e tenho imenso respeito pela senhora, mas da minha vida particular prefiro eu mesma estudar

Madame Besançon: pois eu prefiro que você tenha uma conversa particular com o padre Olegário. E logo! - *a madame muda o tom nessa última fala* - ⁷²

Ainda que madame Besançon afirme gostar muito de Isabel e ter uma relação respeitosa, tanto no trabalho, como pessoalmente, é possível identificar que, desde a adolescência, Isabel foi levada a se adequar às crenças e aos costumes da patroa – tendo tido influência religiosa do catolicismo e da língua francesa, por exemplo. Além disso,

⁷¹ Capítulo 15 (26/09/2012), minuto 13'42". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2159276/?s=03m32s>

⁷² Capítulo 16 (27/09/2012), minuto 13'57". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2161274/?s=0s>

nos momentos em que Isabel decide se posicionar ou comete algo considerado como um deslize – seja na vida pessoal ou do trabalho – a madame se impõe de forma rígida. Sendo assim, a relação “familiar” é um elo sensível e utilizado apenas para sustentar uma falsa harmonia entre patroa e empregada.

No dia em que Isabel revela estar grávida de Albertinho⁷³, Besançon não hesita em expulsar Isabel de sua casa. “O pai dessa criança não é o seu noivo? Mas que espécie de pessoa eu trouxe para dentro da minha casa? E você entra na minha casa como se fosse uma pessoa direita?”, indaga.

A sua revolta, aliás, não está centrada apenas no fato de Isabel ter “se perdido” na vida, como muitos personagens afirmam. A madame representa o egocentrismo de uma branquitude que só planeja elevar as pessoas negras para alinhar aos seus próprios objetivos. No momento da discussão, ela afirma: “eu tinha planos para você, Isabel. Eu queria fazer de você uma secretária, alguém em quem eu pudesse confiar, que pudesse cuidar de mim, das minhas finanças, da minha velhice. Isabel... você me traiu!”.⁷⁴

Tendo sido demitida pela madame, Isabel segue à procura de emprego e decide ser sincera nos estabelecimentos pelos quais ela passa. Além de ser assediada na pensão em que passa a primeira noite fora de casa, ela é recusada em todos os locais de trabalho. No capítulo 23, ao passar pela confeitaria Colonial, o gerente não permite nem que ela termine a sua fala:

Garçom: sabe que a senhorita é a primeira cliente que volta a esse estabelecimento querendo servir a mesa e não sentar-se a uma delas.

Isabel: não entendo o porquê do espanto. O senhor não trabalha aqui e frequenta outros lugares como cliente? Ou não?

Garçom: a senhorita sempre me pareceu em condições de pagar a conta aqui. Por que veio procurar emprego agora?

Isabel: fui demitida do meu. Tudo bem, o senhor ia saber mesmo, é melhor contar. Acontece que eu tô esperando uma criança e eu não posso ficar sem...

Garçom: pode parar por aí. De barriga querendo trabalho? Ora, vá atrás de outro trouxa menina. Veja lá se a clientela seleta dessa casa vai querer dividir espaço com uma barriguda entre as mesas!⁷⁵

Isabel consegue uma vaga como camareira no Teatro Alheira, local em que ela se torna grande amiga da atriz Diva Celeste e encontra grandes oportunidades. Nesse mesmo teatro, após a perda do bebê, ela conhece a francesa Dorleác, uma grande dançarina que estava de passagem pelo Brasil. Ansiosa em conhecer um pouco mais da cultura e da

⁷⁴ Capítulo 21 (03/10/2012), minuto 1?. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2170678/?s=0s>

⁷⁵ Capítulo 23 (05/10/2012), minuto 6'50". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2174784/?s=0s>

dança brasileira, Dorleác pede a Isabel que a leve para o Morro da Providência, em uma das festas da tia Jurema, e a apresente o samba.

Mesmo contrariada pelo pai e tendo ficado com a reputação ainda mais desgastada entre as pessoas do Morro da Providência, Isabel passa seis anos em Paris trabalhando como dançarina. Ainda que tenha sido uma grande conquista em sua vida, seu trabalho com o samba e a dança são a todo momento desqualificados, o que se intensifica ainda mais pela condição de mulher negra. Isabel é acusada, por exemplo, de prostituição, de estar “se exibindo para os homens”, de “vadiagem” etc.

Entretanto, como afirmamos no tópico anterior, a resistência se dá pela arte. E o samba é uma dessas possibilidades desenvolvidas pelas pessoas negras no Brasil. Através do samba e da dança, Isabel pôde se reinventar. Ela afogou todas as dores, as perdas, as mágoas e as dificuldades enfrentadas durante a vida nos movimentos que saíam do batuque e do tamborim. E tendo se reinventado, ascendido socialmente e conquistado uma posição segura, ela decidiu voltar para o Brasil e devolver, de alguma maneira, o orgulho que ela sentia do seu lugar de pertencimento: o Morro da Providência.

Vale salientar, além disso, que após a sua volta para o Brasil, ela é lembrada somente como uma dançarina. No entanto, o seu intuito ao retornar para o país não era voltar aos palcos. Isabel se torna, inclusive, uma grande empresária, dona de um teatro e de uma escola no Morro – questões que são invisibilizadas e desqualificadas pela maioria dos personagens.

3.3.2. Laura

a. A construção do amor: relação com Edgar

No primeiro capítulo da telenovela, Laura é apresentada experimentando o seu vestido de noiva. Desanimada com todo o alvoroço de sua mãe, ela se olha no espelho para encarar o que mais lhe assustava no momento: a chegada do casamento com Edgar. Enquanto isso, Edgar só aparece na telenovela na véspera do casamento, quando retorna de Portugal, onde morou nos últimos anos para cursar Direito. Ele, também preocupado, vai à procura de Laura para conversar sobre o casamento, mas há um desencontro entre os dois, que só se veem no dia do matrimônio.

A verdade é que Laura tinha medo de que o casamento a tornasse uma mulher como as outras de sua família: presas ao lar, responsáveis pelos cuidados da casa, de seu

marido e filhos. Além de não ter nenhum conhecimento sobre as atividades domésticas, Laura não gostaria de ter que abandonar a possibilidade de viver a sua profissão.

O controle social, religioso e matrimonial sobre qualquer área da vida da mulher, que era tratada como objeto de posse de seus pais e maridos, era exercido por meio da vigilância de seus comportamentos, de suas roupas, cabelos e até mesmo do acesso à instrução (considerada uma “heresia social”). Esse controle na vida de Laura era exercido, principalmente, por meio de sua mãe Constância.

Antes e depois do casamento, ela fazia questão de reforçar que os estudos eram meros “passatempos” na vida de uma mulher solteira. Uma condição que revela, além disso, uma distinção de classe, visto que uma mulher de classes elevadas precisava ser culta. Além disso, Constância reforçava que, depois de casada, ela não poderia mais ter acesso aos seus livros e muito menos ao mercado de trabalho.

Constância: vim te dar boa noite, sua última noite de moça solteira. Se fosse em outros tempos, na juventude de minha avó ou mesmo de minha mãe, eu diria também que é a última vez que você escreve no seu diário. Você sabia que as mocinhas quando se casavam eram proibidas de ter um diário? E isso não faz muito tempo.

Laura: sabia sim, a tia Celinha me contou. E a senhora, mãe, quando era moça, na minha idade, o que achava disso?

Constância: não achava e nem deixava de achar. As coisas eram assim e ponto. É muito mais fácil viver de acordo como as coisas são, Laura.

Laura: pela primeira vez combinamos. Já que as coisas não são mais assim, eu continuo escrevendo, e ponto.

Constância: bons sonhos. Sonhe com os anjos e com o seu marido. Seja feliz!⁷⁶

Constância concordava que “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 63). Consideradas incapazes, as mulheres brancas deveriam viver sob a tutela de seus maridos e depender deles até mesmo para a possibilidade de trabalhar.

Isso porque o trabalho era um impedimento para as mulheres de classes elevadas. Para as mulheres pobres era aceitável, desde que fosse um trabalho considerado “respeitável”, como professora ou bibliotecária, por exemplo. Trabalhar em uma sapataria ou como empregada doméstica (mesmo havendo mulheres brancas nessas funções, como a Luzia, empregada de Constância; e Matilde, empregada de Laura), era considerado indigno, por uma questão social e de classe. Já os outros serviços, como dançarina e atriz, eram considerados moralmente degradantes.

⁷⁶ Capítulo 3 (12/09/2012) - minuto 12'33". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2136408/programa/?s=30m40s>

Optamos por abordar a construção do relacionamento entre Laura e Edgar a partir de cinco principais eventos da narrativa: o dia do casamento, o início da relação, a descoberta de Catarina, o divórcio e a reconciliação.

No dia do casamento, Laura abre suas inquietações a Isabel e fala sobre a vontade de desistir do compromisso, por não estar tão certa quanto a nova amiga sobre a relação com Edgar. Edgar pensa em conversar com Laura, mesmo alguns minutos antes da cerimônia, mas ao se deparar com o sofrimento da Isabel, que havia sido abandonada pelo noivo, ele resolve assumir o compromisso. Na cerimônia, na festa e mesmo ao chegarem na casa que viveriam juntos, são notórios o desânimo e o possível arrependimento dos dois com o início da relação.

Figura 15 – casamento de Laura e Edgar



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2138666/?s=24m07s>

Ao longo dos dias vivendo sob o mesmo teto, Laura e Edgar conversam sobre a escolha e decidem ser bons amigos. No entanto, essa amizade aflora e ambos percebem estar com pessoas que dividem os mesmos princípios, especialmente com relação ao respeito à independência e às particularidades de cada um dentro da relação.

Laura vê em Edgar um grande parceiro, que apoia seus sonhos, respeita, admira as suas vontades e não se importa com a sua falta de habilidades domésticas. No capítulo 17, então, eles se declaram um para o outro, passando a viver como um casal.

Isso até o momento em que Laura recebe de tia Celinha uma carta de Catarina, endereçada a Edgar. A informação de que Edgar teria uma filha em Portugal abala a relação do casal, pois ele decide ir ao encontro de Melissa e, logo que embarca no navio,

Laura descobre estar grávida. Ela enfrenta uma gravidez de risco ao lado de seus pais e de Isabel, sem nenhuma resposta das cartas que enviou para Portugal.

Figura 16 – Laura e Edgar se despedem no porto



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2212474/?s=03m22s>

Quando Edgar retorna, acompanhado de Catarina e Melissa, a cantora e ex-namorada, decidida em atrapalhar a vida do casal, começa a minar a relação com algumas situações, até que Laura pede o divórcio.

Figura 17 – Edgar recebe Catarina em sua casa assim que eles voltam de Portugal



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2222482/?s=0s>

Figura 18 – Laura retorna para casa e encontra Edgar com Catarina e Melissa



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2222482/?s=0s>

Essa situação nos revela que, apesar de a telenovela retratar Edgar como um homem progressista e que aceita e apoia as decisões de Laura, ele também, de alguma forma, impõe à Laura aceitar a existência de Catarina. Sua esposa não é consultada sobre a vinda da ex-namorada e da filha para o Brasil. Ele toma a decisão sozinho e a “surpreende” com a presença constante de Catarina após um momento conturbado da vida de Laura.

Edgar não queria aceitar a separação, até que Laura ameaçou entrar na justiça com a justificativa de abandono de lar, única opção viável para a mulher à época. Então os dois se separaram e ela passou seis anos em uma fazenda da família, por ordens de Constância, para evitar um escândalo público.

No capítulo 50, antes da concretização da separação, Constância vai até a casa de Laura para conversar sobre a decisão tomada.

Constância: a decisão está tomada, então arque com ela, com as consequências. Você achou em algum delírio seu que eu ia aceitar ser mãe de uma divorciada, que eu ia usar essa máscara “a mãe da divorciada”? Eu? a Baronesa da Boa Vista? Você está muito enganada. Se você achou isso você está muito mais louca do que eu imaginei, do que eu possa imaginar.

Laura: depois de tudo o que eu passei, o que a senhora viu, a senhora acha que a louca ainda sou eu?

Constância: você devia aceitar, aceitar o erro do seu marido e lidar com a consequência, e depois até se vingar em alguma hora. É sempre possível a gente ferir quem nos feriu e ainda assim permanecer juntos, de mãos dadas. Mas você não, você me assusta, Laura.

Laura: eu não sei nem o que dizer. Que lógica é essa? Me vingar? Eu quero esquecer, mãe. Eu quero ser feliz

Constância: se pra você felicidade é isso, vá ser feliz longe daqui. Arque com as suas escolhas. Uma mulher divorciada deve, no mínimo, se preservar. Se afaste, saia da cidade por um tempo.

Laura: eu não concordo com as suas intenções, mas não é má ideia me afastar de tudo por uns tempos. Posso passar um tempo na fazenda da família enquanto o processo do divórcio corre na cidade. A senhora fica mais tranquila assim?

Constância: não. Eu não fico mais tranquila, nem menos indignada, mas já é um começo. Você vai, você pensa e você volte quando tiver desistido dessa ideia

Laura: isso não vai acontecer, mãe. Eu pretendo começar a dar aula como professora e me manter com os meus próprios recursos.

Constância: o quê? Além de divorciada, professora? O que é que você quer? Você quer matar a sua mãe? Você está escolhendo a solidão e, pra mim, a humilhação pública

Laura: lamento que a senhora veja isso dessa forma, mãe.

Constância: eu te renego. Por mais que me doa, eu te renego.⁷⁷

A família era crucial para a manutenção de uma vida social, considerada uma instituição fundamental na formação da sociedade brasileira - da qual dependem todas as demais. No entanto, a influência estrangeira e as mudanças sociais pelas quais o país passava exerceram forte pressão sobre essa instituição.

Michele Perrot (2009) aponta alguns pontos de conflito que a família enfrentou ao longo do século XIX, que podem ser estendidos ao contexto da novela. O primeiro deles é o dinheiro, pois era por meio dele que se iniciava um casamento, através do pagamento do dote para a família do marido. Dessa forma, diversas famílias se iniciavam por interesses financeiros ou de ascensão social, como é o caso da família de Laura.

O segundo ponto é a honra. Tudo o que pudesse manchar a reputação de uma família era considerado ameaça e a pressão recaía especialmente sobre as mulheres, que deveriam manter a castidade e o pudor.

A perda da virgindade antes do casamento, o adultério e os filhos ilegítimos eram considerados uma desgraça maior para a honra da família do que a falência, por exemplo. Essa imposição se dava sobre as mulheres. No caso de *Lado a Lado*, o fato de Edgar ter tido uma filha fora do casamento não foi considerado um escândalo. Ele fazia visitas frequentes à Melissa, em diversos ambientes as pessoas sabiam que ele era o pai da criança, enquanto Catarina deveria manter a relação em sigilo.

Além disso, há forte influência do catolicismo sobre a família, que contribuía com a manutenção do sistema patriarcal e pregava, entre diversos outros dogmas conservadores, a indissociabilidade matrimonial. Portanto, qualquer acontecimento que

⁷⁷ Capítulo 50 (05/11/2012) - minuto 29'21". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2226529/programa/?s=0s>

ferisse a honra da família provavelmente teria a culpa lançada sobre as mulheres. O divórcio era uma dessas questões.

A solução para que a família Assunção mantivesse a sua honra seria esconder a separação de Laura. Em solidariedade, Edgar concordou em manter o fim do casamento em sigilo.

Após seis anos, Laura retorna ao Rio de Janeiro e consegue emprego em uma escola, tornando-se professora de Melissa. Catarina, por sua vez, passou a enxergar o retorno de Laura e a possível reconciliação com Edgar um empecilho para a estabilidade da relação que mantinha com ele, compartilhando a responsabilidade pela criação de Melissa, e a ajuda de custo que recebia. Por isso, ela rapidamente procurou afastar a Laura do convívio social, publicando no jornal sobre a sua condição de divorciada, que foi motivo para a demissão da escola.

A sociedade que dizia viver um período de modernização não conseguia aceitar uma mulher divorciada nas escolas ou em qualquer outro tipo de ambiente tido como “honrado”. Após o divórcio ter se tornado público, Laura enfrentou grandes adversidades, olhares maldosos e, até mesmo, a tentativa de abuso sexual do senador Laranjeiras (Dudu Sandroni), para quem trabalhou como secretária por um curto período – abordaremos essa questão mais à frente.

No capítulo 105⁷⁸, a esposa do Senador com quem Laura trabalhava chega no escritório para visitar o marido e destrata a Laura, simplesmente por ser uma mulher divorciada. Ao entrar no escritório do marido, ela afirma: “eu conheço esse tipo de mulher, é uma desclassificada, uma perdida. Uma vergonha ela trabalhar aqui”.

Com o retorno de Laura ao Rio de Janeiro, Edgar vê a possibilidade de uma retomada na relação. Apesar das inúmeras brigas, ambos decidem ser amigos e viver uma relação harmoniosa. A partir daí, eles se reaproximam e decidem por uma reconciliação, que ainda enfrenta algumas “idas e vindas” até o final da novela.

Importante ressaltar que, apesar da trama não transparecer um olhar mais crítico aos possíveis “cerceamentos” na relação do casal, Edgar é, assim como Zé Maria, um homem que, apesar do discurso progressista, compreende que cabe a ele a proteção, a provisão e a liderança do lar. Algo como o discurso tradicional e cristão, que aponta o homem como a “cabeça” da família, tendo a mulher apenas como um “amuleto”.

⁷⁸ Capítulo 105 (09/01/2013)– minuto 16’. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2336557/programa/?s=0s>

Além disso, vale lembrar dos privilégios que ele, enquanto homem, detém em todas as relações sociais, por não ter sido julgado ao assumir um passado com outra mulher, uma filha proveniente de uma relação casual – questões estas que foram motivo de expulsão da Isabel do Morro da Providência, por exemplo, e sua conseqüente demissão do emprego.

Edgar não é cobrado como a Laura pela concretização do casamento, nem mesmo para ter filhos logo no começo da relação. O seu trabalho e cotidiano não são afetados com a notícia do divórcio, ao contrário, cogita-se a possibilidade dele encontrar uma nova esposa, apresentada pela sua mãe: uma jovem viúva.

b. Laura e a família Assunção

Neste tópico, optamos pela reflexão sobre os enfrentamentos que Laura vivia com a própria família. Para além do reconhecimento de seus privilégios enquanto uma mulher branca e rica, Laura percebe a forma como a própria família se coloca socialmente. Trabalhamos, portanto, a diferença na criação de Laura e de seu irmão, Albertinho; a negligência de seu pai; os abusos, mentiras e a manipulação de Constância; além da sua reação diante dessas questões e o comportamento que cada um deles esperava dela.

Constância representa o maior desses conflitos. Ela se coloca como a responsável pela família num nível diferente de Alberto. Enquanto ele é o provedor, mantendo uma fachada social de “chefe da casa”, ela coordena o jogo de aparências, o controle, a moralidade e a imagem da família. Inclusive, Constância justifica todas as atrocidades cometidas em nome da preservação da família como uma instituição que precisa sobreviver à República.

Isso também diz da construção de uma trama com personagens femininas fortes, essenciais para pensar essas articulações. A maioria dos homens da telenovela são, na verdade, frágeis, facilmente manipuláveis, inconstantes etc.

Constância exerce sobre Laura desde as pressões exercidas para que ela deixe de trabalhar, com a concretização do casamento, até a desconfiança de que ela não estaria cumprindo sexualmente com o seu dever de esposa; além do momento em que ela renega a filha após a decisão do divórcio.

Ela manipula, mente, trai, briga, rejeita e julga os próprios filhos e marido. Com Laura, a pressão é ainda maior. Há uma grande diferença na forma como Constância lida

com os problemas de Albertinho e os de Laura. Os homens, sempre perdoados, sofrem menores impactos dos seus erros.

Comparados ao divórcio, por exemplo, os erros de Albertinho são considerados aceitáveis pela família, caso permanecessem ocultos. Ter se relacionado com a Isabel não foi uma questão. Só seria um problema caso ele tivesse a intenção de manter um relacionamento estável.

Além disso, existe uma tensão entre mãe e filha com relação à compreensão do papel social da mulher. Ao performarem esses papéis de forma diferente, ambas se sentem frustradas. Há um choque geracional e temporal entre elas, pois, enquanto Constância está sempre voltada para o passado colonial e reivindica que a filha aceite as “regras” de conduta, Laura se encaixa ao discurso da modernidade. Porém, qual é a modernidade aspirada por Laura? Essa pergunta será importante para refletirmos sobre as tensões ideológicas entre ela e a Isabel. Essa modernidade que ela tanto prega também pensaria as condições de existência das mulheres negras?

Voltemos às tensões estabelecidas entre Laura e Constância. Quando sua mãe descobre que ela tem trabalhado escondida na Biblioteca Municipal, esse choque temporal das visões de mundo entre elas se torna nítido:

Constância: um trabalho? Você está noiva!

Laura: eu estudei. Não fiz o curso normal à toa.

Constância: mas era um passatempo, enquanto o seu noivo estava em Portugal. Desde menina você tem essa mania, de largar as bonecas, as mais lindas, para se apegar aos livros. Agora essa! Onde estamos, meu Deus do céu, onde é que nós vamos parar?

Laura: não sei onde vamos parar, mas que seja bem longe. Estamos em 1903, o século XIX acabou, a monarquia se foi.

Constância: o mundo continua o mesmo, com as mesmas regras e os mesmos valores, se engana quem pensa que pode ser diferente.

Laura: se engana quem pensa que pode ser igual. Ou a senhora acredita mesmo que o tempo passa e as pessoas não mudam?

Constância: você acha que o seu marido vai permitir uma insanidade dessas? Ensaíos, teatros, beijos... Eu sou a sua mãe, eu posso perdoar, mas o seu marido... no dia do seu casamento, quando você entrar naquela igreja, eu estarei acompanhando cada passo seu até o altar. Um por um. Até o seu pai entregar você ao Edgar, e essa conversa vai ficar esquecida no tempo, filha, como um devaneio. E você mesma vai esquecer dessa moça tão cheia de fantasias...

Laura: não são fantasias!

Constância: são maluquices! Que em breve, diante do padre, com a benção de Deus, estarão mortas e enterradas para sempre!⁷⁹

⁷⁹ Capítulo 1 (10/09/2012), minuto 16'43". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2132479/?s=02m58s>

Constância também tenta exercer o controle sobre a relação sexual de Laura e Edgar. No começo do matrimônio, ela obrigou a irmã, Celinha, a levar a Laura ao médico, com o intuito de conferir se ela havia perdido a virgindade e se estava “cumprindo com os deveres de uma mulher” corretamente.

Tudo isso acontecia, porém, porque Constância tinha um único objetivo: ascender socialmente. A garantia do matrimônio possibilitaria que Assunção conquistasse um cargo político de prestígio, através da nomeação do Senador Bonifácio. Essa era a justificativa utilizada por Constância para manter o controle de todas as ações de seus filhos e marido. Portanto, nada que pudesse “manchar” a reputação da família Assunção passaria despercebido por seus olhos.

Laura: a minha vida não é assunto seu, a minha vida íntima muito menos.

Constância: a sua vida íntima interfere na vida de toda família, portanto, me diz respeito. Não minta, Laura, você está cumprindo com os seus deveres matrimoniais?

Laura: eu não vou responder a essa pergunta. A senhora enlouqueceu? Você quis forçar esse exame pra saber se eu ainda era... - Constância interrompe-

Constância: não seria necessário se você agisse como a mulher casada que é [...]

Laura: a senhora entende que isso não é normal? Falar assim com as pessoas, agir assim... Isso é doença.

Constância: me respeite porque eu sou sua mãe! Mas tudo que eu faço... de que adianta me esforçar, de que adianta sofrer por sua causa? Eu não preciso de exame nenhum, Laura, basta olhar para você. Os quartos separados, o seu jeito... não, você não se deitou com o Edgar, não tem brilho nenhum nos seus olhos, só revolta. E isso não dá brilho a uma mulher, minha filha.

Laura: se a senhora está procurando em mim o que vê quando olha no espelho, não vai encontrar nunca. Nós duas somos mulheres muito diferentes.⁸⁰

Quando Laura passa pela gravidez de risco longe do marido e, em seguida, decide se divorciar, Constância afirma que ela só fará isso “por cima de seu cadáver”, e que isso é uma “insanidade”. Lamenta que, depois de tudo o que ela e Assunção fizeram por esse casamento, eles irão pagar o preço de viver com uma filha divorciada. Porém, Laura já está decidida e ciente das consequências que irá enfrentar.

Constância: você se acha muito especial, muito diferente de todas as mulheres, não é? Pois saiba que você é igual a todas as outras. Isso acontece todos os dias, é assim que o mundo gira, com homens discretos, mulheres silenciosas e um casamento que dura uma vida inteira.

Laura: uma grande encenação.

Constância: que seja... o teatro não é uma arte?

Laura: mas eu prefiro a coxia, a plateia, o anonimato. O palco não é para mim, mãe, e nem essa vida que o Edgar tá me oferecendo.

⁸⁰ Capítulo 16 (27/09/2012), minuto inicial. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2161274/programa/?s=0s>

Assunção: filha, o mundo não se faz e nem se desfaz em um dia.

Laura: o meu mundo já se desfez, pai, eu já pensei tudo o que eu tinha para pensar

Constância: você acha que está pensando, minha filha, mas você está apenas sentindo, se deixando levar por um coração machucado. Põe a mão na consciência, Laura, você não pode perder um homem como o Edgar.

Laura: ele é que vai perder uma mulher como eu, aliás, já perdeu. Dá licença... eu preciso de um pouco de silêncio.

Constância: eu dei à luz a essa menina Assunção, eu alimentei, eduquei, amparei... e agora o que eu recebo em troca? Uma mulher sem juízo, sem valores, sem respeito pelos próprios pais. Eu não vou aceitar uma filha divorciada, Assunção!⁸¹

O discurso de Constância reproduz todos os valores que a sociedade conservadora da época pregava. Valores pensados por e para os homens brancos. Quando uma mulher se divorciava do marido, ela era a única a pagar o preço por um casamento falido. Ela era considerada a culpada por ferir a moral, os bons costumes e a família. Quando a separação entre Laura e Edgar é firmada, Constância renega a própria filha. Laura é enviada para uma das fazendas da família, onde vive por seis anos, e Constância pede que Edgar mantenha em sigilo a separação no Rio de Janeiro. Ao longo desses seis anos, a família vive a mentira de que Laura está fora da cidade para tratar dos “nervos”. Isso porque quando uma mulher desobedecia a ordem, geralmente era considerada histérica.

Ora, em diversos diálogos ao longo desse tópico, Constância aponta um juízo de valor sobre a sanidade da filha. Ela comenta que suas ideologias são “loucura”, que a decisão pelo divórcio é uma “insanidade”, reproduzindo uma percepção comum até mesmo da própria medicina dos séculos XIX e XX.

Ao final da trama, Constância descobre que Laura estava escrevendo uma matéria sobre os escândalos de abuso de poder do governo que envolveriam o seu pai, então Senador da República. Quando ela confronta a filha, elas acabam discutindo e Laura afirma estar decidida em publicar a matéria. Para impedir mais um escândalo, Constância interna a própria filha em um sanatório.

No sanatório, Laura conhece Judith, jornalista que havia sido internada por seu ex-marido, há 11 anos, sem nenhum diagnóstico de problemas psicológicos. Assim como Laura, ela foi para o sanatório por não corresponder com as expectativas sobre o papel que uma mulher deveria desempenhar.

A telenovela traz uma reflexão importante com relação aos estudos de medicina da época, que na maioria dos casos, entendiam que as mulheres tinham problemas

⁸¹ Capítulo 50 (06/11/2012), minuto inicial. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2228702/?s=0s>

psicológicos, como a histeria. Em entrevista para o portal Terra⁸², Claudia Lage afirma que o momento da trama foi inspirado em casos reais:

Era uma prática comum no século XIX, que perdurou até meados do século XX. Na pesquisa que nossa pesquisadora, Luciane Reis, fez pra gente, os prontuários dos médicos eram impressionantes. As justificativas para a internação parecem inverossímeis aos olhos de hoje. 'A paciente apresenta grave obsessão por livros', 'desprezo pela família', 'excitação sexual nervosa'.

No capítulo 82⁸³, mesmo já tendo passado um longo período do retorno de Laura para o Rio de Janeiro, ela e Constância ainda vivem uma relação conflituosa, principalmente depois do escândalo da separação. Alberto Assunção decide levar a filha até a sua casa, dizendo que sua mãe gostaria de falar com ela:

Constância: por que você trouxe essa jovem a minha casa?

Laura: pai, o senhor disse que ela queria falar comigo

Constância: eu nunca disse que queria falar com você!

Alberto: Constância, calma!

Constância: Alberto, eu já te disse. Eu não quero ver e muito menos falar com essa moça

Alberto: essa moça é a sua filha. É nossa filha!

Constância: era! Quando morava aqui nessa casa, quando me ouvia, quando ainda era casada com o Edgar. Mesmo quando não concordávamos, nós vivíamos sob os mesmos códigos morais, mas essa moça resolveu romper com tudo, moral, reputação, costumes...

Laura: pai, eu só vim porque você disse que ela tava preocupada comigo. Eu não tenho que ouvir isso.

Constância: você tem que ouvir isso e muito mais!

Alberto: chega! Chega vocês duas! Vocês são mãe e filha, vocês têm que se entender. Vocês estão afastadas há seis anos, não são seis dias, nem seis meses. São seis anos! Nunca mais vão falar uma com a outra é isso?

Além disso, em um diálogo com Albertinho no capítulo 83⁸⁴, Constância escancara o seu machismo e a diferença na forma como os filhos foram criados. Ainda que Albertinho tenha engravidado uma mulher negra, ainda que ele não tenha um emprego, ainda que ele esteja sempre na rua com os amigos, Constância não deixa de defendê-lo. Nenhum de seus erros poderia ser comparado ao de uma mulher. Nem mesmo iriam ferir a reputação de uma família como a notícia de um divórcio.

Albertinho: me conta, por que a senhora não quis receber a Laura em casa?

⁸² <https://www.terra.com.br/diversao/tv/novelas/lado-a-lado/lado-a-lado-historia-de-laura-em-sanatorio-e-inspirada-em-fatos-reais.f4a863280e53d3-10VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

⁸³ Capítulo 82 (13/12/2012) – minuto 12'57". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2293544/programa/?s=0s>

⁸⁴ Capítulo 83 (14/12/2012) – minuto 6'14". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2295529/programa/?s=0s>

Constância: ela não é como você meu filho, ela sequer considera os meus conselhos, deu as costas à família.

Albertinho: é, minha mãe, mas a senhora não pode virar as costas e ela. É a sua filha.

Constância: uma filha que me quer humilhada, comentada, reclusa com vergonha de ir às ruas e ser alvo de galhofas.

Albertinho: reclusa, minha mãe? Estava na rua até agora!

Constância: estava na igreja. Foi o que me restou.

Albertinho: mãe, a senhora tem sido tão tolerante comigo, que cometi tantos erros. Engravidei uma mulata, me envolvi em um atropelamento, fiz papel de palhaço na confeitaria...

Constância: você é homem, meu filho. A sociedade absolve os homens. Enquanto às mulheres cabe sempre a condenação.

Albertinho: mas a Laura deve estar precisando do seu apoio.

Constância: pois então ela devia revogar esse divórcio, dar fim a essas fantasias de independência e se retratar da decepção que ela causou a todos nós.

Quando Laura e Edgar estavam em harmonia, Constância a pressionava por outros motivos, como para que a filha se afastasse de Isabel. Como mencionado no tópico (c) da relação conflituosa de Isabel com a família de Laura, Constância considerava que a amizade entre uma mulher branca e uma mulher negra não poderia ser escancarada diante da sociedade carioca. Ela recusava a relação de Laura com Isabel, não só por causa de Albertinho, mas porque a proximidade de Isabel de sua família poderia ser prejudicial, também, à reputação do nome Assunção.⁸⁵

c. O mundo do trabalho: literatura e jornalismo como espaço de luta

O principal motivo pelo qual Laura luta ao longo da trama é o desejo de ocupar um espaço no mercado de trabalho. Desde o começo da história, ela aproveita as pequenas oportunidades de estar nesse lugar. Isso porque, apesar de ter tido a chance de estudar, a crença, à época, era de que a prioridade de uma mulher de classe alta, mesmo antes do casamento, deveria ser a dedicação aos cuidados com a vida familiar.

Laura trabalhava na Biblioteca Municipal escondida de sua família, ministrando aulas de literatura. Quando sua mãe descobre, ela arma para que a filha seja demitida, mas Edgar conquista o emprego de volta para a esposa no início do casamento.

⁸⁵ O seu julgamento moral sobre o comportamento de seus filhos e marido não levavam em consideração suas próprias atitudes, que poderiam ser condenáveis em um nível muito maior do que às demais atitudes da família. Constância teve amantes; planejou a morte de um bebê; sequestrou o próprio neto; manipulou o marido, o filho e os próprios amantes e minava as relações que se impusessem sobre o seu caminho, como quando tentou destruir a carreira de Catarina.

Passados os seis anos do divórcio, quando Laura retorna para o Rio de Janeiro, ela consegue um emprego em uma escola de freiras da cidade. Porém, logo que a notícia se espalha, ela é demitida e enfrenta um período de dificuldades no mercado de trabalho. Poucas eram as oportunidades para uma mulher divorciada.

Se, à época, as mulheres precisavam da permissão dos maridos para trabalhar fora de casa, se eram malvistas ao andarem pelas ruas desacompanhadas e, se não poderiam tomar decisões sobre o próprio corpo, as mulheres divorciadas eram ainda mais discriminadas.

No capítulo 95, Laura consegue novo emprego, em uma sapataria. Ao contar para Isabel, ela afirma ter dito ao dono do estabelecimento que era divorciada, ao passo que ele reagiu normalmente à notícia. Esse comportamento deixa Isabel desconfiada das intenções do senhor, já que ela sabia como eram tratadas as mulheres divorciadas.

Laura: a conversa foi ótima, só no final eu reuni toda a minha coragem...

Isabel: mas você contou ou não sobre o divórcio.

Laura: “seu Veronésio, tem uma coisa que o senhor precisa saber sobre mim. Eu sou divorciada”.

Isabel: fez bem, Laura. Esconder seria pior... Mas e ele?

Laura: ele? Ele perguntou se pra calçar os sapatos precisava ser casada.

Isabel: ele está certo, não é? Mas assim, uma reação assim tão despreocupada, chega a ser estranho, não?

Laura: é, ele disse que eu parecia uma moça discreta, direita. Começo amanhã, não é ótimo?

Isabel: é, é ótimo.

Laura: mas?

Isabel: ah, tomara que esse italiano seja diferente mesmo, não sei, a gente tem sempre o direito da dúvida, não é?

Laura: não Isabel, não... Não, eu me recuso a desacreditar na humanidade inteira.

Isabel: é, mas todo mundo tá julgando a gente sempre, não é? ⁸⁶

Essa desconfiança não é à toa. Alguns dias depois, Laura foi demitida da sapataria, por insistência de Constância. Sabendo da notícia, o Senador Laranjeiras a convidou para trabalhar como secretária em seu escritório. Mesmo já tendo sido convidada para trabalhar com Edgar, Laura decide aceitar o convite do Senador, com o objetivo de conquistar maior independência.

No entanto, as intenções do político não eram as mesmas que as de Laura. Ele a convidou para jantar no seu primeiro dia de trabalho e, logo, Laura percebeu o que poderia estar acontecendo. No dia seguinte, ela decidiu se demitir, mas sofreu uma tentativa de estupro.

⁸⁶ Capítulo 95 (28/12/2012), minuto 9'24". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2318046/?s=11m14s>

Senador Laranjeiras: mas como é que pode ser isso, menina? Eu não vou aceitar a sua demissão, eu preciso dos seus serviços.

Laura: Senador eu sinto falta das crianças.

Senador Laranjeiras: das crianças, Laura, francamente!

Laura: o magistério sempre foi a minha vocação.

Senador Laranjeiras: eu não estou entendendo. Eu te ofereci um emprego e você recusa um jantar, a minha esposa te diz meia dúzia de impropérios e você se ofende?

Laura: claro, me senti ofendida sim.

Senador Laranjeiras: e quem te deu o direito de se sentir ofendida, menina? Quem está ofendido aqui sou eu. Eu te estendi a mão e até agora não vi um gesto de reconhecimento, a gente vai ter uma conversa séria.

Laura: a gente pode até conversar, Senador, mas primeiro abre a porta!

Senador Laranjeiras: você é uma mulher experiente, vivida, sabia muito bem o que eu esperava de você quando eu te contratei.

Laura: o senhor me contratou pra ser a sua secretária.

Senador Laranjeiras: eu ia contratar uma mulher pra fazer essa função, com tanto auxiliar por aí?

Laura: eu exijo que o senhor abra essa porta agora!

Senador Laranjeiras: exige? Eu ainda estou aguardando uma amostra da sua gratidão.

Laura: isso que o senhor está pensando não vai acontecer nunca. O meu único interesse nesse escritório sempre foi o trabalho.

Senador Laranjeiras: e quem quer saber do seu interesse, menina? Trabalho é a última coisa que eu quero com você e você não está em condições de querer nada nesse momento.⁸⁷

Figura 19 – Senador Laranjeiras assedia Laura



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2338757/?s=29m06s>

No momento em que Laura lutava contra o Senador, presa no escritório, ele afirmou: “não banque a donzela comigo! Eu sei muito bem o que deseja uma mulher

⁸⁷ Capítulo 106 (10/01/2013), minuto 26’49”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2338757/?s=31m44s>

divorciada. Eu vou provar isso com o seu consentimento ou não”. Graças à Isabel e à tia Celinha, porém, Laura foi salva das mãos do Senador.

Além de exercer o magistério, Laura passou a escrever para o jornal Correio da República, um dos veículos de comunicação mais progressistas da época, com o pseudônimo Paulo Lima. Ela usa o pseudônimo masculino porque as reportagens escritas por mulheres não eram legitimadas, visto que, de acordo com o pensamento da época explicitado na telenovela, elas não teriam a capacidade de produzir um trabalho bem apurado sobre política, economia e outros assuntos relevantes. Ao final da trama, aliás, Laura chega a ser premiada por seu trabalho como Paulo Lima. No entanto, por ter sua identidade revelada, ela perde a indicação ao prêmio.

Ainda no começo da trama, Laura já se deparou com o preconceito dos jornalistas amigos de Edgar, o Carlos Guerra e o Jonas, quando se ofereceu para revisar os textos do jornal e foi respondida com risadas. O próprio Edgar, inclusive, foi conivente com a ação dos amigos.

Laura: se vocês precisarem, eu escrevo bem, posso fazer revisão nos textos
Guerra: Edgar que se cuide, daqui a pouco é ele quem vai estar servindo café!
Laura: você devia ter vergonha de falar isso!
Guerra: o que? Não, Laura, desculpe... Eu tava só, enfim...
Laura: não, nem de brincadeira. Me surpreende você, Guerra, falando isso
 - *Laura é chamada pela Matilde para atender uma visita* -
Edgar: você não devia ter cutucado a onça (*ele e Jonas riem*)⁸⁸

Após descobrir a identidade de Paulo Lima, Edgar incentivou Laura a se revelar e a publicar matérias com o seu verdadeiro nome. No entanto, ela recebeu respostas negativas de todos os jornais da cidade, considerando que a publicação do texto de uma mulher poderia prejudicar a reputação do veículo. Há, além disso, a ideia de que as mulheres que haviam ocupado esses espaços anteriormente, só o fizeram porque foram auxiliadas pelos maridos. Esse conflito é evidenciado quando Guerra, já consciente de que Laura era a jornalista por trás do pseudônimo de Paulo Lima, procura “justificar” o porquê de não publicar os textos com o seu próprio nome. Na cena, Laura fica ainda mais indignada com a injustiça da fala do jornalista, ao ver explícito o machismo da posição dele.

Guerra: eu não sei como dizer... vocês são meus amigos. É que, na verdade, seria um risco muito grande pro jornal divulgar agora que o Paulo Lima é uma mulher. Como eu disse, não é comum, os leitores vão estranhar.
Laura: mas eles já conhecem, eles já gostam dos meus textos.

⁸⁸ **Capítulo 35 (19/10/2012)**- minuto final. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/2199195/programa/?s=0s>

Guerra: não, Laura, eles gostam dos textos do Paulo Lima. Eu, agora, consegui novos anunciantes. Pela primeira vez na minha vida tô tirando o pé da lama.

Edgar: mas o que é que isso tem a ver com a Laura assinar as matérias dela, Guerra?

Guerra: Edgar, quando os leitores souberem que é uma jornalista ao invés de um jornalista assinando, isso pode comprometer a credibilidade da matéria, por melhor que ela seja.

Laura: e você vai compactuar com isso? O meu texto é o texto do Paulo Lima, mas se for assinado por um homem tem mais valor? Se for assinado por mim, não tem valor nenhum? O mesmo texto? Com a mesma qualidade?

Guerra: desculpa, Laura, desculpa. O que eu posso fazer, no momento, é continuar publicando o Paulo Lima.

Laura: não existe mais Paulo Lima, Guerra, ele morreu. Se você quer publicar essa matéria do carnaval, ou qualquer outra, você vai ter que publicar com o nome de quem realmente escreveu: Laura Vieira.

Vale salientar que as adversidades encontradas por ser uma mulher divorciada não minaram os sonhos de Laura. Ela seguiu na luta para se dedicar à literatura e ao magistério. Como mencionado na descrição sobre a personagem, ela se tornou a diretora da escola do Morro da Providência, fundada em parceria com a Isabel, o Edgar e a Sandra, e passou a dar aulas para crianças e adultos da favela.

3.4. Por uma análise crítica interseccional: as tensões entre os mundos de Laura e Isabel

Ancorados nas discussões abordadas até então, refletiremos sobre o desenvolvimento da amizade entre as duas personagens, atentas não só ao afeto que elas nutrem uma pela outra ao longo de suas trajetórias, mas também às tensões que se interpõem a essa amizade, devido ao fato de serem mulheres de universos, núcleos de apoio e classes sociais diferentes.

À luz das propostas do pensamento feminista decolonial e, também, de autoras que abordam o conceito de interseccionalidade, trabalhamos os enfrentamentos e os atravessamentos na vida das duas amigas. Para além disso, refletimos sobre os corpos representados na trama e as próprias limitações postas na análise deste trabalho.

3.4.1. Definições sobre os papéis de gênero: entre o lugar social destinado às personagens e a busca pela liberdade

Laura e Isabel são representações de um tempo histórico em que as mulheres tinham seus corpos, ações e desejos minados por uma política de hierarquização e poder

de forma ainda mais incisiva. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a categoria gênero é um elemento estruturante da colonialidade, tendo sido produzida por meio de um caráter fixo e permanente da oposição binária, que insere os homens em uma posição de poder.

O gênero é, portanto, uma “tecnologia social”. Ou seja, é a representação de uma relação social, produto de discursos, epistemologias e práticas. Sendo assim, sua construção promove representações em que os indivíduos se veem definidos (e oprimidos) pelo gênero (LAURETIS, 2019).

Lugones (2020) afirma que, “o alcance do sistema de gênero imposto por meio do colonialismo inclui a subordinação das fêmeas em todos os aspectos da vida”. Em *Lado a Lado*, essas diferenças já estão bem definidas entre os personagens. O “lugar da mulher” é dentro de casa, cuidando dos afazeres domésticos e da boa reputação familiar. Para andar nas ruas, somente se estiverem acompanhadas. Sua educação básica era voltada especialmente para o lar. O maior sonho de qualquer mulher deveria ser constituir uma família. Sua sexualidade era tabu. E o trabalho era função das mulheres pobres ou negras que, ainda assim, ocupavam cargos subalternizados e que não necessariamente demandavam um esforço intelectual.

Sendo assim, Butler (2019) argumenta que a compreensão sobre o feminino está sedimentada em discursos que prefiguram e restringem os usos do termo, ancorada em uma série de violações. Nesse sentido, a “matéria”, que é esse corpo feminino, estaria constituída por meio da exclusão.

Ainda que Laura e Isabel se recusem a aceitar as posições sociais predefinidas a cada uma delas, esse enfrentamento produz consequências em suas vidas. A relação de Isabel com Albertinho e a consequente gravidez acarretam não só a perda de pessoas importantes de seu convívio social, como a rejeição de Afonso e a separação de Zé Maria, mas também em questões sociais muito mais amplas: a saída do Morro da Providência; a demissão do emprego; a rejeição no mercado de trabalho; a perda da autoestima; a ansiedade pelo perdão do outro – que, além disso, reforçam uma crença de que ela não seria digna de amor; as tentativas de compensação em busca de trabalho, sucesso e/ou correção moral.

Além do fechamento de seu círculo social e o reconhecimento de espaços de afetos que não haviam sido explorados, como o apoio de Tia Jurema, dos personagens do Teatro Alheira e suas experiências no exterior. Na tessitura dessas novas e antigas relações que se fortalecem, Isabel reconstitui sua autoestima e recupera o seu lugar social.

Apesar de ascender socialmente com os novos rumos de sua vida profissional, Isabel enfrenta novamente a rejeição de seu pai e, além disso, o peso social de ser considerada uma mulher vulgar. Quando ela retorna para o Brasil, além disso, a trama reduz Isabel apenas a uma dançarina. No entanto, já tendo deixado de subir aos palcos, Isabel se torna uma grande empresária. Ela compra e ajuda a reerguer um teatro que estava indo à falência; ajuda a criar peças brasileiras, com o incentivo à valorização de nossa cultura e, além disso, constrói uma escola no Morro da Providência, para que as crianças da favela tenham acesso a uma educação de qualidade. Em diversos momentos da novela, ela se apresenta como uma grande líder. Uma mulher inteligente, criativa, diplomática, objetiva, assertiva e que, infelizmente, é reduzida à dança.

Não negamos a importância do talento que ela tem e da relevância que o samba teve em sua vida, abrindo caminhos para que ela fosse a empresária que é. Entretanto, os personagens a reduzem apenas ao seu talento artístico, invisibilizando a sua capacidade intelectual.

Já a decisão de Laura de seguir com o magistério, mesmo depois de casada, gera desavenças constantes com sua mãe. Ela também enfrenta o peso de ser uma mulher divorciada, não só pelas dificuldades em arrumar um emprego, mas por ser percebida como uma mulher sem valores – exemplo desses preconceitos são quando ela sofre a tentativa de assédio sexual no trabalho; ou quando Fernando, seu cunhado, tenta agarrá-la no carro, com o intuito de se vingar do irmão.

Além disso, no mercado de trabalho, Laura precisa lidar com as relações de poder, que dão ao homem o privilégio de definir em que uma mulher pode ou não trabalhar, ou do que ela é capaz de produzir. No capítulo 95, as duas amigas comentam essas perdas questionam se escolha de viverem de uma maneira diferente do que impõem sobre as mulheres estaria valendo a pena:

Isabel: tem horas que eu me pergunto se vale a pena.

Laura: Isabel, você morou num cortiço e é dona de um teatro

Isabel: ah, Laura, mas esse sucesso me custou o meu pai, me custou o Zé Maria.

Laura: é, eu sei, tá errado. Tá errado, a gente não devia ter que pagar tão caro. E tudo isso, por quê? Por que a gente vive do jeito que a gente escolheu? Do jeito que a gente quer? As pessoas não deviam se sentir afrontadas. Isso devia ser lei, sacramentada em cartório.

Isabel: Laura, você falando, parece simples.

Laura: é, mas não é, né? Amanhã é aniversário do meu pai e eu não vou à festa, eu não fui convidada.

Isabel: você nasceu num palácio e vai trabalhar numa sapataria...

Laura: que você quer dizer com isso?

Isabel: que eu tenho muito orgulho de você, minha amiga. Liberdade custa caro sim, a gente tá pagando.

Laura: liberdade não tem preço, Isabel!⁸⁹

Vale ressaltar que, mesmo quando essas mulheres ultrapassam alguns limites impostos, a cobrança pelo cumprimento de outras normas sociais continua prevalecendo, como por exemplo: a necessidade de exercer a maternidade, como quando a Laura e o Edgar recebem seus pais para um almoço na primeira semana de casamento e Constância menciona o desejo de ter netos; de performar feminilidade, quando Constância cobra de Laura que ela cumpra com os atributos de uma esposa; de seguir valores cristãos, quando Isabel é solicitada a deixar de andar com Tia Jurema por praticar “feitiçaria” ou, então, quando ela é expulsa do morro por ter engravidado antes do casamento – o que é um valor cristão; e de se submeter a situações em que o homem detém o controle.

No entanto, Butler (2019) também afirma que o feminino não monopoliza a esfera dos excluídos. Isso porque, como vimos, outros corpos também são produzidos no apagamento. A interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade, como aponta Lugones (2020, p. 59), “revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra”. Por isso a importância da perspectiva do feminismo decolonial, que propõe o tensionamento da heteronormatividade, da classificação racial e do sistema capitalista.

A seguir, refletimos sobre as tensões presentes na amizade de Laura e Isabel, a partir, justamente, da compressão de que existe uma dimensão interseccional das categorias de raça, gênero e classe, que são invisibilizadas pelo afeto. Por isso, uma análise crítica interseccional, permite reconhecer que, apesar do elo de amizade entre as duas, que afirmam não ter mais nada no Rio de Janeiro, a não ser o ombro uma da outra, as imposições da matriz colonial geram uma sobreposição de opressões sobre a vida da mulher colonizada.

3.4.2. Um olhar sobre as tensões e as interseções entre Laura e Isabel

Laura e Isabel se tornam grandes amigas desde o terceiro capítulo da novela, por meio do qual se desenvolve o eixo central da trama: uma relação de troca, carinho, apoio, segurança e irmandade. Assim que finaliza o primeiro diálogo entre as duas, elas decidem

⁸⁹ Capítulo 95 (28/12/2012), minuto 12’28”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2318046/?s=10m45s>

se chamar de amigas. Porém, essa amizade se desenrola de forma sutil, em meio às dificuldades enfrentadas por cada uma delas. Quando Laura e Isabel se veem sozinhas em suas batalhas, elas se tornam “o ombro” uma da outra, como a própria Isabel afirma no capítulo 61: “o que a gente tem no Rio de Janeiro a não ser o ombro uma da outra? De certo a gente só tem a nossa amizade”.

Porém, a linda amizade entre elas já vive, desde o começo, um abismo social que não pode ser ignorado. Os sistemas de dominação impostos sobre a vida delas são múltiplos e, portanto, as atingem de maneiras singulares. Por ser uma mulher branca e da elite, a Laura viveu suas experiências em um lugar de privilégios com relação a Isabel, que vive um entrecruzamento entre a condição de ser mulher, de ser negra e de ser pobre.

As oportunidades de acesso à educação e aos serviços básicos de saúde, por exemplo, colocariam a Laura em uma posição vantajosa diante de Isabel. O acesso a lugares públicos, viabilizado pela condição financeira de sua família e, também, por sua cor, são outros privilégios importantes. Além de ter vivido em uma moradia com o maior conforto possível, enquanto Isabel lutou para ter o barraco construído com as próprias mãos no Morro da Providência.

Laura também não precisou trabalhar desde a infância para ajudar no sustento da casa. Enquanto uma de suas maiores lutas, na trama, é pelo direito ao trabalho, Isabel já ocupava o mercado de trabalho desde a adolescência. Além disso, ela não enfrentou dificuldades externas em suas relações, como é o caso do romance de Isabel e Zé Maria, que foi interrompido pela derrubada dos cortiços.

Quando todos do Morro da Providência descobrem que Isabel está grávida, ela precisa encarar o escândalo e seguir em frente, mesmo diante da humilhação e dos comentários maldosos. Ela não tem o direito de pausa. Sua vida segue, com mais uma preocupação: a busca por um emprego para, em breve, conseguir alimentar outra boca. Por outro lado, quando Laura decide se divorciar de Edgar, ela tem a opção de viver em uma das fazendas da família, longe da cidade e da possibilidade de que um escândalo desmanche a sua reputação.

Assim, pensar a interseccionalidade é refletir que as reivindicações de mulheres como a Laura não deixam de ser relevantes em nossa sociedade. Porém, existe um emaranhado de opressões que atinge de forma mais brutal a vida de mulheres como a Isabel. Por isso, “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo

cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. (AKOTIRENE, 2019, P. 19).

Não pretendemos, neste trabalho, hierarquizar as formas de sofrimento femininas. Todo sofrimento está atravessado pelas estruturas. A interseccionalidade foi pensada justamente para impedir que ocorram comparativos com relação às opressões. O que importa, para nós, é compreender de que forma as condições estruturais atravessam e reposicionam esses corpos (AKOTIRENE, 2019).

A interseccionalidade reconhece que, além de pertencermos a um grupo e estarmos, dentro desse grupo, vulneráveis a um determinado tipo de preconceito; a complexidade de nossas identidades pode moldar maneiras específicas sobre como vivenciamos esse preconceito. Laura e Isabel são mulheres e, por isso, vivenciam o sexismo. No entanto, as mulheres negras estão sujeitas a formas de opressão, exploração e violência sexistas diferentes das mulheres brancas, por exemplo. Essa dimensão individual/subjetiva é importante para uma análise interseccional (COLLINS, 2021).

No primeiro capítulo, refletimos sobre o lado visível e o lado oculto da categoria gênero no pensamento colonial e a violência que se sobrepõe à vida das mulheres colonizadas. Isso porque

também é parte dessa história o fato de que só as mulheres burguesas brancas são contadas como mulheres no Ocidente. As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de serem ‘sem gênero’, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem características da feminilidade (LUGONES, 2020, p. 73-74).

Por isso, também é notável a necessidade da trama em posicionar a Isabel no lugar da “mulher forte” e “guerreira”. As mulheres negras são cotidianamente inseridas neste lugar, da força, da brutalidade, do “aguentar de tudo”. Simplesmente porque não lhe é dada outra opção a não ser “aguentar”. A animalização imposta pela matriz colonial viabilizou que as mulheres negras fossem estigmatizadas não só como fortes, mas também como raivosas, agressivas e descontroladas – Isabel, inclusive, foi acusada desta última característica várias vezes na trama. Percepções que ainda hoje são necessárias de serem debatidas em nossa sociedade.

Essa percepção é abordada até mesmo por Laura, que em diversos momentos da trama, quando Isabel enfrenta seus momentos de dor, a amiga a elogia por sua força. Uma força que, de acordo com ela, somente a Isabel teria.

Nesse sentido, Laura e Isabel são representadas a partir da dualidade: Emoção x Razão; Impulsividade/Corporalidade x Inteligência. Quando Isabel descobre estar grávida, as duas conversam sobre a impulsividade da amiga, que agiu sem pensar, que “caiu” nas armadilhas de Albertinho. Laura, por sua vez, afirma não ter tido nunca a chance de ser impulsiva, tendo sido sempre cerceada, podada pela família.

Laura: ai, minha amiga, eu tinha tanto medo que isso pudesse acontecer

Isabel: no fundo eu também tinha, mas achei que a vida ia me poupar dessa rasteira

Laura: e o Zé Maria? E o seu pai?

Isabel: meu pai me expulsou de casa. E o Zé... Ah, Laura, os homens não são capazes de entender um erro desses

Laura: eu imagino, imagino como seria a reação do Edgar se isso acontecesse comigo

Isabel: você nunca cairia numa armadilha como essas, você não age por impulso como eu.

Laura: será? Eu não tenho como saber. Eu acho que nem sei o que é um impulso, Isabel. Eu fui criada pra conter os impulsos, não pra poder me deixar levar por eles. Nada de impulsividades, nada de fraqueza, nada de liberdade, sempre vigiada...⁹⁰

Isabel, dessa forma, é representada pela emoção, pela impulsividade, pela raiva, agindo sempre pelas próprias pernas; enquanto Laura tem suas ações justificadas por seus limites, pelos erros dos outros, por deslizos “inocentes”. A clássica medida da colonialidade/modernidade, que considera apenas homens e mulheres brancos/as como sujeitos pensantes.

Além disso, por meio da trajetória de cada uma delas, é possível perceber que a telenovela limita Isabel à sua corporalidade. Mesmo uma mulher alfabetizada e que sabe falar francês é reconhecida apenas por um corpo que é hiperssexualizado. Isso é posto não só na relação com Albertinho, como também na preocupação de Afonso com a profissão que ela escolheu. Como já mencionado, seu trabalho enquanto proprietária de uma escola e de um teatro são minimizados. Ela só é vista e mencionada como uma dançarina e pela possibilidade de que, com essa profissão, seja “alvo” de desejo de muitos homens brancos.

Enquanto isso, Laura é uma professora. Ela fez magistério, dá aulas de literatura no começo da novela e, depois, de alfabetização e letramento no Morro da Providência, e escreve matérias para um jornal. Sua personagem nunca é associada ao próprio corpo. A única menção feita a sua vida sexual, é quando Constância desconfia de que Laura não

⁹⁰ Capítulo 21 (03/10/2012), minuto 30. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2170678/?s=02m57s>

está “cumprindo com os deveres de esposa” no início do casamento com Edgar, ou quando ela é assediada pelo Senador, que só a sexualiza por ser uma mulher divorciada.

Vale lembrar, também, que a Laura, de certa maneira, tenta impor a sua percepção sobre a gravidez de Isabel e a reconciliação com o pai da criança. Isabel está decidida a criar o filho sozinha, tendo conhecimento de todas as dificuldades que poderia enfrentar no caminho; mas, preocupada com o direito do irmão em saber sobre a paternidade, Laura insiste inúmeras vezes para que Isabel repense a sua escolha.

Além disso, quando Isabel descobre que Elias está vivo, a amizade das duas fica estremecida. Por estar entre os conflitos de Isabel com sua própria família, Laura tenta apaziguar a situação e convencer Isabel de que seria uma boa ideia aproximar Elias do pai. Sempre que o tema é debatido, elas se desentendem em alguma medida.

No entanto, há apenas um único momento da trama em que as duas discutem de forma explícita e, como consequência disso, deixam de se falar. Laura permite que seus laços consanguíneos com Albertinho e Constância se entremontem à crueldade cometida contra Isabel. Preocupada com a aproximação de Elias e Albertinho, ela decide levar a criança até a casa do irmão (onde Constância também morava). No entanto, ela havia sido enganada pelos dois, pois Constância aparece para ver o Elias e revela ser a sua avó – momento que a Isabel gostaria de ter evitado a todo custo.

Ao final do dia de trabalho, Isabel percebe que Elias já deveria estar em casa e, preocupada, relembra alguns desses embates com a amiga. Acompanhada da amiga Diva, ela vai até a casa de Constância e encontra Elias.

Laura: Isabel, eu não sei onde eu estava com a cabeça, eu realmente não sabia que ela tava aqui...

Isabel: eu sei onde você tava com a cabeça, você tava com a cabeça nesses monstros aí. Sangue do teu sangue, não é? Laura, a nossa amizade durou o quanto pôde, mas não se pode lavar o seu sangue. Você é filha da Constância.

Albertinho: Isabel, fui eu...

Isabel: cala a boca você, você cala a boca, eu não quero mais ouvir nenhuma surpresa aqui

Laura: Isabel, você tem toda razão de ficar magoada comigo...

Isabel: magoada? Não. Isso é muito pouco, Laura. Você me traiu da maneira mais vil que uma mulher pode trair uma outra mulher. Você colocou o meu filho em perigo!

Constância: perigo? Eu não vejo como...

Isabel: a gente se vê no tribunal, Baronesa. Se existe justiça nesse país, a senhora vai apodrecer na cadeia!

Laura: Isabel, eu não sabia que ela estava aqui, eu achei que era só o Albertinho!

Isabel: se é verdade ou não, isso não faz a menor diferença. Você sabia que isso era o que eu mais temia, Laura. Se você fosse a minha amiga, amiga de verdade, você tinha me protegido!⁹¹

Figura 20 – Isabel discute com Laura



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/2435812/?s=0s>

Quando Isabel afirma que temia esse encontro e que Laura sabia disso, ela reforça o que refletimos anteriormente sobre a diferença entre os conceitos de sororidade e dororidade. Laura nunca conseguiria compreender a dor de Isabel ao ver o seu filho na casa de Constância, sabendo que ele poderia ser humilhado cotidianamente por quem exalta os tempos da escravidão. Ela não entende a dor de uma mulher negra por ter um filho fruto da ilusão amorosa com um homem branco. E ela não questiona o seu papel, enquanto mulher branca e amiga, dentro dessa situação.

Apesar de se reconhecerem enquanto esse porto seguro uma da outra, quando, por exemplo, elas se acolhem em suas casas nos momentos de aflição, não podemos deixar de levar em contas as tensões que são postas e viabilizadas pela análise interseccional e as diferentes formas de experimentar o mundo e as relações.

Ademais, para além das diferenças explícitas entre as personagens, refletidas à luz da interseccionalidade, apontamos alguns recortes específicos que limitam a pesquisa e o próprio aprofundamento da análise crítica interseccional. Isso porque, quando pensamos os corpos representados pelas personagens em eixos específicos, como o corpo do trabalho, o corpo desejado/desejante e o corpo no social, é possível reconhecer que elas

⁹¹ Capítulo 148 (01/03/2013), minuto 17'57". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2435812/?s=0s>

traduzem uma parcela dessas diferenças que não abarcam diversas outras esferas possíveis da análise.

Isabel é uma mulher negra que, como já apontamos, é pensada e construída justamente a partir de sua corporalidade, tanto no universo do trabalho, como na relação do desejo e das percepções sociais que outros personagens têm sobre ela. Nesse sentido, ela é a representação do corpo do trabalho e do corpo desejado.

Ainda assim, Isabel é uma mulher negra de pele clara e, por isso, de acordo com as noções de miscigenação no Brasil, ela teria mais oportunidades no campo social do que uma mulher negra retinta, como a Tia Jurema, por exemplo. Ou, até mesmo a Berenice que tem a pele um pouco mais escura do que a dela. E elas seriam consideradas mais propensas ao trabalho pesado do que Isabel.

Enquanto isso, Laura representa o corpo no social. O corpo que pode circular pela cidade, que teria mais possibilidades de ir e vir, de entrar em qualquer estabelecimento, de ser contratada em um emprego de melhor remuneração e/ou menor esforço físico. O corpo padrão, aceito, desejante – mas não no sentido sexual.

A Laura só é sexualizada na telenovela quando divorciada e, após o assédio do Senador Laranjeiras, ela é acolhida por seus amigos e familiares. Enquanto Isabel é, a todo momento, julgada e acusada por ser esse corpo desejado.

As duas personagens, além disso, são jovens, magras e heterossexuais. Questões estas que não são exploradas pela trama e que poderiam ser indicativos relevantes para o aprofundamento das formas como as opressões se dão a cada uma delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discute como as mulheres são apresentadas na telenovela *Lado a Lado*, a partir da centralidade da diferença e das propostas do pensamento decolonial. Em busca de compreender a construção das personagens Laura e Isabel, seus conflitos e as diferentes formas de opressão impostas a cada uma delas, bem como as tensões e as resistências em suas interações, nos baseamos nas perspectivas da decolonialidade e da interseccionalidade.

Por ser uma telenovela de época, contextualizada entre os anos de 1903 e 1910, recorreremos inicialmente ao resgate histórico dos principais acontecimentos que envolvem a construção da trama desde o final do século XIX. Além disso, refletimos sobre as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas do período e de que forma os setores mais vulneráveis da sociedade eram perpassados por essas esferas.

Essas transformações, acompanhadas do ideal de modernidade, apresentavam também o seu lado oculto: a colonialidade (MIGNOLO, 2008). Ao mesmo tempo em que vivenciávamos um período de avanços e progressos, de discursos sobre o embelezamento da cidade e da melhoria da qualidade de vida, outras camadas sociais permaneciam privadas dessas transformações e, portanto, consideradas parte de um atraso, inferiores e passíveis de sofrerem com as diversas formas de violência. É o caso da população negra e das mulheres.

Nesse sentido, as mulheres negras estavam sujeitas à dupla opressão do racismo e do sexismo. Isso porque foram (e são) privadas de ocuparem determinados espaços, enquanto população negra, e sofrem as violações de uma sociedade patriarcal. Essa percepção fundamentou as nossas reflexões sobre a construção da personagem Isabel. Por isso, consideramos a categoria gênero no pensamento decolonial (LUGONES, 2014) e a ferramenta analítica da interseccionalidade (COLLINS, 2021), como importantes instrumentos para compreender esse movimento.

Nesse sentido, os aspectos de classe, raça e gênero são fundamentais e contemplam a análise proposta para este trabalho. Apesar de existirem outras dimensões possíveis de discussão sobre aspectos que atravessam as personagens, compreendemos que classe, raça e gênero ganham centralidade na construção de suas histórias e das tensões que se interpõem na relação entre as duas amigas.

Refletimos, além disso, sobre as características gerais de uma telenovela de época e, mais precisamente, sobre *Lado a Lado*. Consideramos que as telenovelas são

importantes recursos de conhecimento sobre o Brasil e viabilizam a transformação na forma como determinados grupos sociais são representados. Isso porque existe, ainda, uma sub-representação do negro na telenovela brasileira, por exemplo, calcada em estereótipos enraizados de nossa sociedade, fruto da matriz colonial.

Ainda que seja uma construção ancorada no ficcional, *Lado a Lado* viabiliza essa compreensão da mídia enquanto um dispositivo pedagógico, não só por acionar elementos verossímeis à representação do Brasil do início dos 1900 e apresentar acontecimentos históricos importantes da época, como também por dar a ver pessoas, histórias e memórias que foram invisibilizadas. Este é o caso dos negros e negras que precisaram lutar por moradia, trabalho e pela sobrevivência na capital que os expulsava; que reivindicaram a manutenção de sua cultura e ancestralidade; de mulheres que disputaram o espaço nas escolas e no mercado de trabalho.

Quanto ao contemporâneo, ele é acionado a partir dessa possibilidade de reescrita, de visibilização de novas formas de compreender a história e de transformação os nossos olhares sobre o passado. Olhar para o passado, no presente, implica reconhecer as diferentes vertentes da história que não são contadas, e permite lançar luz sobre as feridas ainda abertas do passado.

A partir dessas reflexões analisamos as personagens Laura e Isabel, ancorados nos eventos narrativos de interseção que constroem a história das duas. Os eventos foram elencados por meio dos seguintes eixos: as relações amorosas, a memória histórica do Morro da Providência, os conflitos e o mercado de trabalho.

Sendo assim, na análise de Isabel, abordamos as idas e vindas de sua relação com Zé Maria que, apesar de apresentar alguns aspectos progressistas, era também fruto de um movimento sexista. Refletimos também sobre a importância dos elementos de resistência da cultura negra, como o samba, a capoeira e a religião de matriz africana, além de elencarmos a força da memória e da história vivida por personagens como Afonso e Tia Jurema.

Acionamos a colonialidade para desenvolver, ainda, a análise da sua relação conflituosa com Constância e Albertinho e, por fim, a sua ascensão no mercado de trabalho e as (im)possibilidades postas a uma mulher negra dentro deste universo. De empregada doméstica à empresária, Isabel permaneceu marcada como o corpo desejado e o corpo do trabalho.

Já na análise de Laura abordamos a sua relação com Edgar e o divórcio; a relação conflituosa com a família, especialmente sua mãe Constância, que exercia uma forte

pressão sobre a obrigação com o cumprimento dos cuidados do lar e do marido. Além disso, refletimos sobre o mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas pela personagem na conquista pelo reconhecimento de suas habilidades, especialmente após a notícia do divórcio vir à tona.

Com relação à amizade das duas personagens e os consequentes conflitos que elas vivenciaram por serem de contextos sociais diferentes, analisamos cada uma delas a partir da ferramenta interseccional, compreendendo os privilégios que a Laura tinha com relação a Isabel e as diferentes formas como as duas se posicionavam e eram posicionadas no mundo.

Na trama, existe apenas um conflito direto entre as duas. Ainda assim, a telenovela apresenta Isabel como a mulher raivosa e descontrolada, ao mesmo tempo em que justifica os erros de Laura por sua ingenuidade. Além disso, enquanto Isabel é apresentada por seu corpo e por suas emoções, atrelada à impulsividade; Laura é apresentada pelas suas capacidades intelectuais. Isso é reforçado, inclusive, pela maneira como as personagens se autodescrevem.

Sendo assim, a trama reforça determinadas ideias estereotipadas relativas às mulheres negras, conduzindo à uma hiperssexualização e ao trabalho braçal. Essas são as possibilidades postas à Isabel, a partir do momento em que a telenovela invisibiliza o seu trabalho enquanto empresária (proprietária do Teatro Alheira), responsável pela construção de peças teatrais brasileiras e dona da primeira escola fundada no Morro da Providência. Ser empresária não é um tema muito desenvolvido na construção da personagens, visto que as pessoas insistiam em reconhecê-la enquanto uma dançarina (e, na maioria das vezes, de forma vulgarizada).

Para além disso, refletimos sobre os corpos representados em *Lado a Lado* e as limitações da telenovela no sentido de uma análise interseccional que viabilizasse o aprofundamento de outras questões, como por exemplo, aquelas relacionadas à estética corporal. As personagens da trama, por exemplo, são mulheres jovens, heterossexuais e, além disso, viviam na capital do Brasil.

Apesar das limitações, *Lado a Lado* é uma telenovela singular, devido à inovação no tratamento de algumas questões. Além da trama central ser focada na relação entre duas amigas, ela também aborda aspectos importantes da história do Brasil e do processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro, bem como a falta de acesso aos direitos básicos a essas pessoas.

Por isso, o acionamento da memória histórica é um fator interessante na construção da trama, que evidencia novos olhares sobre determinados eventos. Além disso, *Lado a Lado* atualiza a representação de época por um viés mais crítico, ao trazer o racismo e o machismo como temas que perpassam as tramas centrais e secundárias.

No entanto, passados quase 10 anos da exibição da telenovela, refletimos: qual seria a relevância de trazê-la novamente ao debate nesta pesquisa, para além das questões já apontadas acima?

Enquanto mergulhávamos pelos capítulos de *Lado a Lado* para refletir sobre o problema desta pesquisa, ouvíamos cotidianamente diversos debates acerca da campanha de vacinação em combate à pandemia da Covid-19 no país e no mundo, contrariada pelo movimento antivacina.

A história do movimento antivacina, porém, é anterior ao desenvolvimento dos primeiros imunizantes e está associada à epidemia de varíola. Como retratamos neste trabalho, *Lado a Lado* apresenta discursos acerca da campanha de vacinação de 1904 que, em certa medida, se assemelham bastante aos que ouvimos atualmente sobre o combate ao coronavírus.

Quando abordamos, além disso, a existência de “duas cidades” em um só Rio de Janeiro, provocada pelo pensamento colonial/moderno de civilização, progresso e embranquecimento social, percebemos que a ideologia retratada pela telenovela faz parte de um movimento que ainda acontece de forma escancarada em nosso país. As favelas e periferias do Brasil permanecem sendo espaços de exclusão social, inferiorização, marginalização e de violência – produzida, inclusive, pelo Estado.

Somente nesse período em que enfrentamos a pandemia de Covid-19, diversas ações policiais nas periferias do Rio de Janeiro provocaram a morte de jovens e adolescentes moradores da região. Em maio de 2020, João Pedro, de 14 anos, foi assassinado dentro da casa de seus tios, em uma operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. O local foi marcado por 72 tiros.

Em outubro de 2020, Maiara Oliveira da Silva, de 20 anos, foi atingida por um tiro quando fechou o portão de sua casa, no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela estava grávida de 5 meses e perdeu o bebê.

Em dezembro de 2020, Rebeca, de 7 anos, e Emily Vitória, de 4 anos, também foram assassinadas na porta de casa, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em maio de 2021, em operação policial, ocorreu uma chacina no Jacarezinho durante uma operação da polícia Civil, que resultou em cerca de 29 mortes.

Esses são apenas alguns dos exemplos da violência cotidiana que ronda as favelas e periferias do Rio de Janeiro, que nos permitem perceber a perpetuação desse processo de desumanização do pensamento colonial. A necropolítica (MBEMBE, 2018) que opera e define os alvos diários da política de morte que assola o nosso país, marcados como “inimigos” de um sistema de segurança racista e que enxerga as vidas passíveis de serem violentadas, excluídas e descartadas.

Sendo assim, a telenovela de época resgata questões do nosso passado que ainda se apresentam como desafios pulsantes do cotidiano. Elas nos possibilitam refletir, além disso, de que forma o tempo tem sido atravessado.

Após quase 10 anos da exibição de *Lado a Lado*, podemos perceber que, apesar da trama ter sido produzida e dirigida por brancos e, por isso, apresentar determinados entraves com relação à representação dos personagens negros/as, como apontamos, ela possui discussões importantes acerca da construção do pensamento social brasileiro.

Entre 2021 e 2022, por exemplo, assistimos tramas que ainda perpetuam histórias apaziguadoras sobre o sequestro, a tortura e a violência cometidas contra os negros e indígenas no Brasil.⁹² Vemos representações de estereótipos clichês sobre os negros nas ficções televisivas. E, além disso, um dos diretores envolvidos na telenovela das 18 horas, foi acusado de racismo ao longo da produção, por separar os elencos de atores e atrizes brancos/as e negros/as nas gravações.⁹³

Acreditamos, então, que as possibilidades de debate levantadas em *Lado a Lado*, o conhecimento histórico-cultural sobre os processos de exclusão e, também, de resistência dos negros no Brasil, são questões relevantes e que precisam, mesmo após 10 anos de exibição, serem vistas, comentadas, estudadas e conhecidas novamente.

Retomando às reflexões sobre o contemporâneo, além de a primeira vítima da Covid-19 no Brasil ter sido uma mulher negra e empregada doméstica, acredita-se que o

⁹² Exibida entre 9 de agosto de 2021 e 4 de fevereiro de 2022, *Nos tempos do Imperador* narra a paixão de Dom Pedro II por Luísa, a Condessa de Barral, em meados do século XIX. No entanto, além de sugerir o racismo reverso, em determinada situação da trama, a telenovela retrata a escravidão de forma romantizada. Há a repetição de um padrão de poder na história e a perpetuação do “branco salvador” como imaginário, enquanto os negros reagem de forma passiva às violações da escravidão. Em entrevista ao Correio Braziliense, a historiadora Juliana Pereira destaca que “essas cenas acabam virando uma verdade absoluta em uma sociedade em que as pessoas ainda tem poucas informações sobre a escravidão”. Leia em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/09/4949297-romantizacao-da-escravidao-nos-tempos-do-imperador-gera-polemica.html>

⁹³ As atrizes Cinnara Leal, Dani Ornellas e Roberta Rodrigues denunciaram o diretor artístico, Vinícius Coimbra, da telenovela *Nos tempos do Imperador*, de racismo. As atrizes afirmaram que o diretor e a sua equipe segregavam os atores no período de gravação, separando-os em elencos brancos e negros. De acordo com os relatos, os atores e atrizes negros/as também foram escalados para a gravação durante o pico de casos da Covid-19, em 2020, enquanto o restante do elenco foi poupado.

elevado número de mortes de pessoas negras e, especialmente de mulheres negras no país, é consequência desse processo histórico de exclusão social e da falta de acesso aos serviços básicos de saúde.⁹⁴

Ademais, o estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS) do Rio de Janeiro informou que a pandemia “piorou o cenário, já desfavorável, para mulheres negras que buscam emprego”, visto que os setores em que elas estariam mais concentradas foram paralisados⁹⁵.

Em *Lado a Lado*, essa dupla violação sobre a mulher negra, como mencionada anteriormente, é também analisada a partir da percepção das diferenças entre as (im)possibilidades de ação de cada uma das personagens. A “força”, repetidamente mencionada sobre a personagem de Isabel, é um demonstrativo de que as mulheres negras precisam se esforçar de forma redobrada para alcançar as oportunidades que, ainda assim, não seriam as mesmas que de uma mulher branca como Laura.

Por isso a importância dos atravessamentos analíticos da interseccionalidade e do pensamento decolonial no reconhecimento da perpetuação de violências físicas, simbólicas, psicológicas, sexuais etc., sobre a vida das mulheres negras. E que nos permitiram refletir não só sobre a amizade e o afeto representados entre as duas personagens, mas também as tensões que estão postas sobre elas, reflexo da própria história do Brasil.

Desde o processo de formação da sociedade brasileira, as mulheres negras foram violentadas, trocadas, invadidas e abusadas. Relegadas, não eram vistas nem tratadas como mulheres, mas eram exploradas e obrigadas a carregar em suas barrigas, peitos ou nas costas, o futuro desse país. A desumanização do Outro, portanto, recai de maneira significativamente maior sobre as negras. Mas, não são elas, também, mulheres?

Lado a Lado também nos ensina sobre a necessidade de, como Lélia Gonzalez (2018) propõe, reconhecermos a nossa ancestralidade, as identidades que nos foram negadas e lutarmos contra as definições e representações que colocam os negros nesse lugar Outro, assolados por um cotidiano que diminui, explora e rejeita a sua marca.

A trama apresenta, também, que estamos, há anos, ocupando espaços, seja da educação, da arte ou da política. Estamos reivindicando novos discursos sobre nós mesmos, apostando em estratégias e novas possibilidades para os nossos.

⁹⁴ <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>

⁹⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/estudo-mostra-que-pandemia-piorou-cenario-de-emprego-para-negras>

Reconhecemos, por fim, a necessidade de que as produções ficcionais da tevê representem negros e negras para além dos papéis costumeiramente destinados a essas pessoas, como escravizados, favelados, empregadas domésticas, traficantes etc. Como vimos, a televisão é um espaço relevante de problematização das questões vivenciadas em nosso país e, por isso, é também um meio que pode ser utilizado para a transformação social através de produções que possibilitem novas consciências sobre nós e a nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALENCAR, Mauro. **A Hollywood brasileira: panorama da telenovela no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2004.

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: [Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 06/04/2021.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Comunicação, história e memória: diálogos possíveis**, Matrizes, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://agnesufop.files.wordpress.com/2020/03/marialva-matrizes.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Vol 1: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 28/03/2022.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. N-1. 2019 (p. 54-106).

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Televisão em cores?: raça e sexo nas telenovelas “Globais” dos últimos 30 anos**. Textos para Discussão GEMAA, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-23, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2011.

CALASANS, José. **Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico**. Revista USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35217/37938>. Acesso em: 27/06/2021.

CANDAU, Joël. **A memória e o princípio da perda**. Diálogos: Maringá, v. 16, n.3, 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36074/18680>>. Acesso em: 29/07/2021.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação.E-Compós. <https://doi.org/10.30962/ec.2198> , 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, 17, 49, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Correio Braziliense. Romantização da escravidão: “Nos tempos do Imperador” gera polêmica. 13/09/2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/09/4949297-romantizacao-da-escravidao-nos-tempos-do-imperador-gera-polemica.html>. Acesso em: 04/04/2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Los Angeles, B.A. Universidade de Cornell, 1981; J.D. Escola de Direito de Harvard, 1984; L.L.M. Universidade de Wisconsin, 1985. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 06/09/2021.

CUNHA, Euclides da. **Canudos: diários de uma expedição**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, volume 3: República – memórias (1889-1950)**. São Paulo: Leya, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FILHO, Eduardo de Oliveira Nóbrega. **A (re)criação do Rio de Janeiro na telenovela Lado a Lado: a ficção como representação de uma cidade em transformação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFPB: João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8399?locale=pt_BR#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20partiu%2Dse%20do,urbana%20e%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20social. Acesso em: 05/04/2022.

FISCHER, Rosa Maria B. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV.** Educação E Pesquisa: São Paulo, v. 28, n. 1, 151-162. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/88GzhyjNGG9pLt6NQchCf3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24/09/2020.

_____. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV.** Revista Estudos Feministas., v.9, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011.

GANDRA, Alana. **Estudo mostra que pandemia piorou cenário de emprego para negras.** In: Agência Brasil. Rio de Janeiro, 14/08/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/estudo-mostra-que-pandemia-piorou-cenario-de-emprego-para-negras>. Acesso em: 31/03/2022.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanos, 2018.

_____. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher.** In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Editora Vozes, p. 103-136. 2000.

HAMBURGER, Esther. **Telenovelas e interpretações do Brasil.** São Paulo: Lua Nova, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/b4TLvPwvSfT4DfSnJqJ3fvQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/08/2020.

_____. **Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano.** In: NOVAIS, Fernando (dir.) SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil. Vol.4. São Paulo. Companhia das Letras. 1998. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2018/04/hamburguerscan0011.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

HIPÓLITO, Ligia. Bisneta de Tia Ciata mantém legado histórico do samba carioca na “Pequena África”. In: BOL. Rio de Janeiro, 22/11/2016. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2016/11/22/bisneta-de-tia-ciata-mantem-legado-historico-do-samba-carioca-na-pequena-africa.htm>. Acesso em: 18/03/2022

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Mulheres negras:** moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27/06/2021.

_____. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. **População do Brasil por sexo, estado civil e nacionalidade, segundo os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900.** Disponível em: populacao1908_12v1_028_a_035.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 16/03/2021.

_____. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Disponível em: liv101681_informativo.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 16/03/2021.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020.** Disponível em: [Ipea - Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas da Violência 2020](http://ipea.gov.br/atlas-da-violencia). Acesso em: 06/04/2021.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru: EDUSC, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

MARCIER, Maria Hortense; OLIVEIRA, Jane Souto de. **A palavra é: favela.** In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. Um século de favela. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória:** o Reinado do Rosário no Jatobá. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

_____. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo-tela. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LADO A LADO. Escrita por João Ximenes Braga e Claudia Lage. Direção: Dennis Carvalho e Vinícius Coimbra. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/lado-a-lado/t/x9jh2kZJFK/>.

LIMA, Denise. **As telenovelas no horário das seis**: a configuração do espaço na programação da Rede Globo. Alcar 2015. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/as-telenovelas-no-horario-das-seis-a-configuracao-do-espaco-na-programacao-da-rede-globo/view>> Acesso em 07/05/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Telenovela como recurso comunicativo**. v. 3, n. 1, p. 21-47. São Paulo: Biblioteca digital da produção intelectual – BDPI. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/article/download/38239/41021/45032> . Acesso em: 29/07/2021.

_____. **Telenovela brasileira**: uma narrativa sobre a nação. Comunicação & Educação: São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37469/40183>. Acesso em: 29/07/2021.

_____. **Mediação e recepção** - algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. Matrizes, São Paulo, v.8, n.1, p. 65-80, jan./jun.2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/article/download/82931/85965/114872>. Acesso em: 29/07/2021.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, n.22, v. 3, p. 935-952, set.-dez./2014.

_____. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.): El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

MARQUES, Márcia Gomes. Telenovelas, aprendizagem de conteúdos sociais e entretenimento. Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v.1, n.11, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235413/28402>. Acesso em: 29/07/2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MATTOS, Sergio . **Um Perfil da TV Brasileira (40 anos de história: 1950-1990).** Salvador, A Tarde, 1990. Disponível em: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/02.-Um-perfil-da-TV-brasileira.-40-anos-de-historia.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

MEMÓRIA GLOBO. Lado a Lado. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/lado-a-lado/>. Acesso em: 23/03/2021.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica:** a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOTTER, Maria Lourdes. **Telenovela e educação:** um processo interativo. Comunicação & Educação: São Paulo, 2000. p. 54-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/36898/39620>. Acesso em: 29/07/2021.

_____. **Colonialidade:** o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27/06/2021.

_____. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 27/06/2021.

NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República.** O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia. **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NUNES, Ana Flávia Felice; ALMEIDA, Verônica Fabrini Machado de. **Poéticas performativas na América Latina:** feminismo descolonial, interseccional e anti-patriarcal. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/download/4415/4616>. Acesso em: 06/09/2021.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 28, n. 3, p. 609-633, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>. Acesso em 03/03/2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa

Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

OXFAM Brasil – Mulheres negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>. Acesso em: 31/03/2022.

PINHO, Patricia de Santana. "**A Casa Grande surta quando a Senzala aprende a ler**": resistência antirracista e o desvendamento da branquitude injuriada no Brasil. CONFLUENZE Vol. XIII, No. 1, 2021, pp. 32-55.

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE 2021. População por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 21/07/2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5.n.10,1992, p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 28/07/2021.

PRADO, Denise Figueiredo Barros do. **Cultura, mediação e legitimidade cultural**: processos de visibilidade e legitimação das práticas culturais dos moradores de regiões consideradas periféricas no Brasil. 330f. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PRADO, Denise Figueiredo Barros do.; TAVARES, Frederico de Mello Brandão; TAVARES, Michele da Silva. A contemporaneidade como gesto epistemológico: modos de ver e agir pela pesquisa em Comunicação. In: PRADO, Denise Figueiredo Barros do.; TAVARES, Frederico de Mello Brandão; TAVARES, Michele da Silva. **Mídia, tempo e interações sociais**: conceitos em circulação. Olhares Transversais: Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/midia-tempo-e-interacoes-sociais/>. Acesso em: 29/07/2021.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 55, v. 19, p. 9-31, 2005.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 27/06/2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Mercado da nostalgia e narrativas audiovisuais**. E-compós, Brasília, v. 21, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2018. Disponível em: <https://agnesufop.files.wordpress.com/2020/03/ana-paula-goulart-nostalgia.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; LEAL, Bruno Souza; GOMES, Itania. A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos. **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017.

RIBEIRO, Cristina Betioli. O Brasil de Canudos na reportagem de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides. **Canudos**: diários de uma expedição. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2016.

ROCHA, Simone Maria. Os visual studies e uma proposta de análise para as (tele)visualidades. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual, vol. 43, n. 46, dez. 2016, pp. 179-200.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SILVA, Marcelo Penna da. **O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX**: uma análise do processo de segregação social. Estação Científica (UNIFAP), 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Editora Vozes, p. 73-103. 2000.

SIMÕES, Paula Guimarães; FRANÇA, Vera. **Telenovelas, telespectadores e representações do amor**. Eco-Pós, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 48-69, jul./dez. 2007.

SIQUEIRA, Júlia Militão. A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no periódico O Sexo Feminino (1873-1889). Monografia (Graduação em Jornalismo). UFOP: Mariana, 2019. Disponível em: [MONOGRAFIA_ImprensaFemininaSéculo.pdf \(ufop.br\)](#). Acesso em: 12/04/2022.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STYCER, Maurício. Autor culpa “inimigos externos” por baixa audiência de Lado a Lado em São Paulo. In: Uol. São Paulo, 29/11/2012. Disponível em: <https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/29/autor-culpa-inimigos-externos-por-baixa-audiencia-de-lado-a-lado-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 08/04/2021.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro. 1ª. Edição Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VERONA, Maria Elisa. **Da feminilidade oitocentista**. Editora Unesp, 2013.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Editora Vozes, p. 07-72. 2000.

